

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

JULIANA PAULA RAMOS

**CARACTERIZAÇÃO GEOECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO
MUNICÍPIO DE CANDÓI – PR**

MARINGÁ

2013

JULIANA PAULA RAMOS

**CARACTERIZAÇÃO GEOECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO
MUNICÍPIO DE CANDÓI – PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Dr^a. Maria das Graças de Lima

MARINGÁ

2013

Dedico este trabalho aos meus pais, Luzeli e José Claudio, pelo apoio e amor incondicional. À minha irmã Ana Claudia e ao meu amado marido Alex, que muito me auxiliou nos trabalhos de campo.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Lima, por ter acreditado em mim e no meu trabalho;

Aos meus pais Luzeli Ramos e José Claudio Ramos, pelo apoio e dedicação;

À Alex Boava, meu marido, pela ajuda nos trabalhos de campo e elaboração de mapas;

À Miriam de Carli, secretária do PGE, por sua simpatia e colaboração;

À Prefeitura Municipal de Candói, pelo fornecimento de dados;

Aos assentados do Município de Candói, por terem me recebido em suas propriedades e respondido aos questionários;

Ao José Evaldo, secretário de Agricultura do Município de Candói, por ter me acompanhado nas visitas aos assentamentos;

A todos aqueles que mesmo indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse concluído;

A Deus, pelas grandes oportunidades que tem me proporcionado.

A reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a nação submetida a um miserável padrão de vida.

(João Goulart, Presidente do Brasil, 1964)

RESUMO

Candói é um município localizado na mesorregião Centro-Sul paranaense. De acordo com dados do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2010, o município apresenta um total de seis projetos de assentamentos rurais onde estão distribuídas 242 famílias que ocupam uma área total de 3.681,41 ha. A região que concentra um maior número de assentamentos é a mesorregião Centro-Sul, tal fato pode ser explicado pela predominância de população rural nos municípios dessa região que permaneceu rural mesmo com o aumento da urbanização nas últimas décadas. Outro fator de relevância nessa questão se deve ao fato que a mesorregião teve sua colonização feita através de grandes propriedades rurais que permanecem até os dias atuais. No Centro-Sul paranaense é possível encontrar projetos de assentamentos de ordem federal, estadual, do Programa Cédula da Terra e Projetos de Colonização. O município de Candói é aquele que apresenta a maior diversidade na origem dos assentamentos, sendo quatro projetos com origem na esfera federal, um projeto de Colonização e um projeto do Programa Cédula da Terra. O presente estudo caracteriza geoeconomicamente os seguintes projetos de assentamentos: Projeto de Colonização Ilhéus, Projeto Cédula da Terra Rio Bonito, Projeto de Assentamento Mata do Cavernoso, Projeto de Assentamento Águas de Santa Clara, Projeto de Assentamento União São Pedro e Projeto de Assentamento Colônia São João Batista.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais, Candói/PR, Geografia Econômica.

ABSTRACT

Candói is a municipality located in the south-central region of Paraná. According to INCRA - National Institute of Colonization and Agrarian Reform, 2010 - the municipality has a total of six projects in rural settlements, where they distributed 242 families, occupying a total area of 3681.41 ha. The region that has a greater number of settlements is the mesoregion Mid-South, this fact can be explained by the predominance of rural municipalities in this rural region that remained even with increased urbanization in recent decades. Another relevant factor is that the mesoregion was colonized by the large acres that remain to this day. In the Center-South of Paraná is possible to find settlement projects of federal order, state, Program Cédula da Terra and Colonization Project. The municipality of Candói is one that presents the greatest diversity in the origin of the settlements, and four projects originating at the federal level, a project and a project for Colonization and Cédula da Terra Program. This research characterizes geoeconomically the following settlement projects: Colonization of Ilhéus Project, Cédula da Terra Rio Bonito Project, Mata do Cavernoso Settlement Project, Águas de Santa Clara Settlement Project, União São Pedro Settlement Project e Colônia São João Batista Settlement Project.

Key words: Rural Settlements, Candói/PR, Economic Geography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Capítulo I: ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS BRASILEIRAS E PARANAENSES	19
1.1 A agricultura no contexto da formação do Brasil.....	19
1.2 Modernização da agricultura brasileira.....	21
1.3 A ocupação paranaense.....	25
1.4 O espaço agrário paranaense modificado pela modernização da agricultura.....	30
1.5 Movimentos sociais no campo brasileiro.....	34
1.6 Criação de assentamentos rurais.....	36
1.7 Assentamentos rurais no Paraná: distribuição geográfica.....	40
Capítulo II – MUNICÍPIO DE CANDÓI - A ÁREA DE ESTUDO	52
2.1 Localização geográfica.....	52
2.2 Candói: aspectos gerais.....	53
2.3 Descrição dos projetos de assentamento estudados.....	56
2.3.1 Criação de assentamentos rurais no município de Candói.....	58
2.3.2 Projeto de Colonização Ilhéus.....	61
2.3.3 Projeto de assentamento Colônia São João Batista.....	69
2.3.4 Projeto de assentamento Águas de Santa Clara.....	76
2.3.5 Projeto de assentamento Mata do Cavernoso.....	82
2.3.6 Projeto de assentamento Rio Bonito – Programa Cédula da Terra.....	89
2.3.7 Projeto de assentamento União São Pedro.....	93
Capítulo III – SÍNTESE DOS RESULTADOS	100

3.1 Caracterização dos titulares dos lotes.....	100
3.2 Dados dos titulares anterior ao ingresso no assentamento.....	103
3.3 Dados dos titulares posterior ao ingresso nos assentamentos.....	106
3.4 Desenvolvimento dos assentamentos rurais: perspectivas e desafios.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICES.....	124

LISTA DE SIGLAS

CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INIC	Instituto Nacional para Imigração e Colonização
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MAB	Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PC	Projeto de Colonização
PCT	Programa Cédula da Terra
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
SECRA	Secretaria Extraordinária de Coordenação de Reforma Agrária
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUPRA	Superintendência para Reforma Agrária

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Áreas de colonização do Paraná.....	25
Figura 02: Municípios do Paraná que apresentam projetos de assentamentos de origem federal, estadual, dos Programas Cédula da Terra e Reassentamento de barragens e Projetos de Colonização.....	41
Figura 03: Municípios que compõem a mesorregião Centro-Sul.....	43
Figura 04: Municípios que apresentam projetos de assentamentos no Centro-Sul do Paraná.....	44
Figura 05: Número de assentamentos por município na mesorregião Centro-Sul.....	45
Figura 06: Número de famílias assentadas por município no Centro-Sul do Paraná.....	46
Figura 07: Relação entre famílias assentadas e projetos de assentamentos no Centro-Sul paranaense.....	48
Figura 08: Área ocupada pelos assentamentos nos municípios do Centro-Sul paranaense.....	49
Figura 09: Tipos de projetos de assentamentos existentes no Centro-Sul do Paraná.....	50
Figura 10: Localização do município de Candói.....	52
Figura 11: Uso potencial dos solos do Centro-Sul paranaense.....	54
Figura 12: Cobertura vegetal do Centro-Sul paranaense.....	55
Figura 13: Plantação de canola em Candói – PR.....	56
Figura 14: Localização dos assentamentos no município.....	57
Figura 15: Tipos de projetos de assentamento em Candói.....	57
Figura 16: Número de famílias por assentamento.....	58
Figura 17: Linha do tempo da criação de assentamentos rurais em Candói.....	59
Figura 18: Encontro dos rios Cavernoso e Iguaçu.....	61
Figura 19: Lote do assentamento Colônia São João Batista.....	69
Figura 20: Lote do assentamento Águas de Santa Clara.....	76
Figura 21: Igreja evangélica no assentamento Mata do Cavernoso.....	83
Figura 22: Lote no assentamento Rio Bonito.....	90
Figura 23: Casa no assentamento União São Pedro.....	93
Figura 24: Maquinário utilizado na fabricação de suco.....	115
Figura 25: placa de reconhecimento da fábrica artesanal.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução populacional do Paraná no período de 1940 a 2010.....	32
Gráfico 02 – Origem dos titulares dos lotes - Assentamento Ilhéus.....	62
Gráfico 03 – Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso no assentamento Ilhéus.....	63
Gráfico 04 – Condição de moradia anterior ao ingresso no assentamento Ilhéus.....	64
Gráfico 05 – Formas de aquisição dos lotes assentamento Ilhéus.....	64
Gráfico 06 – A casa do assentamento Ilhéus é melhor do que a que residia antes?.....	65
Gráfico 07 – Destino da produção agrícola assentamento Ilhéus.....	65
Gráfico 08 – Destino da criação de animais assentamento Ilhéus.....	66
Gráfico 09 – Rendimento líquido mensal (produção) assentamento Ilhéus.....	67
Gráfico 10 – Locais de comercialização da produção assentamento Ilhéus.....	68
Gráfico 11 – Financiamentos utilizados para a produção assentamento Ilhéus.....	68
Gráfico 12 – Origem dos titulares dos lotes assentamento Colônia São João Batista.....	70
Gráfico 13 – Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso no assentamento Colônia São João Batista.....	70
Gráfico 14 – Condições de moradia antes do ingresso no assentamento Colônia São João Batista.....	71
Gráfico 15 – Formas de aquisição dos lotes assentamento Colônia São João Batista.....	72
Gráfico 16 – A casa do assentamento Colônia São João Batista é melhor do que a que residia antes?.....	72
Gráfico 17 – Destino da produção agrícola assentamento Colônia São João Batista.....	73
Gráfico 18 – Destino da criação de animais assentamento Colônia São João Batista.....	73
Gráfico 19 – Rendimento líquido mensal (produção) assentamento Colônia São João Batista.....	74
Gráfico 20 – Locais de comercialização da produção assentamento Colônia São João Batista.....	75
Gráfico 21 – Financiamentos utilizados para a produção assentamento Colônia São João Batista.....	75
Gráfico 22 – Origem dos titulares dos lotes assentamento Águas de Santa Clara.....	77
Gráfico 23 – Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso no assentamento Águas de Santa Clara.....	77

Gráfico 24 – Condição de moradia anterior ao ingresso no assentamento Águas de Santa Clara.....	78
Gráfico 25 – Formas de aquisição dos lotes assentamento Águas de Santa Clara.....	78
Gráfico 26 – A casa do assentamento Águas de Santa Clara é melhor do que a que residia antes?.....	79
Gráfico 27 – Destino da produção agrícola assentamento Águas de Santa Clara.....	80
Gráfico 28 – Destino da criação de animais assentamento Águas de Santa Clara.....	80
Gráfico 29 – Rendimento líquido mensal (produção) assentamento Águas de Santa Clara.....	81
Gráfico 30 - Locais de comercialização da produção/Assentamento Águas de Santa Clara.....	81
Gráfico 31 – Financiamentos utilizados para a produção assentamento Águas de Santa Clara.....	82
Gráfico 32 – Origem dos titulares dos lotes assentamento Mata do Cavernoso.....	84
Gráfico 33 – Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso no assentamento Mata do Cavernoso.....	84
Gráfico 34 – Condição de moradia anterior ao ingresso no assentamento Mata do Cavernoso.....	85
Gráfico 35 – Formas de aquisição dos lotes assentamento Mata do Cavernoso.....	85
Gráfico 36 – A casa do assentamento Mata do Cavernoso é melhor do que a que residia antes?.....	86
Gráfico 37 – Destino da produção agrícola assentamento Mata do Cavernoso.....	86
Gráfico 38 – Destino da criação de animais assentamento Mata do Cavernoso.....	87
Gráfico 39 – Rendimento líquido mensal (produção) assentamento Mata do Cavernoso.....	88
Gráfico 40 - Locais de comercialização da produção/assentamento Mata do Cavernoso.....	88
Gráfico 41 – Financiamentos utilizados para a produção assentamento Mata do Cavernoso.....	89
Gráfico 42 – Origem dos titulares dos lotes assentamento Rio Bonito.....	90
Gráfico 43 – Destino da produção agrícola assentamento Rio Bonito.....	91
Gráfico 44 – Rendimento líquido mensal (produção) assentamento Rio Bonito.....	92
Gráfico 45 – Locais de comercialização da produção/assentamento Rio Bonito.....	92
Gráfico 46 – Origem dos titulares dos lotes assentamento União São Pedro.....	94

Gráfico 47 – Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso no assentamento União São Pedro.....	94
Gráfico 48 – Condição de moradia anterior ao ingresso no assentamento União São Pedro.....	95
Gráfico 49 – Formas de aquisição dos lotes assentamento União São Pedro.....	96
Gráfico 50 – A casa do assentamento União São Pedro é melhor do que a que residia antes?.....	96
Gráfico 51 – Destino da produção agrícola assentamento União São Pedro.....	97
Gráfico 52 – Destino da criação de animais assentamento União São Pedro.....	97
Gráfico 53 – Rendimento líquido mensal (produção) assentamento União São Pedro.....	98
Gráfico 54 - Locais de comercialização da produção/assentamento União São Pedro.....	98
Gráfico 55 – Financiamentos utilizados para a produção assentamento União São Pedro.....	99
Gráfico 56 – Gênero e faixa etária dos titulares dos lotes.....	100
Gráfico 57 – Grau de escolaridade dos titulares dos lotes.....	101
Gráfico 58 – Estados de origem dos titulares dos lotes.....	102
Gráfico 59 - Origem dos titulares dos lotes.....	103
Gráfico 60 - Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso no assentamento....	104
Gráfico 61 - Condição de moradia anterior ao ingresso no assentamento.....	104
Gráfico 62 - Formas de aquisição dos lotes.....	106
Gráfico 63 - A casa do assentamento é melhor do que a que residia antes?.....	107
Gráfico 64 - Destino da produção agrícola.....	108
Gráfico 65 - Destino da criação de animais.....	108
Gráfico 66 - Rendimento líquido anual (produção) nos assentamentos.....	109
Gráfico 67 - Locais de comercialização da produção do assentamento.....	110
Gráfico 68 – Assistência técnica.....	112
Gráfico 69 - Financiamentos utilizados para a produção.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Evolução da utilização de tratores no Brasil 1950/2006.....	24
Tabela 02: Quantidade produzida por produto (tonelada).....	24
Tabela 03: Quantidade produzida por produto (tonelada).....	31
Tabela 04: Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários.....	31
Tabela 05: Área dos estabelecimentos agropecuários segundo grupos de área – Paraná 1970 – 2006.....	33
Tabela 06: Distribuição de assentamentos rurais por mesorregião paranaense.....	42

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade caracterizar geoeconomicamente os assentamentos rurais criados no município de Candói, localizado na mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná. Neste caso, entende-se estudo geoeconômico como a caracterização da localização geográfica, e dos aspectos sociais e econômicos da população que ocupa os assentamentos.

A pesquisa objetivou estudar os assentamentos desse município com vistas a contribuir para entender as diferentes formas de ocupação do espaço geográfico rural paranaense, uma vez que nesse município coexistem assentamentos que são frutos de Políticas Federais, Estaduais, de Programas como o Cédula da Terra e Reassentamento de Barragens, assim como Projetos de Colonização.

Foi com vistas a estudar esses assentamentos e as diferenças que existem entre eles que buscamos informações sobre as condições socioeconômicas dos assentados antes e depois do ingresso nos assentamentos; caracterizamos a área onde estão localizados esses assentamentos; analisamos os assentamentos considerando o número de famílias assentadas, a produção agrícola e criação de animais em cada lote; além da comercialização da produção, identificando seu destino; e a renda obtida com a produção do lote.

Frente à diversidade quanto à origem dos assentamentos encontrados em Candói, buscamos informações sobre o significado, neste caso, político dessa categoria. Segundo o INCRA (2008):

Assentamento é o retrato físico da Reforma Agrária. Ele nasce quando o INCRA, após se imitar na posse da terra (recebê-la legalmente) transfere-a para trabalhadores rurais sem terra a fim de que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico. O assentamento é, portanto, razão da existência do INCRA.

A criação de assentamentos rurais se dá por meio de Políticas Públicas que visam atenuar os conflitos gerados no campo, e envolve a forma como dever ser estruturada a propriedade agrícola para pequenos produtores. No caso do Estado do Paraná, foi uma resposta aos problemas resultados do processo de modernização agrícola implementado a partir de 1960.

No Paraná, a experiência com assentamento de produtores rurais é recente. Até o ano de 1982 o INCRA não havia promovido praticamente nenhuma desapropriação de terras e nenhum assentamento rural no Estado, que nesta conjuntura tinha a área rural envolvida em diversos conflitos decorrência da concentração de terras, da mudança nas relações de produção e nas relações de trabalho.

Dados do INCRA (2010) demonstram que o Paraná possui 368 assentamentos rurais distribuídos em 134 municípios. Frutos de Políticas Federais, Estaduais, Programas e Projetos de Colonização, a Mesorregião que concentra o maior número de assentamentos no Estado é a Centro-Sul, com 112 projetos no total, na qual se localiza o Município de Candói, onde se encontram os assentamentos estudados nesta dissertação.

Segundo Tsukamoto e Asari (2003, p. 485): “O processo de assentamento se dá por etapas, uma vez que há muitas famílias na lista dos interessados em conquistar um pedaço de terra”. Muitas vezes, até que a terra seja conquistada, concretizando sua propriedade por meio dos assentamentos, é necessário acampamentos em terras principalmente produtivas, como forma de pressão política sobre as autoridades responsáveis pela reforma agrária.

O Município de Candói foi escolhido como objeto de estudo por apresentar a maior diversidade na origem dos assentamentos. Dos seis projetos implantados no município, quatro são de ordem federal, e os dois restantes são respectivamente oriundos de Projeto de Colonização e do Programa Cédula da Terra.

A elaboração do presente estudo foi realizada em duas etapas: a primeira refere-se ao levantamento histórico do desenvolvimento da agricultura no Paraná e no município em questão. Essa etapa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários obtidos na Prefeitura Municipal, no IBGE, no IPARDES, na Secretaria Estadual de Agricultura, dentre outros.

Na segunda etapa foram aplicados questionários aos titulares dos lotes em assentamento, com vistas a levantar informações sobre o perfil social, escolaridade, mobilidade da população assentada quanto a origem (local de nascimento, com identificação da localização, se rural ou urbana), condições de trabalho, renda e moradia anteriores ao ingresso nos assentamentos, forma de aquisição do lote, produção agrícola, criação de animais, destino da produção, assistência técnica e possíveis financiamentos utilizados.

Com vistas a melhor apresentar essa dissertação, organizamos a sistematização de suas informações em três capítulos. O Capítulo I, intitulado “ASPECTOS HISTÓRICOS

DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS BRASILEIRAS E PARANAENSES”, em que apresentamos o processo de ocupação das terras paranaenses, bem como a formação de sua estrutura fundiária. Apresentamos ainda neste capítulo um histórico da Reforma Agrária e da criação de assentamentos implementados no Brasil e no Paraná, para melhor explicar a criação dessas Políticas Sociais e seu campo de ação.

No Capítulo II, intitulado “A ÁREA DE ESTUDO”, apresentamos as características físicas e sociais do Município de Candói; apresentamos e caracterizamos a área dos seis assentamentos encontrados no Município.

No Capítulo III, apresentamos as informações obtidas com a aplicação do questionário, que levantou dados sobre aspectos gerais das condições socioeconômicas dos assentamentos rurais, das perspectivas e desafios do desenvolvimento dos projetos de assentamento no município de Candói; além de uma descrição dos mesmos, levando em consideração o ano de implantação e infra-estrutura existente.

A sistematização das informações levantadas por meio de revisão bibliográfica, por meio da aplicação de questionários e da realização de entrevistas, além do levantamento de informações em diversos órgãos públicos que tratam da agricultura na esfera municipal, estadual e federal, nos ajudaram a caracterizar um quadro que contribuiu para a compreensão do quadro agrário encontrado nos assentamentos localizados no Município de Candói, assim como a própria situação da agricultura do município.

CAPÍTULO I – ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS BRASILEIRAS E PARANAENSES

1.1 A agricultura no contexto da formação do Brasil

Fizemos esse resgate histórico da agricultura brasileira, para demonstrar que tais problemas ainda persistem no quadro agrário brasileiro, neste caso, no quadro agrário paranaense. Os assentamentos rurais que surgiram no estado do Paraná, principalmente a partir da década de 1980, procuravam responder aos problemas que derivaram da modernização da agricultura paranaense, a partir de 1970 e que resultaram em concentração de terras por causa da comercialização deflagrada sobre a unidade familiar de produção, em mudanças na produção agrícola, com refluxo da área destinada à produção para abastecimento dos centros urbanos; e expansão da área destinada a produção de grande escala para abastecimento de mercados externos. No Paraná, a produção de soja é um exemplo de produção em grande escala. A cana de açúcar, a soja, o milho foram cultivos desenvolvidos sobre as grandes áreas agrícolas que passaram a configurar a paisagem geográfica paranaense a partir de 1980. Essas áreas se constituíram sobre a unidade familiar de produção.

Com o objetivo de evidenciar que problemas que ainda persistem em torno da questão agrária podem ter explicações históricas é que reconstituímos brevemente a formação agrária brasileira e paranaense.

Inicialmente, o que viria a ser o território brasileiro, foi dividido em grandes faixas de terras para que se realizasse a colonização. Denominadas de Capitânicas Hereditárias, deram origem a grandes latifúndios. Inicialmente os indígenas foram usados como mão-de-obra nas fazendas, mas aos poucos perderam o interesse pela forma de pagamento e pelo ritmo da jornada diária e abandonavam ou fugiam do trabalho.

Durante o período como colônia, e posteriormente como império, a formação da economia brasileira se desenvolveu por meio de ciclos. Primeiro foi o “ciclo do pau brasil”, que inclusive deu nome ao país. A exploração da colônia, denominada por Portugal (a Metrópole) de Brasil teve sua economia direcionada ao fornecimento de gêneros tropicais ou minerais de grande importância, como o açúcar, o ouro, o café, o algodão, dentre outros, para o mercado europeu (Prado Jr, 1983).

Com a decadência do pau-brasil não havia na colônia outro produto de extração que pudesse sustentar o comércio estabelecido com a Europa, restando como alternativa a

produção de algum gênero agrícola que pudesse ser bem aceito na Europa, segundo Graziano Neto (1982):

A melhor opção seria o açúcar, produto raro e escasso e de grande aceitação entre os europeus, adquirido a peso de ouro na época. Com a implantação da economia açucareira no Brasil, é lançada a pedra inaugural de nossa agricultura. As regiões produtoras, Bahia e Pernambuco principalmente, com o ciclo do açúcar passam por um processo de desbravamento pioneiro em nosso país (GRAZIANO NETO, 1982, p. 18-19).

A produção dos alimentos necessários ao consumo da massa trabalhadora era realizada no próprio latifúndio açucareiro quando estavam na época da colheita; ou nas áreas marginais a estes, quando estava na época do plantio. Nesta época, o latifundiário liberava a mão de obra escrava para que produzisse nos lotes as margens de suas terras, enquanto não começa o período de colheita.

Se no ciclo econômico do pau Brasil a ocupação se restringiu as costas litorâneas e a Mata Atlântica, no ciclo econômico da cana de açúcar, a ocupação do território foi mais intensa. Segundo GRAZIANO NETO (1982), a colônia começou a ser efetivamente ocupada a partir da produção açucareira.

A produção do açúcar no Brasil teve como base a grande propriedade, explorada pela mão de obra escrava, fornecida por um tipo de economia desenvolvida pelos portugueses e que se constituía no tráfico de escravos trazidos da África.

Até fins do século XVII o açúcar foi a base da economia colonial. No início do século XVIII a mineração ganha destaque entre as atividades da colônia. As primeiras descobertas de metais preciosos acontecem na região de Minas Gerais, provocando um deslocamento de população e de “capital” para as zonas auríferas. Por um período de aproximadamente 80 anos, essa atividade iria polarizar todas as atenções da colônia, causando o desestímulo ou a decadência das demais atividades econômicas (GRAZIANO NETO, 1982).

Com a Revolução Industrial em curso na Europa, a demanda pelo consumo de algodão se intensificou e a procura pelo produto foi cada vez maior. No Brasil, ao final do século XVIII, o algodão volta a ser produzido no Nordeste do país. Paralelo a produção do algodão, estavam o açúcar, o arroz e a pecuária, atividades que voltavam a ter força com a decadência da mineração.

Em meados do século XIX, o café se destacou como gênero de grande importância comercial e foi explorado até 1930, como primeira economia; o Brasil era o maior produtor mundial de café, sendo os Estados Unidos um dos principais consumidores.

A cafeeicultura sustentava-se sobre a grande propriedade monocultora, explorada pela mão de obra imigrante. Nesta conjuntura, a utilização de mão-de-obra escrava já não era mais permitida, sendo o colonato, formado pela intensa imigração européia, a força de trabalho empregada. A crise mundial que se desencadeou em 1929 fez com que a cafeeicultura sofresse um período recessivo na área explorada no Vale do Paraíba e no Oeste do Estado de São Paulo, como afirma Cancian (1981):

O período compreendido entre 1929 e 1945 é marcado, quanto aos preços do café, por profunda depressão ocasionada pela superprodução, derrocada do sistema implantado pela defesa permanente, coincidindo com a crise que se seguiu ao “crack” da Bolsa de Nova York, e posteriormente, pelas dificuldades surgidas durante a Segunda Guerra Mundial. (CANCIAN, p. 29, 1981).

Em 1930, o Brasil adota o modelo econômico agro-industrial, desencadeando um processo de industrialização nos grandes centros urbanos localizados principalmente nos estados das regiões Sul e Sudeste, que desencadeou um processo de urbanização intenso, provocado pelo processo de êxodo rural derivado da modernização que aconteceu na agricultura brasileira e paranaense.

1.2 Modernização da agricultura brasileira

A partir de 1950, a modernização da agricultura brasileira tornou-se mais expressiva, com intensa mecanização no processo de produção agrícola. Mas, principalmente a partir da instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, quando o governo passou a fornecer grande volume de crédito rural, facilitando a instalação de indústrias processadoras de matérias-primas do campo, essa modernização de fato pode ser reconhecida nas instalações dos complexos agroindustriais.

O processo de modernização do campo fez com que a agricultura ficasse subordinada a dinâmica industrial, formando o Complexo Agroindustrial (CAI), que para MÜLLER (1989):

[...] pode ser definido como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seus beneficiamento/transformação e a produção de bens

de capital e insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas [...]. (MÜLLER, 1989, p. 45)

Essa modernização concentrada inicialmente nos países desenvolvidos, passa a se aplicar também nos países subdesenvolvidos, por meio de um programa chamado Revolução Verde, criado nos Estados Unidos com o propósito de aumentar a produção agrícola mundial (Hespanhol, 2008). BRUM (1988) destacou os principais objetivos do programa:

[...] contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. (BRUM, 1988, p. 44)

O conceito de modernização, segundo FLEISCHFRESSER:

[...] assume a conotação explícita de modernização tecnológica, significando que as alterações na base técnica da produção agrícola ocorreram devido à adoção de meios de produção de origem industrial, produzidos fora das unidades produtivas rurais e, portanto, adquiridos através do mercado. (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 11)

Graziano Neto (1982) acrescenta que ao mesmo tempo em que foi ocorrendo o progresso técnico na agricultura, foi-se modificando também a organização da produção, refletindo-se nas relações sociais que resultavam dessa produção. Nesta nova forma de produzir, intensificou-se o uso de trabalhadores volantes, mão-de-obra assalariada, muitos originários da expropriação que ocorreu da unidade de produção familiar, incorporada pela grande propriedade.

As inovações tecnológicas incorporadas ao setor agropecuário, que inicialmente atingiram somente alguns produtores de determinadas regiões, foram disseminadas no espaço agrário, classificando-se em três segmentos (Graziano da Silva, 1982):

a) Inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;

- b) Inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico;
- c) Inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 191)

A incorporação da modernização da agricultura, de acordo com FLEISCHFRESSER (1988) foi estimulada pelo Estado, por meio de medidas da política econômica. Seguir o padrão da Revolução Verde criava a expectativa de que transformando o setor agropecuário poderia ser superado o subdesenvolvimento, pois tal setor era tido como barreira ao crescimento econômico. A introdução de novas técnicas de produção dinamizaria e aumentaria a produção promovendo progresso na agropecuária.

Segundo Graziano da Silva (1982) o progresso técnico na agricultura não ocorreu de forma homogênea, pois não se deu ao mesmo tempo em todas as regiões do país, além de ser conservador e doloroso. Conservador por não atingir todas as categorias de trabalhadores, continuando com a concentração fundiária; e doloroso por provocar a expropriação de pequenos agricultores do campo, aumentando a desigualdade social.

Na primeira etapa da modernização o que caracterizou as modificações técnicas foram os índices de utilização de tratores na agricultura. De acordo com Graziano Neto (1982) a produção interna de tratores no Brasil iniciou-se em 1959, com a instalação da Ford, primeira multinacional do setor a se instalar no país. Conforme a tabela 01, nos anos de 1950 havia um trator para cada 2.280 ha, em 1970, pós-criação do SNCR, a área cai para 204 ha. Já em 1980 o número passa para um trator para cada 105 ha, um aumento considerável no número de tratores existente no país. Em 2006 atinge a menor área por trator, sendo um para 72 ha.

Tabela 01 - Evolução da utilização de tratores no Brasil 1950/2006

Anos	Tratores (nº)	Área média de lavoura (ha)/trator
1950	8.372	2.280,82
1960	61.345	468,04
1970	165.870	204,88
1975	323.113	130,63
1980	545.205	105,88
1985	665.280	94,41
1995	799.742	62,65
2006	820.673	72,92

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

Organização: Ramos, Juliana Paula.

Com a criação do SNCR a relação entre a agricultura e indústria se estreitou profundamente. Além de fornecer matéria-prima para a indústria a agricultura passa a consumir produtos industrializados, como máquinas, fertilizantes e agrotóxicos. Neste período em que governo incentiva as exportações, a cultura da soja avança consideravelmente, uma vez que a planta é fácil de cultivar e inteiramente mecanizada. A produção de trigo também se destacou devido à facilidade da mecanização. A tabela 02 aponta que em 1950 o Brasil produziu 45.023 toneladas de soja; em 1970 esse número chegou a 1.893.199 toneladas, um aumento de mais de 4.000% na produção. O trigo que em 1950 contava com uma produção de 364.108 toneladas apresentou em 1970 1.914.199 toneladas produzidas, 425% de aumento na produção. Com base nos dados apresentados pode-se afirmar que o processo de modernização favoreceu os grandes proprietários, já que a soja e o trigo exigiam grandes áreas para cultivo, restando às pequenas e médias propriedades a produção de culturas para consumo interno no país

Tabela 02 - Quantidade produzida por produto (tonelada)

Cultivo	Anos				
	1940	1950	1960	1970	1980
Soja em grão	1.925	45.023	216.033	1.893.199	8.737.840
Trigo em grão	96.861	364.108	503.715	1.914.199	1.564.313

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

Organização: Ramos, Juliana Paula.

A modernização da agricultura brasileira provocou mudanças na organização do espaço agrário. Retratando tal processo no âmbito regional e local é possível apontar como o estado do Paraná respondeu a essa nova organização agrária.

1.3 Ocupação paranaense

A área hoje ocupada pelo estado do Paraná começou a ser explorada a partir do século XVI, por três grandes correntes colonizadoras, efetivadas em momentos distintos (figura 01), (CODESUL, 1976).

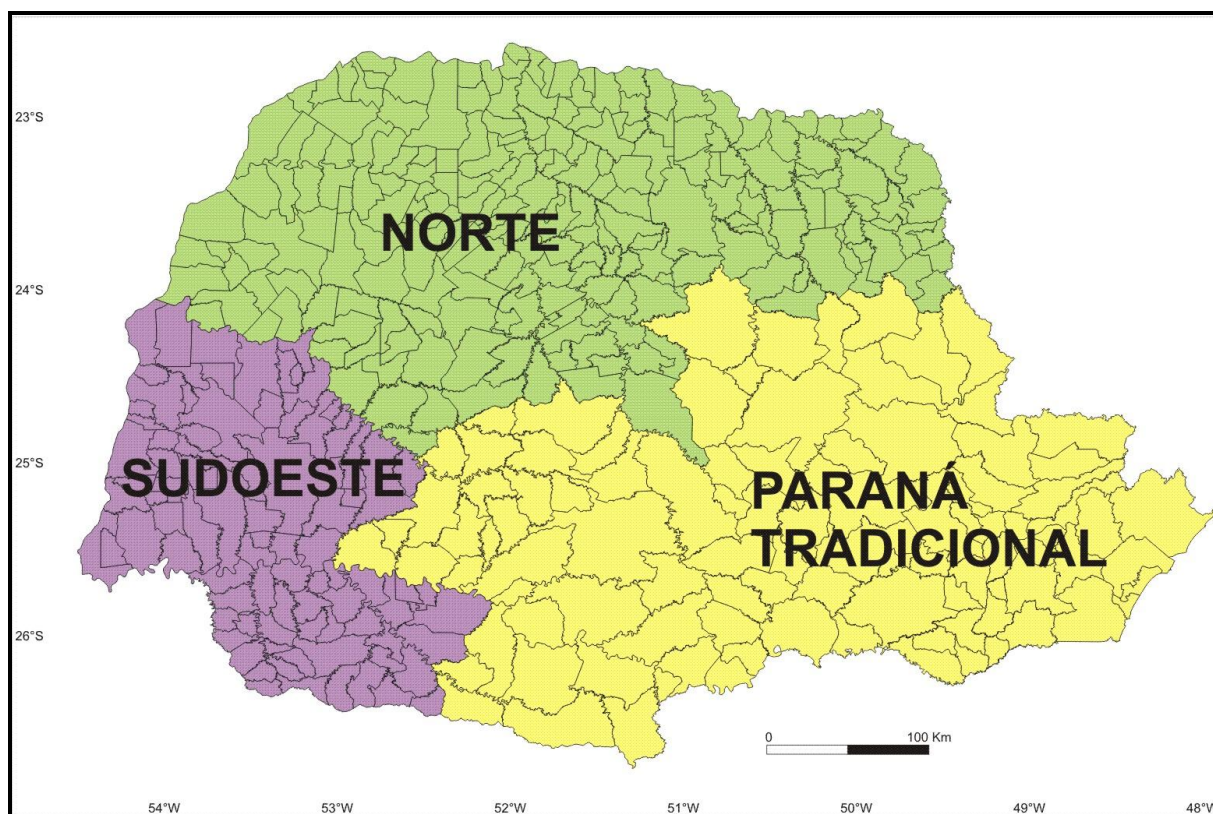


Figura 01: Áreas de colonização do Paraná.

Baseado em PINHEIRO (1951). Organização: Ramos, Juliana Paula.

A primeira região colonizada corresponde ao Paraná Tradicional, ocupado pelos portugueses desde o século XVII com a descoberta do ouro, conjuntura em que Curitiba era a referência. A segunda região, que corresponde ao Norte do Paraná teve sua ocupação iniciada no século XIX quando paulistas e mineiros chegaram ao Estado em busca de terras apropriadas para o cultivo de café. A terceira região a ser ocupada no estado corresponde ao Sudoeste, em meados da década de 1950.

O Paraná Tradicional compreende o litoral, Primeiro Planalto, Campos Gerais, Campos de Guarapuava e Palmas. De acordo com Wachowicz (2001) em 1534, o rei de Portugal D. João III dividiu o Brasil em capitanias hereditárias, ficando o litoral do sul dividido em quatro capitanias, doadas a Martim Afonso de Souza e seu irmão Pero Lopes de Souza, que ficou responsável pela capitania de São Vicente, a qual fazia parte o litoral paranaense.

Inicialmente o litoral era percorrido por indivíduos isolados, bandeiras preadoras de índios carijós ou ainda mineradores a procura de minas de ouro e prata. O primeiro proprietário português, Diogo de Unhate, conseguiu suas terras por meio de uma sesmaria em 1614. As atividades naquela região eram praticamente nômades, foi somente com o descobrimento de ouro na baía de Paranaguá que o número de habitantes cresceu. Começaram a chegar habitantes de Cananéia, São Vicente, Santos e São Paulo (WACHOWICZ, 2001).

Com a descoberta do ouro nos córregos e rios que descem a serra do mar começaram a se formar os primeiros arraiais litorâneos, sendo principal deles o que seria futuramente a cidade de Paranaguá. Simultaneamente, mineradores subiam pelo vale profundo do rio Ribeira alcançando seu afluente, o Açungui, e atingindo pouco mais tarde o Planalto curitibano. Deste modo, formaram-se os dois primeiros núcleos de população paranaense: Açungui e Paranaguá (BERNARDES, 1952).

A extração mineral desenvolvida nestas duas zonas do estado não oferecia aos habitantes condições físicas muito favoráveis. Este fator, ligado à instabilidade dos mineradores, que estavam sempre em busca de melhores oportunidades, contribuiu para o declínio da mineração no estado do Paraná (Bernardes, 1952).

Aos poucos, com a decadência da mineração, os habitantes do litoral partiram para a zona do primeiro planalto, onde o clima era mais ameno, o relevo suave e havia mais facilidade nas comunicações. Sob condições naturais distintas das anteriores, a economia também sofreu mudanças, a mineração foi sendo substituída pela pecuária, inicialmente necessária para o abastecimento de carne e animais de carga para as populações mineiras próximas. De acordo com Bernardes (1952), em 1693 foi escolhido o ponto em que o caminho das minas de Açungui saía da mata para sede de uma vila, origem da atual cidade de Curitiba. As primeiras cabeças de gado multiplicaram-se rapidamente na região de Curitiba, algumas dessas cabeças foram usadas, posteriormente, para a ocupação dos Campos Gerais.

Segundo Wachowicz (2001, p. 79) “entende-se por Campos Gerais uma estreita e alongada faixa de terras no segundo planalto paranaense, formada de campos e entremeada de pequenos bosques de matas que se estende de Jaguariaíva até a margem direita do rio Negro, passando pela Lapa”. A primeira ocupação das terras desses campos foi feita pelos homens ricos de São Paulo, Santos e Paranaguá, nos princípios do século XVIII. Não no sentido de colonização e povoamento, mas simplesmente como um negócio a ser explorado comercialmente (MACHADO, 1968).

A aquisição de terras nos Campos Gerais era feita pelo regime de sesmarias. Para ter direito a uma sesmaria o empreendedor mandava um “agregado” seu acompanhado de alguns escravos para que os mesmos tomassem posse das terras. Feito isso, algumas cabeças de gado eram distribuídas na propriedade. Passado alguns anos, o empreendedor alegava posse da terra e solicitava a concessão da sesmaria, que em média possuía de 4 a 8 alqueires paulistas. Alguns sesmeiros possuíam duas, quatro e até seis sesmarias; como não se deslocavam com a família e escravos para a região, deixavam a “exploração” dessas terras sob os cuidados de capatazes, agregados e/ou compadres. Essas relações permeavam a ocupação de grandes extensões de terras no Brasil.

A produção das sesmarias estava ligada apenas a São Paulo. Tal fato fez com que a Câmara de Curitiba, em 1777, enviasse uma queixa ao governo de Portugal, alegando que a região não lucrava nada com essas fazendas. Os Campos Gerais apresentavam um cenário de desigualdade, onde a população curitibana era pobre e os proprietários das sesmarias ricos. Com a abertura da “estrada de Viamão” a oposição entre curitibanos e proprietários paulistas ficou ainda mais patente, pois, os curitibanos seriam beneficiados com novas possibilidades de ampliação do seu comércio, enquanto os fazendeiros sofreriam com a queda nos preços de seus produtos em São Paulo e Minas Gerais devido à facilidade de comercialização de produtos do Rio Grande do Sul.

Machado (1968) coloca que toda essa história é referente à parte centro e norte dos Campos Gerais, a primeira a ser ocupada. Os campos que ficavam ao sul só foram apropriados mais tarde, em consequência da abertura da estrada de Viamão.

Os Campos Gerais, em meados do século XVIII, era uma frente de ocupação e exploração por onde passava o caminho das tropas São Paulo – Rio Grande (WACHOWICZ, 2001). Após a separação política em 1853 da província de São Paulo, criando-se a província do Paraná, os fazendeiros dos Campos Gerais tornaram-se a elite política e econômica do Estado, entrando em decadência a partir de 1880, decorrência da

perda dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, da queda da produção de gado e da não participação de fazendeiros na indústria madeireira.

A primeira tentativa de ocupação dos Campos de Guarapuava foi fracassada por conta da presença indígena na área. Por muitos anos tal território ficou abandonado, devido aos ataques constantes dos índios a pessoas que desejavam se estabelecer nesses campos.

Segundo Krüger (2007, p. 18):

“o reconhecimento, a conquista e a colonização dos Campos de Guarapuava iniciaram-se em 1810, com a expedição chefiada pelo Tenente-Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, seguindo determinações do príncipe Regente”.

Além da ocupação, Diogo Pinto tinha por objetivo, realizar o povoamento dos Campos. Diferente da expedição de Afonso Botelho, o Tenente-Coronel ocupou a força, a Vila de Castro e arredores, conseguindo chegar aos Campos de Guarapuava, onde construiu uma fortaleza chamada Atalaia, para defende-se dos ataques indígenas.

A Fortaleza Atalaia foi transferida para outro lugar, dando origem a um novo povoamento que fez surgir mais tarde a cidade de Guarapuava.

Segundo Zatti (2006) quando os Campos de Guarapuava já se achavam divididos em estâncias prósperas e chamavam a atenção de novos criadores de gado para as suas possibilidades, passou-se a pensar na exploração dos Campos de Palmas, região próxima.

Em 1839 dois grupos ocuparam os Campos de Palmas: um liderado por José Ferreira dos Santos e outro por Pedro Siqueira Cortes. Os Campos deveriam ser ocupados rapidamente, primeiro porque se os brasileiros não ocupassem os argentinos ocupariam, devido às fronteiras ainda estarem indefinidas; e segundo porque a população dos Campos de Guarapuava queria impedir que os paulistas se apropriassem das terras. A região se desenvolveu a partir da criação de gado e da exploração e importação da erva-mate. Os povoadores de Guarapuava e Palmas descendiam das primeiras comunidades formadas nos planaltos paranaenses, que se radicaram também no oeste catarinense e na sua região serrana (ZATTI, 2006).

Como nossa área de pesquisa encontra-se entre a colonização que aconteceu nos Campos Gerais (1ª. Frente de Colonização) e a colonização que aconteceu no Sudoeste paranaense (3ª. Frente de Colonização), não abordaremos a colonização que aconteceu no Norte do Paraná (2ª. Frente de Colonização) e que se implantou entre essas duas frentes de colonização. Primeiro porque são histórias de ocupação diferentes, em segundo porque os

problemas referentes a conflitos em torno da ocupação das terras paranaenses estiveram presentes nas três frentes; em terceiro porque privilegiamos para aprofundamento a área escolhida para estudo.

Se no início do século XX, o Sudoeste paranaense tinha uma população que não ultrapassava 3.000 habitantes, a partir da década de 1950 sua população experimentou um sensível crescimento, decorrência, dentre outras razões da revolução federalista principal responsável pela chegada desses migrantes, que se espalharam pela região e nos territórios limítrofes a Argentina. Por se encontrar em área de fronteira com outros países, no início do século XX foram criadas três colônias militares: Foz do Iguaçu, Chopim e Chapecó. Última colonização do Paraná, o Sudoeste do Paraná caracterizou por uma economia fortemente agrícola, desenvolvida por agricultores gaúchos e catarinenses descendentes de imigrantes italianos e alemães (LAZIER, 1986).

O povoamento dessa região constituiu-se principalmente de migrantes políticos, provenientes principalmente de Passo Fundo e Palmeira das Missões. De 1900 a 1920, a população do sudoeste paranaense passou de 3.000 para 6.000 habitantes. Segundo Wachowicz (1985) a procedência desse aumento populacional assim pode ser resumida:

- a- peões e agregados das fazendas de Palmas e Clevelândia que à procura de espaço para sobreviver, embrenharam-se para o oeste;
- b- peões, agregados e agricultores da região de Guarapuava e Campos Gerais paranaenses, à procura de terras para subsistência;
- c- foragidos da justiça do Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul e Corrientes, que transformaram o sudoeste em verdadeiro couro de fugitivos da lei;
- d- posseiros refugiados da região do Contestado, expulsos das terras da Brazil Railway Co.;
- e- argentinos e paraguaios que penetravam na região à procura de erva-mate;
- f- crescimento vegetativo da região. (WACHOWICZ, 1985, p. 69)

A extração da erva-mate foi predominante no sudoeste do estado até o final da década de 1930, possibilitando avanço, mesmo que lento, da frente pioneira de ocupação e colonização. Aos poucos, por estímulos da demanda de mercado, a criação de porcos firmou-se nas frentes de ocupação e colonização, tornando-se uma atividade entre safra do mate (WACHOWICZ, 1985).

Devido à grande fertilidade das terras do sudoeste paranaense, grandes conflitos jurídicos, políticos e sociais surgiram no processo de ocupação. Segundo Lazier (1986):

A Argentina e o Brasil disputaram a região. Os estados do Paraná e Santa Catarina também entraram em conflito pela região. Os conflitos pela posse das terras (...) envolveram também a Cia. de Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande, a CITLA, o Governo Federal, o Governo do Paraná e, principalmente, os posseiros (LAZIER, 1986, p. 28).

Dos conflitos gerados pela posse de terras um se destacou: o Levante dos Posseiros, ocorrido em 1957, envolvendo posseiros, companhias colonizadoras e o poder público em torno da disputa jurídica pela posse da gleba Missões e parte da gleba Chopim. O conflito envolvia principalmente os colonos posseiros, em grande número na área; e os interesses do capital, representado pelas companhias colonizadoras e os proprietários das fazendas. Com a implantação de colonizadoras públicas e privadas, o conflito pela posse de terra se intensificou, pois, as mesmas começaram a cobrar dos posseiros preços abusivos, obrigando-os a darem certa quantia de entrada e a assinarem promissórias para quitar o valor restante referente à compra da terra. As companhias usavam da violência para que os posseiros pagassem pelas terras, muitos deles foram torturados e mortos. O conflito foi concluído com a vitória dos posseiros, que a partir de 1962 tiveram suas posses regularizadas e tituladas.

1.4 O espaço agrário paranaense modificado pela modernização da agricultura

A utilização de técnicas modernas na agricultura paranaense se intensificou a partir da década de 1970, acompanhada da evolução da produção de soja e trigo, culturas classificadas como modernas. Na perspectiva dos autores que estudam a modernização da agricultura paranaense (GRAZIANO, 1982; MULLER, 1989, KOHLHEP, 1991; HESPANHOL, 2008), em relação aos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, a modernização da agricultura, foi considerada tardia. Segundo Martine e Garcia (1987, p. 133) a “mecanização no estado do Paraná teve início por volta de 1970-75, quando um número maior de produtores passou a utilizar algum tipo de máquina”.

Embora a soja tenha sido o principal veículo da modernização, outras culturas como a cana-de-açúcar, o milho e o arroz, em menor intensidade, também se tecnificaram (LEÃO, 1989). A tabela 03, mostra as culturas que tiveram sua produção aumentada no período entre 1970 e 1975. A partir da década de 1980 até 2006 a produção de arroz

declina consideravelmente, o milho e a soja mantêm o aumento na produção e a cana-de-açúcar se destaca na sua produção em mais de 439,4%.

Tabela 03 - Quantidade produzida por produto (tonelada)

Cultivo	Anos					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Arroz	375.605	691.528	235.159	186.785	142.068	94.883
Cana-de-açúcar	1.686.252	1.689.534	4.110.750	10.373.983	18.442.306	22.177.003
Milho	3.426.389	3.429.737	3.908.144	4.150.534	6.597.905	9.195.417
Soja	411.642.	3.103.049	4.408.495	4.161.322	6.046.293	8.402.609

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

Organização: Ramos, Juliana Paula.

Para verificar a dinâmica do capital na agricultura indica-se verificar a utilização de tratores e insumos nas lavouras. Com base na tabela 04 verifica-se que no período compreendido entre 1970 e 1980 o número de tratores apresentou aumento de 338,9%. Nos anos seguintes o percentual de aumento foi baixo, sendo 23,9% em 1985 e 29,5% em 1996, havendo declínio de 6,7% em 2006. O aumento da potência dos tratores e a assistência técnica prestada pode justificar a diminuição do número de tratores comprados no estado.

Tabela 04 - Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários

Tratores	Anos					
	1970	1975	1980	1985	1996	2006
	18.619	52.498	81.727	101.346	121.827	113.718

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

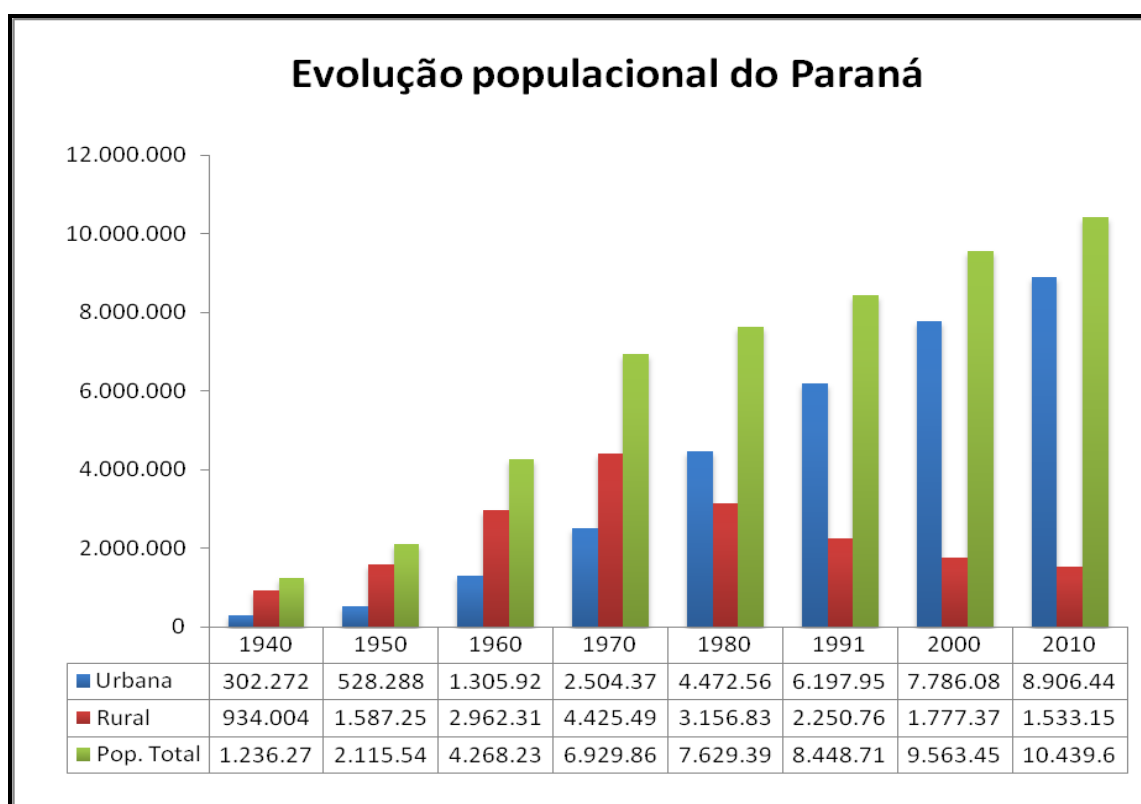
Organização: Ramos, Juliana Paula.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o uso de defensivos agrícolas ocorreu em 336.664 estabelecimentos agropecuários na década de 1980. Em 1985 o percentual de uso nas propriedades foi de 1%. No período de 1970/80 a utilização de fertilizantes cresceu 266,9%, declinando para 10,7% em 1985. Os dados apresentados apontam para fase de intensa utilização de insumos no Paraná.

Para Hespanhol (1990) e Lima (1993) a modernização da agricultura paranaense provocou, além do aumento da produção de culturas tecnificadas e do uso de maquinários e insumos, a diminuição da população residente na zona rural, concentração fundiária e retratação das categorias de produtores não-proprietários.

O gráfico 01 retrata a evolução populacional do estado do Paraná. A partir dos anos 1970 ocorre uma diminuição da população rural e consequentemente aumento da população urbana. Em 2010 a população urbana apresenta 255,6% de aumento em relação ao ano de 1970. A redução da população rural pode ser explicada devido à baixa remuneração oferecida aos trabalhadores, concentração de terras pelos grandes proprietários e substituição de parte da mão-de-obra assalariada por máquinas.

Gráfico 01 – Evolução populacional do Paraná no período de 1940 a 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.
Organização: Ramos, Juliana Paula.

A concentração fundiária no Estado pode ser analisada com base na tabela 05, que apresenta dados referentes aos Censos Demográficos de 1970/2006. Os estabelecimentos agropecuários com menos de 10 ha respondiam por 53,3% da área total em 1970, o percentual apresentou declínio e em 2006 chegou a 44,6%.

Ainda analisando a tabela 05, observamos que as propriedades de 10 a menos de 100 ha, no período de 1970/80 aumentaram a participação na área total dos estabelecimentos, passando de 43,5% para 47,4%. Em 1985 o número caiu para 45,5%, chegando a 1996 com 50,9% e fechando 2006 com 45,9%, demonstrando que em meio a

fases de diminuição do percentual em relação à área total das propriedades, tal grupo de área obteve aumento no período de 1970/2006. A faixa de 100 a menos de 1000 ha entre 1970/1996 apresentou aumento na participação, passando de 3,1% para 6,9%. Em 2006 o percentual foi de 6,8%.

As unidades de mais de 1000 ha apresentaram aumento de 0,1% no período de 1970/75, mantendo-se com 0,3% de participação até o ano de 1996, quando o número sobe para 0,4%. Em 2006 o percentual diminui novamente, ficando com 0,3%.

Tabela 05 - Área dos estabelecimentos agropecuários segundo grupos de área – Paraná 1970 - 2006

Grupo de área	1970		1975		1980	
	Nº (ha)	Part. (%)	Nº (ha)	Part. (%)	Nº (ha)	Part. (%)
- de 10 ha	295.272	53,3	237.068	49,5	214.995	47,3
10 a < de 100 ha	240.936	43,5	218.886	45,7	215.031	47,4
100 a < de 1.000 ha	17.158	3,1	20.013	4,2	22.349	4,9
1.000 ha >	1.087	0,2	1.348	0,3	1.537	0,3
Grupo de área	1985		1995		2006	
	Nº (ha)	Part. (%)	Nº (ha)	Part. (%)	Nº (ha)	Part. (%)
- de 10 hectares	229.015	49,1	154.620	41,8	165.513	44,6
10 a < de 100 ha	212.247	45,5	188.305	50,9	170.403	45,9
100 a < de 1.000 ha	23.425	5	25.432	6,9	25.112	6,8
1.000 ha >	1.548	0,3	1.450	0,4	1.191	0,3

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

Adaptado de IPARDES, 2009, p. 02

Organização: Ramos, Juliana Paula.

O índice de Gini, que mede o grau de concentração na distribuição de terra, no estado do Paraná superou o índice de 0,741 no ano de 1996, atingindo 0,770 em 2006. Vale lembrar que quanto maior for a proximidade entre o referido indicador e o número 1 mais elevada é a concentração fundiária.

Para Kohlhepp (1991) a modernização da agricultura no Paraná levou a um forte aumento da área mínima necessária para os estabelecimentos (cerca de 100 a 120 ha) e, com isso, a uma concentração de propriedade fundiária.

A mesorregião Centro-Sul, da qual faz parte o município de Cândói, no período de 1996/2006, de acordo com dados do Censo Agropecuário, assim como o estado do Paraná, apresentou diminuição de participação na área total dos estabelecimentos com menos de 10

ha, passando de 3,4% para 3,2%. Aqueles com menos de 100 ha aumentaram o percentual de participação de 27,7% para 29,9%, assim como as propriedades de 100 a menos de 1000 ha que obtiveram acréscimo de 2,8%, passando de 42% em 1996 para 44,8% em 2006. A faixa de mais de 1000 ha declinou de 26,8% para 22,2% no período abordado.

Os não-proprietários (colonos, parceiros, posseiros, meeiros, arrendatários, agregados) foram afetados pela modernização da agricultura a partir do momento em que a mão de obra agrícola foi sendo substituída por equipamentos mecânicos. Segundo Leão (1989):

Esses produtores prevaleceram no Paraná até a década de setenta enquanto a agricultura encaminhou a questão da força de trabalho com parceiros, colonos, agregados e arrendatários. A utilização intensiva de tecnologia na década permitiu a dispensa dessa força de trabalho, ao mesmo tempo em que reforçou a recuperação das terras anteriormente cedidas aos não-proprietários. A dispensa dessa mão-de-obra foi possível também pela formação de um mercado de trabalho nacional do qual participa a agricultura, elevando rapidamente no período a participação do trabalho assalariado no campo no Paraná. (LEÃO, 1989, p. 41)

Os trabalhadores excluídos do processo de expansão do capitalismo no campo e que não passaram a compor a categoria de assalariados rurais começaram a se deslocar para a zona urbana em busca de emprego, aumentando assim a população urbana. A esse fenômeno se denominou êxodo rural.

Resultados desses problemas envolvendo a propriedade da terra, inúmeros movimentos sociais de luta pela terra passam a atuar no Paraná e Brasil.

1.5 Movimentos sociais no campo brasileiro

De acordo com Gohn (2010) pesquisas recentes indicam a existência de mais de 80 movimentos sociais rurais no Brasil.

Na atualidade os principais movimentos no campo são: o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a Via Campesina (seção Brasil), o MAB – Movimento dos Atingidos pelas Barragens, o MMC – Movimento das Mulheres Camponesas, o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, a Contag – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, o MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a Resab – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro e a CPT – Comissão Pastoral da Terra. (GOHN, 2010, p. 143)

Em geral, os movimentos sociais no campo se formaram em torno de necessidades como a distribuição de terras para aqueles que não a possuem ou para os que a perderam; buscar indenizações justas para os que foram desapropriados de suas terras devido a obras do governo.

Dentre os inúmeros movimentos de sem-terra criados, o mais expressivo é o MST (GOHN, 2010). O movimento começou a se organizar em 1979 no Rio Grande do Sul, e foi constituído oficialmente em 1984, após o primeiro encontro do movimento, que ocorreu em Cascavel – Paraná, onde foram discutidas formas de realização da reforma agrária e mobilização da população. Atua em 24 estados do Brasil reivindicando acesso à terra para nela morar e produzir. Além das pautas de reivindicação, o movimento possui um modelo de educação próprio, que é desenvolvido nas escolas de seus assentamentos, buscando construir uma identidade cultural em seus membros. O MST tem sua organização baseada no modelo coletivo, onde a produção dos assentamentos é controlada por cooperativas, a fim de manter a igualdade de renda entre os assentados.

A organização dos atingidos por barragens teve início no final da década de 1970. O período foi marcado por uma grave crise energética em nível mundial, com a primeira grande crise do petróleo, em 1973. Tal fato fez com que os países buscassem novas formas de gerar energia. No Brasil, um estudo sobre o potencial hidrelétrico mapeou áreas onde poderiam ser construídas usinas hidrelétricas. Com o início das obras de grandes usinas não havia proposta de indenização adequada às famílias que viviam na beira dos rios, causando a expulsão das mesmas de suas terras e casas. Com a insatisfação das famílias, vários focos de resistência surgiram onde as obras estavam sendo construídas. A principal bandeira do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB foi a conquista de terras para reassentamento das famílias em áreas que pudesse ser desenvolvida a agricultura, modo pelo qual sobreviviam (MAB, 2012). A articulação do movimento permitiu a realização do Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em 1989 e que contou com representantes de várias regiões do país. Atualmente o MAB realiza congressos a cada três anos.

Com o objetivo de representar os interesses e os anseios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, permanentes ou temporários; dos agricultores e agricultoras familiares, assentados pela reforma agrária ou não; e, ainda, daqueles que trabalham em atividades extrativistas, foi fundada em 22 de dezembro de 1963 a

Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – Contag (Contag, 2012). É atualmente a maior entidade sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Em 1964, devido ao golpe militar, a confederação sofreu intervenção e seus dirigentes foram presos e exilados. A entidade foi retomada em 1968 com ajuda do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Já foram realizados nove congressos nacionais, no último em 2006, foi eleita a atual diretoria.

O Movimento das Mulheres Camponesas - MMC e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, surgiram com o intuito de lutar pelos direitos das mulheres trabalhadoras rurais e de superar as dificuldades na relação de gênero. Programas e projetos foram criados com o objetivo de aumentar a autonomia das mulheres e combater a discriminação e o preconceito. Resultado desses movimentos alguns direitos foram conquistados, como o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, do salário maternidade, e da aposentadoria aos 55 anos, dentre outros.

A necessidade da reforma agrária tem motivado a criação de novos movimentos, uma vez que, o número de trabalhadores rurais na luta por um pedaço de terra tem aumentado cada vez mais. Visando amenizar o problema da má distribuição fundiária no país, os governos federal e estadual criam assentamentos rurais, assunto que será tratado a seguir.

1.6 Criação de assentamentos rurais

Para Bergamasco & Norder (1996) o termo “assentamento” apareceu pela primeira vez no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países.

De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. (BERGAMASCO & NORDER, 1996, p. 07)

A legislação e regulamentos que devem orientar a implantação de assentamentos rurais, de acordo com o Tribunal de Contas da União (2003), são os seguintes:

- Lei 8.629, de 25/02/1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.
- Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra).

- Decreto nº 59.428/66 que regulamenta o estatuto da Terra.
- MP 2.183-56/2001, que acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nos 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências (em tramitação).
- Instrução Normativa nº 02/2001 do INCRA, que fixa normas para implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária, abrangendo as ações de assentamento de trabalhadores rurais e a atividade complementar de regularização fundiária.
- Norma de Execução nº 02/2001 do INCRA, que define os procedimentos técnicos e administrativos a serem adotados na fase de implantação dos projetos de assentamento, dispõe sobre a coordenação e fiscalização das ações, sobre a contratação das empresas ou entidades prestadoras de serviços, sobre as condições para elaboração do PDA e sobre o roteiro básico para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Rural.
- Norma de Execução nº 09/2001 do Incra, que dispõe sobre o processo de consolidação de projetos de assentamento em área de Reforma Agrária.
- Norma de Execução nº 18/2001 do Incra, que fixa procedimentos para a seleção de candidatos a assentamentos em áreas de reforma agrária.
- Instrução Normativa nº 06/2002 do Incra, que fixa normas gerais para a concessão, aplicação e cobrança do crédito-instalação no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes de Programas de Reforma Agrária.

A criação de assentamentos rurais não remete apenas à fixação do trabalhador rural no campo, envolve também as condições necessárias para tornar a terra produtiva. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA determina três condições básicas para a efetivação dos assentamentos de reforma agrária: oferta de terra ao beneficiário, condições para explorar a terra e incentivo à organização dos assentados.

Segundo Girardi & Fernandes (2008) o INCRA classifica os projetos de assentamentos rurais em 18 tipos (quadro 01) que podem ser criados a partir da desapropriação de terras, reconhecimento de posses ou projetos de conservação ambiental que reconhecem unidades de conservação de uso sustentável como assentamentos. Em todos os casos as famílias assentadas são consideradas beneficiárias da reforma agrária.

Quadro 01 – Tipos de assentamentos rurais

CQ - Comunidades Quilombolas
FLONA - Florestas nacionais
PA - Proj. de Assentamento Federal
PAC - Proj. de Assentamento Conjunto
PAD - Proj. de Assentamento Dirigido
PAF - Proj. de Assentamento Florestal
PAM - Proj. de Assentamento Municipal
PAE - Proj. de Assentamento Agroextrativista
PAR - Proj. de Assentamento Rápido
PCA - Proj. de Assentamento Casulo
PDS - Proj. de Desenvolvimento Sustentável
PE - Proj. de Assentamento Estadual
PIC - Proj. Integrado de Colonização
RESEX - Reserva Extrativista
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
PF - Proj. de Fundo de Pasto
PRB - Proj. de Reassentamento de Atingidos por Barragens
PC - Proj. de Colonização Oficial

Fonte: DATALUTA

Adaptado de Girardi & Fernandes, 2008, p. 85

Organização: Ramos, Juliana Paula.

Para Rocha (2008, apud Girardi & Fernandes, 2008, p. 85) além da origem da terra os assentamentos possuem outras características, podendo ser classificados em *não reformadores* e *reformadores*.

O grupo dos assentamentos não reformadores compreende os seguintes tipos, cujas características são: CQ e PFP: reconhecimento de terras e beneficiários; FLONA, PAE, PAF, PDS, RDS, RESEX: caráter ambiental, reconhecimento de terras e beneficiários; PAC, PC e PIC: projetos de colonização de novas áreas; PDA: colonização e titulação; PAR: titulação de posses; PRB: beneficiários e compensação de passivo social. O grupo dos assentamentos reformadores compreende os tipos PA, PAM, PCA e PE, cujas terras de origem são, em grande, parte desapropriadas. (GIRARDI & FERNANDES, 2008, p. 85)

Como é comum se fazer confusões entre as categorias reforma agrária e assentamento rural, dando-lhes o mesmo significado, fazemos uso da compreensão empregada por Ferreira (1994), para discernir uma da outra:

Uma possível distinção de ordem prática está em considerar a reforma agrária como fundiária, no sentido de torná-la mais

equânime. Já o assentamento compreenderia basicamente, as ações de natureza prática que se iniciariam com a seleção dos beneficiários da reforma agrária e se encerrariam no momento em que eles tomassem posse do lote de terra que lhes tenha sido destinado. (FERREIRA, 1994, p. 39)

O Congresso Nacional começou a receber projetos de lei de reforma agrária desde o final da Segunda Guerra Mundial, mas nenhum deles foi aprovado. De acordo com Brandão (2003) em 1954, visando amenizar as questões e tensões sociais no campo, foi fundado o Instituto Nacional para Imigração e Colonização (INIC), que tinha por objetivo planejar a colonização nos estados.

O INIC foi substituído pela Superintendência para Reforma Agrária (SUPRA), em 1962, no governo do presidente João Goulart. O novo órgão foi criado para executar a reforma agrária. Com o golpe militar de 1964, a recém criada SUPRA foi substituída pelas agências do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que em 1970 foram absorvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (BRANDÃO, 2003), órgão que administra a questão agrária até os dias atuais.

O INCRA teve um papel muito importante em diversos projetos e programas, como no Plano de Integração Nacional (PIN), no Projeto Integrado de Colonização (PIC) e também nos Projetos Fundiários (PFs). Os planos do INCRA visavam, além da colonização, uma progressiva distribuição de terras em áreas definidas (FOWERAKER, 1982).

Em 1985, através do decreto nº 91.766, o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento – MIRAD, em conjunto com o INCRA elaboraram o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). As metas estabelecidas para o plano foram irrealistas (1.400.000 famílias assentadas) e acabaram fracassando.

Durante a Conferência da Terra, em 2003, foi criado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que previa o assentamento de 400 mil famílias, acesso a terra de 130 mil famílias por meio do crédito fundiário e 500 mil famílias com regularização fundiária até o final de 2006, além de prever ações para beneficiar famílias que pudessem gerar renda e ter acesso a saúde, educação, energia elétrica e saneamento básico.

Segundo Ferreira (1994) uma proposta de reforma agrária que seja capaz de modificar a estrutura fundiária do país ainda deve superar diversos percalços e inúmeras algumas questões que devem ser consideradas neste processo:

- Dificuldade com relação às informações básicas sobre a evolução da estrutura fundiária: o INCRA e IBGE utilizam esquemas conceituais próprios no levantamento de informações, o que faz com que não haja compatibilidade nas informações referentes à identificação do espaço fundiário e seus detentores e a forma com que os produtores ocupam e exploram o espaço rural.
- Dificuldades com relação às informações sobre a evolução da estrutura ocupacional no campo: as informações sobre a situação ocupacional rural são pesquisadas pelos censos demográficos e agropecuários que nos últimos tempos não tem apresentado a periodicidade histórica que mantinha.
- Dificuldades de ordem jurídico-legal: definir a forma de pagamento das desapropriações para fins de reforma agrária e determinar o que são propriedades produtivas, propriedades pequenas e médias, são fatores que geram discussão e atrasam a proposta de reforma agrária. Enquanto tais questões não forem definidas a proposta de reforma fundiária não avança.
- Dificuldades de ordem administrativa e institucional: as constantes reformulações no INCRA dificultaram a implementação da reforma agrária. A criação do instituto em 1970, sua extinção em 1987, sendo substituído pelo INTER e a recriação do mesmo em 1989 estagnou a aplicação do I PNRA.

Embora haja um número considerável de famílias beneficiárias da reforma agrária, dados fornecidos pelo INCRA apontam que a maioria não recebe a infraestrutura necessária para se instalar e produzir no campo, exigindo soluções que vão para além da distribuição de lotes de terra.

1.7 Assentamentos rurais no Paraná – Distribuição geográfica

A experiência paranaense com relação ao assentamento de produtores rurais é recente. Até o ano de 1982 o INCRA não havia promovido praticamente nenhuma desapropriação de terras e nenhum assentamento rural. A única exceção foi o projeto de assentamento Pic-Ocoy, implantando em 1973 em uma área de 12.000 ha, no município de São Miguel do Iguçu. O assentamento foi fruto de pressão da ONU para preservação do Parque Nacional do Iguçu, uma vez que as famílias assentadas estavam sediadas no parque. O INCRA não possuía experiência em desapropriações e implantação de assentamentos. A área média por família era calculada pela divisão da área total pelo

número de famílias que precisavam ser assentadas, independente da possibilidade de sobrevivência na área estipulada (IPARDES, 1992).

Para que o I PNRA pudesse ser executado no Paraná, o governo do Estado criou a Secretaria Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária (SECRA), órgão que passou a ser responsável pela relação do estado com o MIRAD e de diálogo com o MST. A SECRA, devido a dificuldades de coordenação, não conseguiu operacionalizar a reforma agrária e acabou sendo substituída pelo cargo de Secretário Especial de Assuntos Fundiários (SEAF), cujos objetivos era planejar, coordenar e controlar a execução da reforma agrária (IPARDES, 1992). O SEAF sofreu boicote por parte da União dos Ruralistas, tornando-se extinto em 1989. Suas atribuições passaram a ser da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAB).

De acordo com dados do INCRA, 2010, o Paraná apresenta 368 assentamentos rurais distribuídos em 134 municípios e que são oriundos de Projetos de Assentamentos Rurais Federais, Estaduais, dos Programas Cédula da Terra e Reassentamento de Barragem e também de Projetos de Colonização (figura 02).

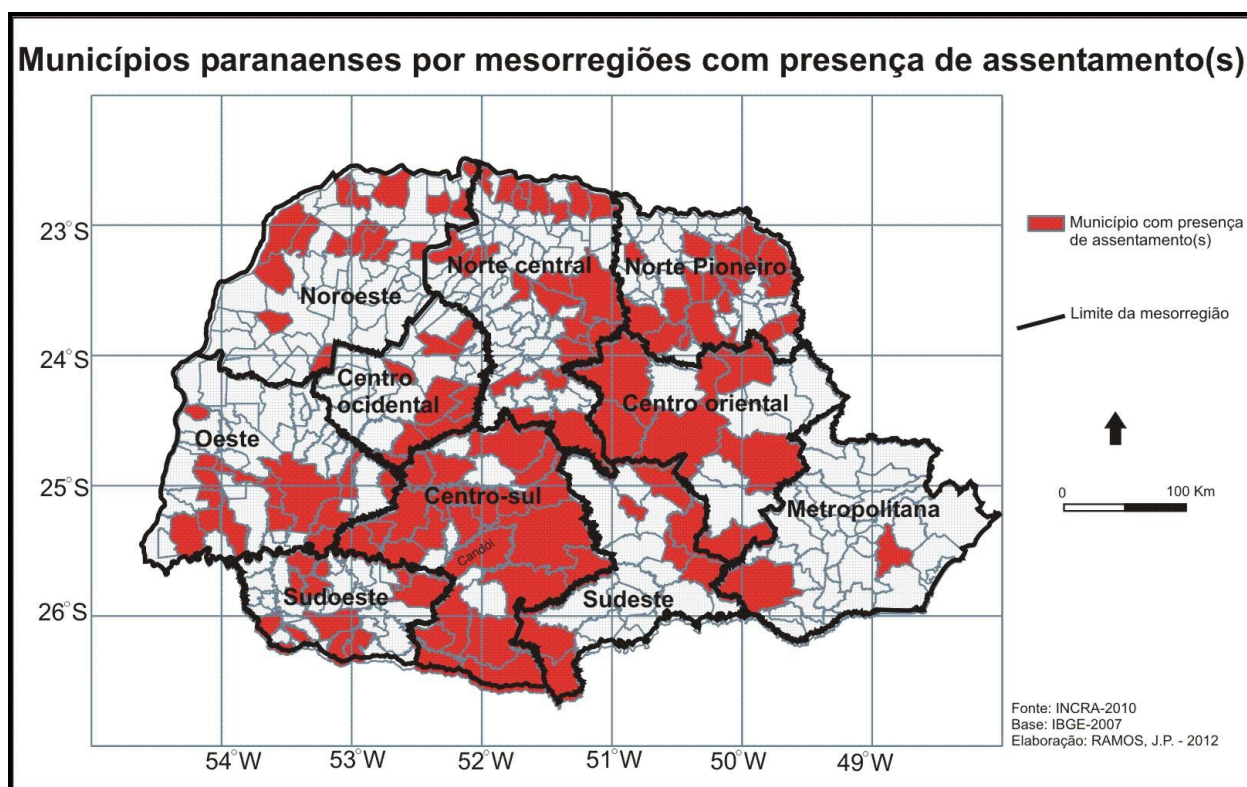


Figura 02: Municípios do Paraná, por mesorregiões, que apresentam Projetos de Assentamentos de origem Federal, Estadual, dos Programas Cédula da Terra e Reassentamento de barragens e Projetos de Colonização.

A região que concentra o menor número de assentamentos é a Mesorregião Metropolitana de Curitiba (tabela 06), dos 37 municípios que a compõem apenas Morretes e Lapa possuem projetos de assentamentos rurais.

Inversa a mesorregião Região Metropolitana de Curitiba aparece o Centro-Sul, com 112 projetos de assentamentos rurais, sendo a mesorregião com a maior concentração de projetos do estado. No início dos anos de 1980 a região ainda apresentava expressivas extensões de terras não exploradas e relativamente baratas, tornando-se polo de atração de pequenos agricultores com bom potencial produtivo. O conhecimento dessa realidade, segundo IPARDES, p. 43, 1992 “orientou as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que direcionaram as ocupações de terra preferencialmente para essa região”.

Tabela 06 – Distribuição dos assentamentos rurais por mesorregião paranaense

Mesorregião geográfica	Nº de Assentamentos
Centro - Ocidental	18
Centro - Oriental	29
Centro - Sul	112
Metropolitana de Curitiba	2
Noroeste	36
Norte Central	52
Norte Pioneiro	44
Oeste	31
Sudeste	21
Sudoeste	23
	Total: 368

Fonte: INCRA, 2010

Organização: Ramos, Juliana Paula

Por se destacar dentre as demais Mesorregiões do Estado e abranger o município de Candói, serão apresentados dados referentes a municípios com presença de assentamentos, total de assentamentos por município, famílias assentadas, quantidade de famílias por assentamento (densidade), área ocupada e tipos de assentamento no Centro-Sul paranaense (figura 03¹).

¹ O mapa da figura 03 é base para os demais mapas apresentados referente ao centro-sul, uma vez que apresenta o nome de todos os municípios da mesorregião.

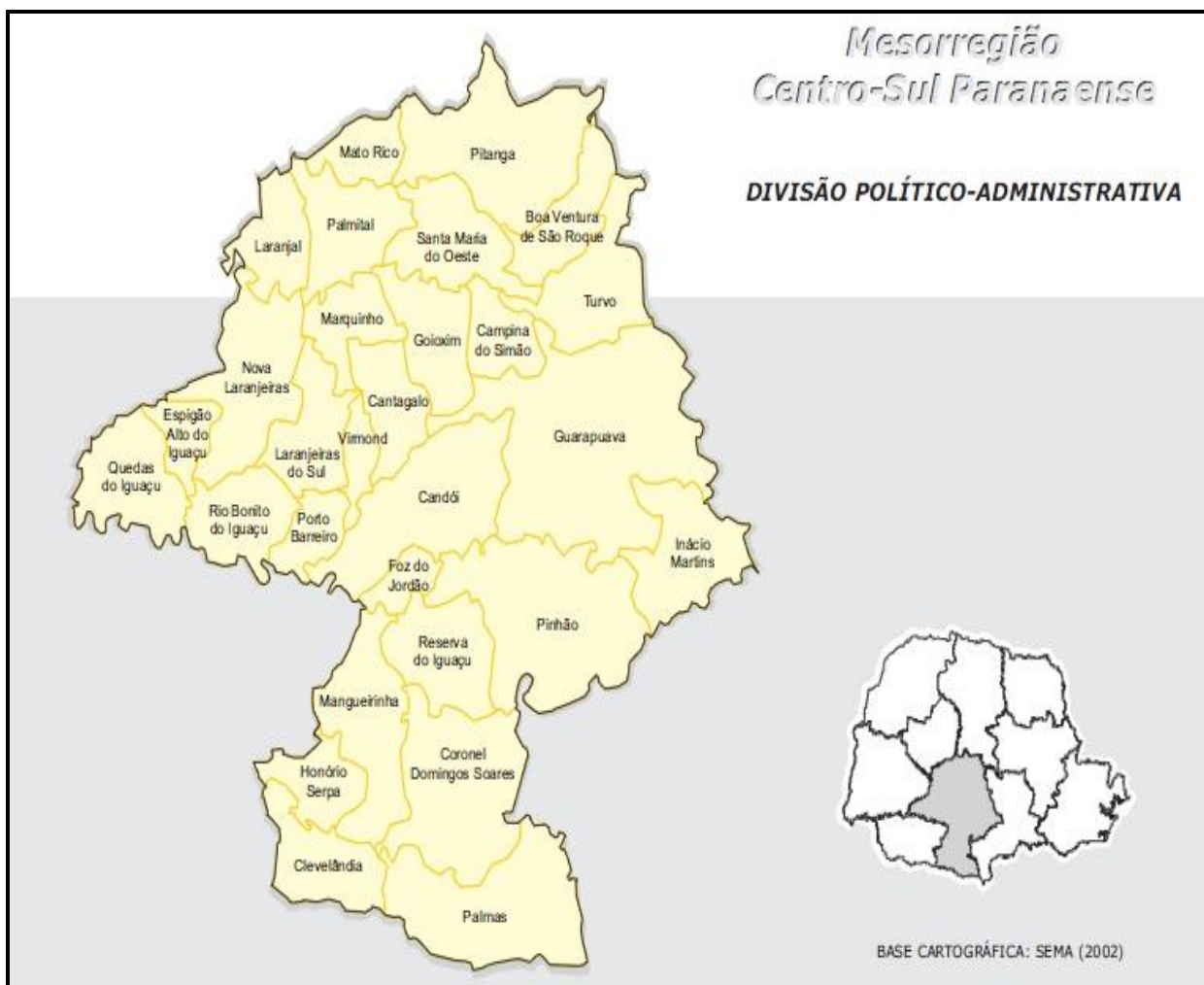


Figura 03: Municípios que compõem a mesorregião Centro-Sul.
Fonte: IPARDES, 2006.

Dos 29 municípios que compõem o Centro-Sul paranaense, apenas 04 não apresentam projetos de assentamentos (figura 04), sendo eles: Foz do Jordão, Mato Rico, Porto Barreiro e Virmond. Tal fator demonstra que 86,2% da mesorregião possui ao menos um projeto de assentamento por município, um número bastante considerável se comparado às demais mesorregiões do estado.

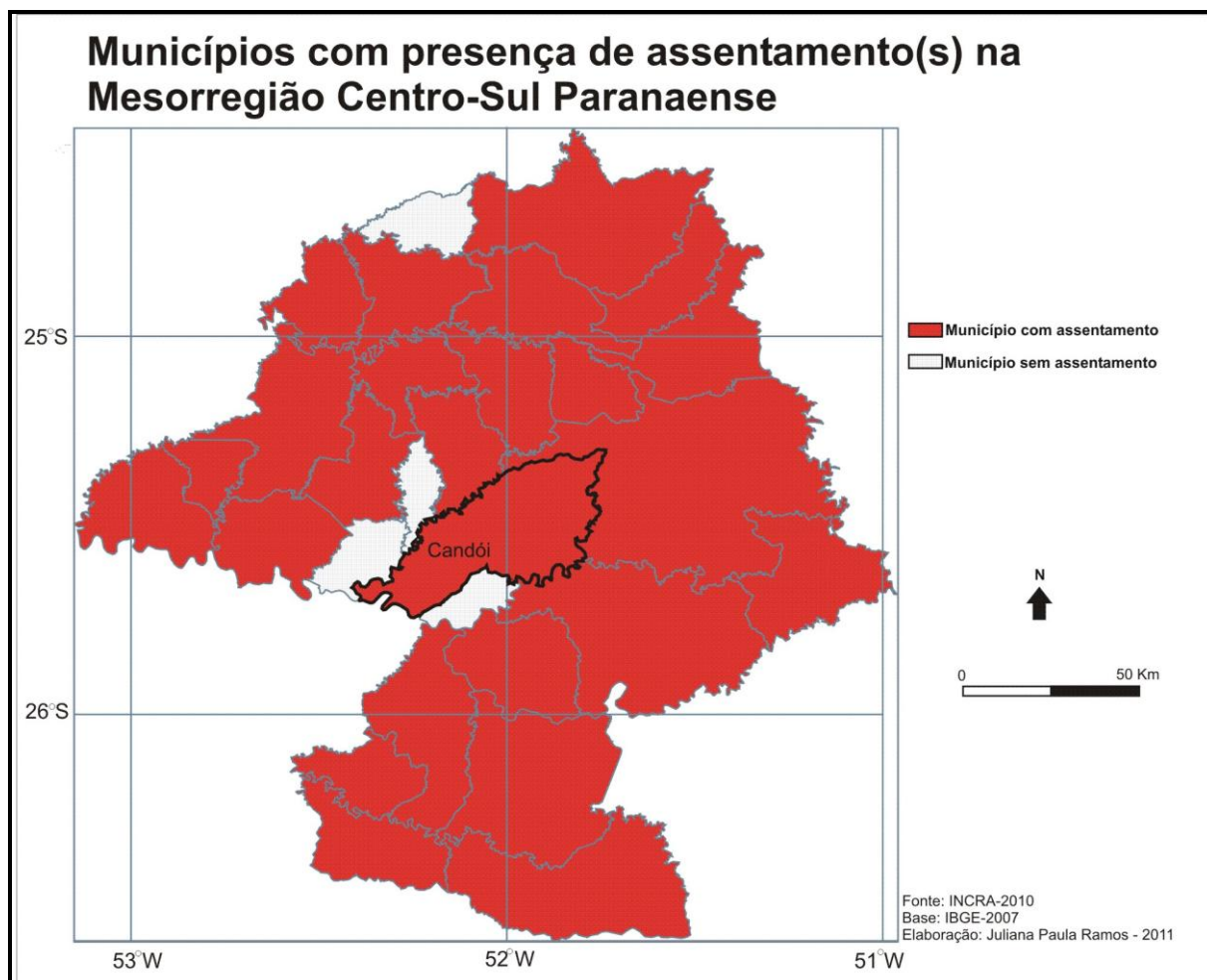


Figura 04: Municípios que apresentam projetos de assentamentos no Centro-Sul do Paraná.

Os assentamentos rurais por município na Mesorregião Centro-Sul do estado podem variar de 01 até 11 projetos (figura 05). Neste caso, Espigão Alto do Iguaçu, Marquinho e Turvo são os municípios que apresentam apenas um projeto de assentamento. Honório Serpa, Goioxim e Guarapuava merecem destaque na região, pois apresentam respectivamente 11, 11 e 09 projetos de assentamentos rurais.

Honório Serpa conta com uma área de 502 km² onde estão concentrados 5960 habitantes, segundo censo do IBGE - 2010, do total, 1.991 habitantes vivem na área urbana e 3.969 na área rural. Os 11 projetos de assentamentos rurais abrigam 412 famílias que ocupam uma área de 8.734 ha no município, desse número de projetos 10 assentamentos são de origem federal e 01 de origem estadual.

O município de Goioxim apresenta um total de onze projetos de assentamentos rurais onde estão distribuídas 319 famílias que ocupam uma área total de 8.288,9 ha. Todos

os projetos de assentamentos rurais têm origem na esfera federal. Da população de 7.504 habitantes, 1.576 ocupam a área urbana do município e 5.748 a área rural.

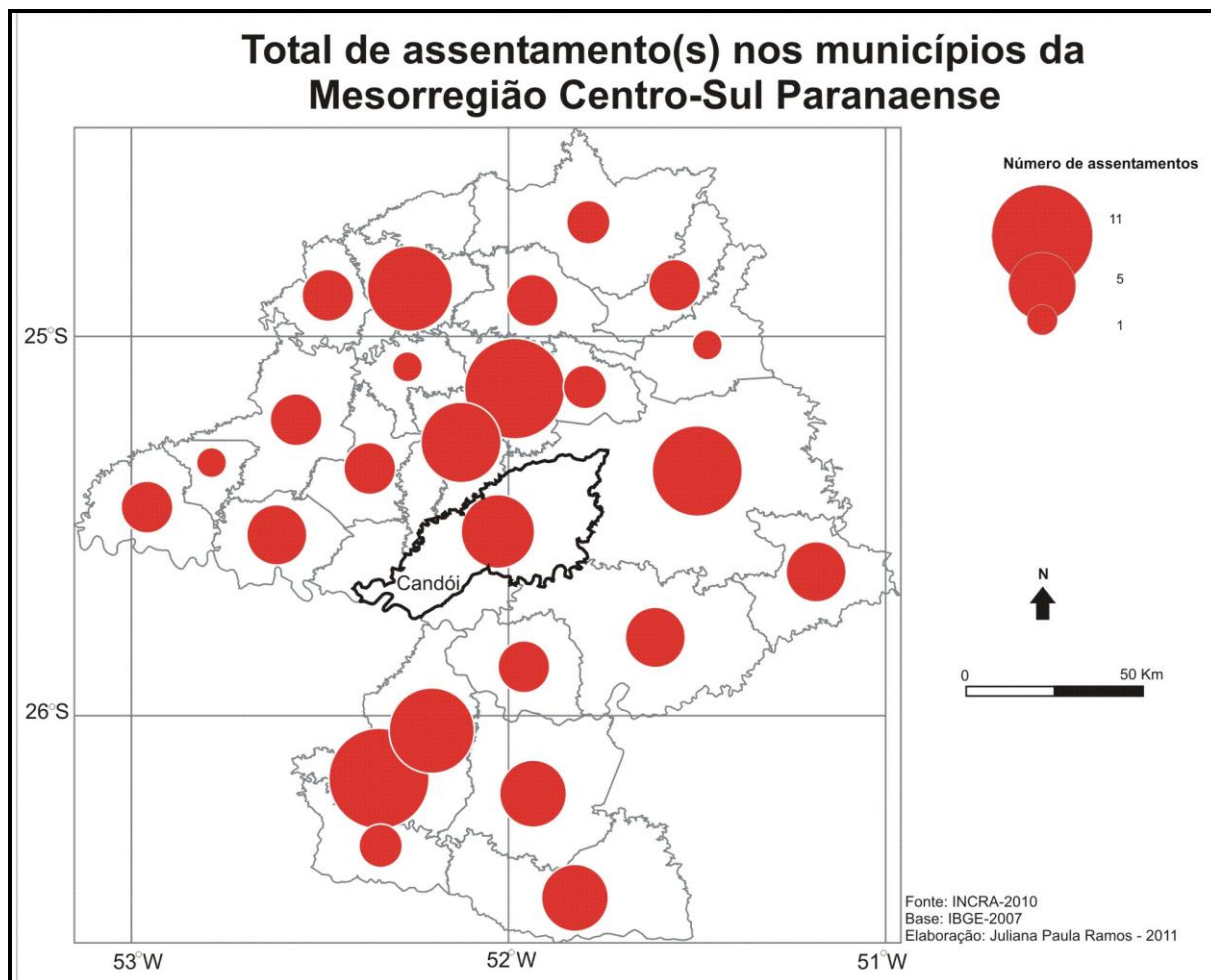


Figura 05: Número de assentamentos por município na mesorregião Centro-Sul.

Guarapuava, que também se destaca no mapa de assentamentos por município, apresenta 09 projetos de assentamentos, sendo 02 oriundos do Programa Cédula da Terra e 07 de origem federal. No total, os projetos de assentamentos abrigam 305 famílias que estão distribuídas em 6.981,62 ha.

O município de Candói abriga 06 diferentes tipos de projetos de assentamentos, em que estão distribuídos 253 famílias em uma área de 3.681,41 ha. Essa diversidade no tipo de projeto de assentamentos implantados e não no número de assentamentos foi que definiu a opção por estudar essa área.

O número de famílias assentadas por município apresenta grande variação (figura 06), o projeto de assentamento “Fazenda Guampara” no município de Marquinho abriga apenas 07 famílias numa área de 176 ha, em contrapartida no município de Rio Bonito do

Iguaçu 1.589 famílias estão assentadas numa área de 28.252,91 ha nos projetos de assentamentos “Ireno Alves dos Santos”, “Marcos Freire”, “10 de maio” e “Unidos do Pinhalzinho”.

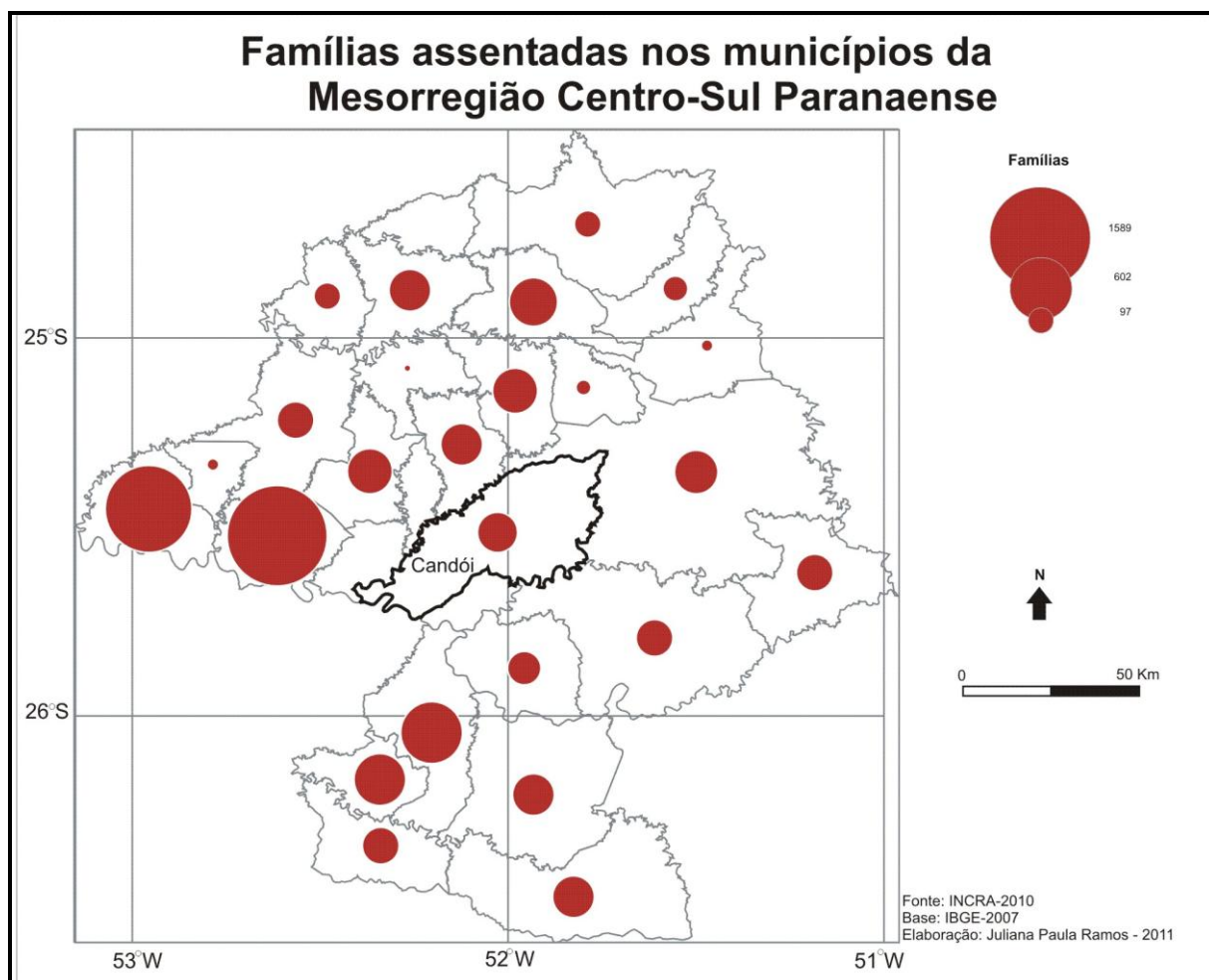


Figura 06: Número de famílias assentadas por município na Mesorregião Centro-Sul do Paraná.

A formação destes assentamentos provocou impactos significativos em alguns municípios como Rio Bonito do Iguaçu, em que a população foi de pouco mais de 6.000 para 20.000 habitantes, movimentando a política e a economia regional (HAMMEL; SILVA e ANDREEATTA, 2007). A origem dos projetos de assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire foi uma ocupação de terra, realizada no dia 17 de abril de 1996, com a participação de mais de 3 mil trabalhadores sem-terra. Desde a ocupação até a desapropriação das terras para fins de reforma agrária se passaram 2 anos, tempo que as famílias ficaram acampadas.

O município de Quedas do Iguaçu também merece destaque na questão do número de famílias assentadas, no total são 1.191 famílias, distribuídas em 3 projetos de assentamentos: “PA Celso Furtado”, “PA Rio Perdido” e “PA Núcleo Agrícola Vitória”. O projeto de assentamento Celso Furtado abriga 1.095 famílias em uma área de 23.733,18 ha. Criado em 26 de setembro de 2005, o assentamento foi formado a partir da arrecadação das terras das fazendas Rio das Cobras e Pinhal Ralo pertencentes a empresa Arupel. O fato de ser um latifúndio de mais de 80.000 ha levou o MST a ocupar a área, primeiramente em 1999, e posteriormente, em 2003.

A partir dos dados do INCRA, é possível estabelecer uma relação entre famílias assentadas e projetos de assentamentos, podendo-se encontrar a densidade de cada projeto de assentamento.

Os municípios de Marquinho e Campina do Simão apresentam densidade baixa, entre 19,94 e 52,45 família por assentamento (mapa 07), dessa forma é possível afirmar que existe uma área maior para um número menor de famílias. Candói conta com densidade de 42,16, sendo 253 famílias distribuídas em seis projetos de assentamento.

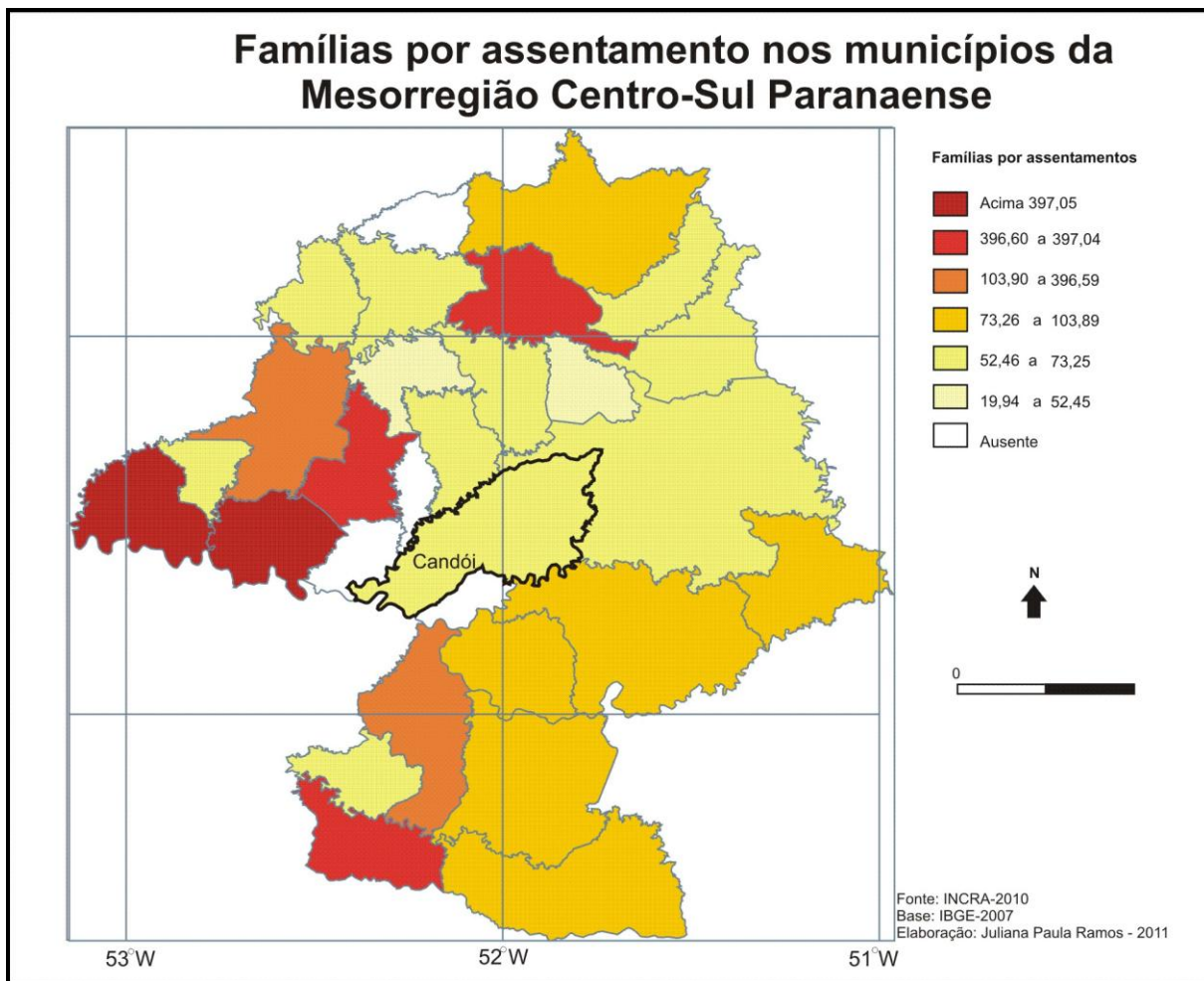


Figura 07: Relação entre famílias assentadas e projetos de assentamentos no Centro-Sul paranaense.

A situação inversa ocorre nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu onde a densidade fica acima dos 397,05 famílias por assentamento. Este fato ocorre devido ao grande número de famílias assentadas nestes municípios, os mesmos apresentam respectivamente 1.589 famílias em uma área de 28.252,91 ha e 1.191 famílias em 24.938 ha.

Cada assentamento rural ocupa uma área diferente no município em que está localizado, geralmente quanto maior o número de assentamentos no município maior a área ocupada pelos mesmos. Com base na figura 08, pode-se observar que os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu apresentam as maiores áreas ocupadas por assentamentos na mesorregião Centro-Sul, ocupando respectivamente 28.252,91 ha de 746 km² e 24.938,41 ha de 822 km². O município de Mangueirinha também apresenta uma área considerável, ocupando 13.386,06 há em 1.055 km².

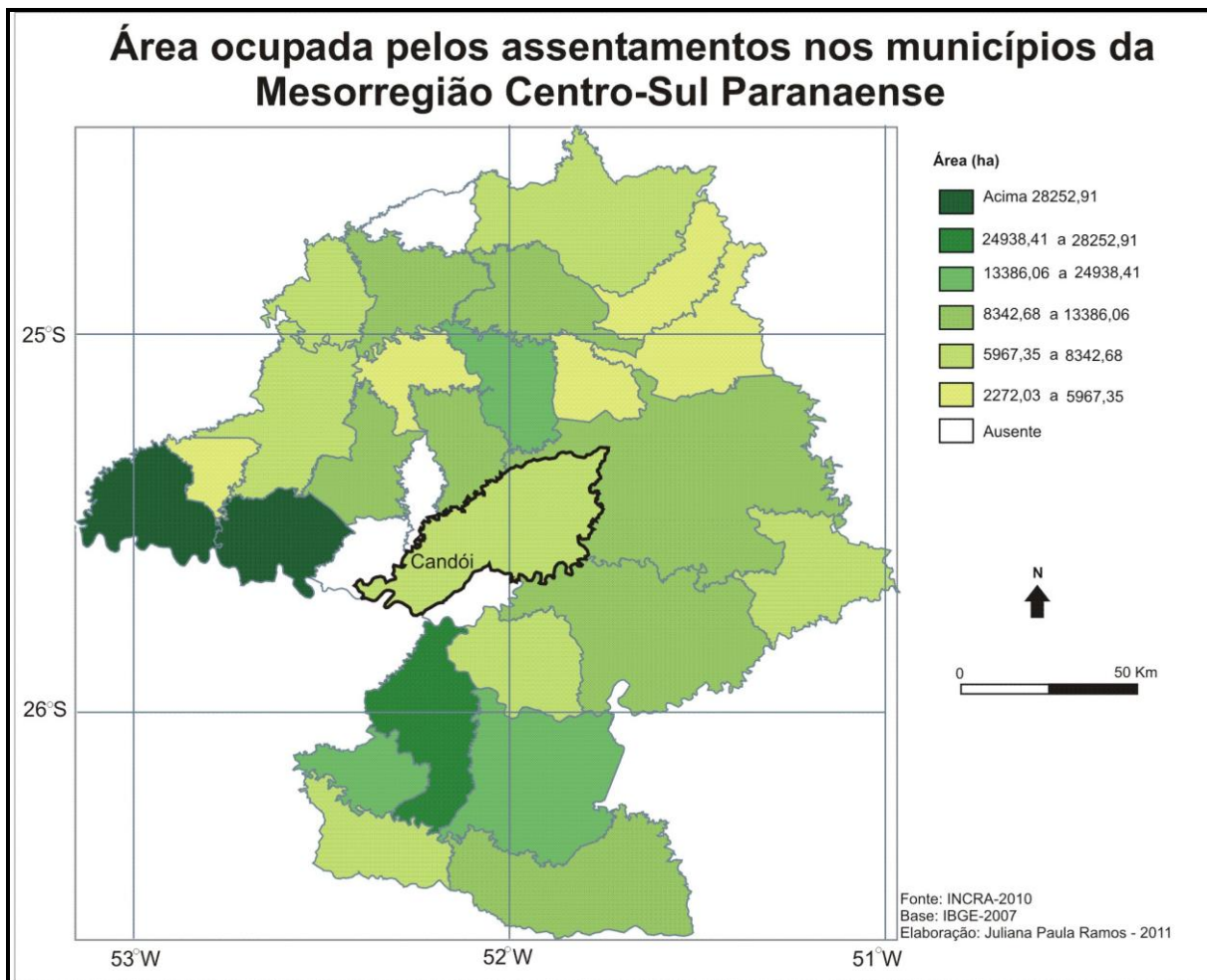


Figura 08: Área ocupada pelos assentamentos nos municípios do Centro-Sul paranaense.

Os municípios de Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândói, Espigão Alto do Iguaçu, Marquinho e Turvo são aqueles em que os projetos de assentamentos ocupam as menores áreas, entre 2.272,03 e 5.967,35 ha.

No estado do Paraná os projetos de assentamentos rurais são oriundos de esferas diversas como, Federal, Estaduais, do Programa de Reassentamento de Barragem, do Programa Cédula da Terra e também Projetos de colonização (figura 09).

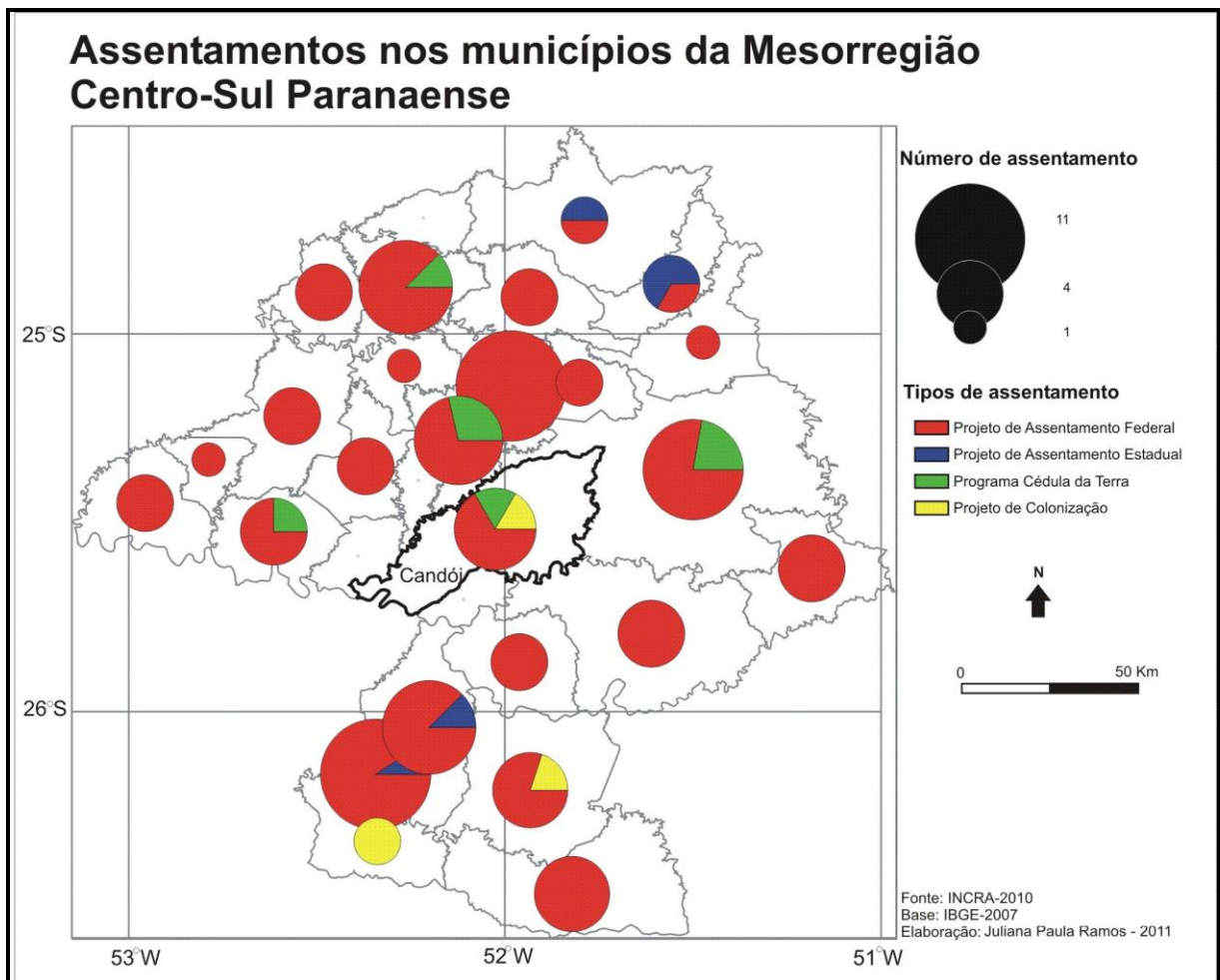


Figura 09: Tipos de projetos de assentamentos existentes no Centro-Sul do Paraná.

O projeto Cédula da Terra foi instituído em 1997. Inicialmente com o nome de Projeto São José (1996), atendeu algumas regiões do estado do Ceará e, no ano seguinte, estendeu-se para os estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

Chamado de "reforma agrária de mercado", o Cédula da Terra, em linhas gerais, foi o processo de compra de propriedades por meio da negociação direta entre uma organização de trabalhadores rurais associados e o proprietário da terra. A intermediação ficava a cargo do governo estadual, que avaliava o imóvel, definia seu valor de mercado e o teto para financiamento. Nos casos em que a proposta era aceita, o valor da terra mais as benfeitorias eram pagas ao proprietário do imóvel e a associação de trabalhadores contraía um empréstimo junto ao banco, tendo o prazo de três anos de carência para começar a pagar as prestações da dívida. O tamanho dessas propriedades deveria ser menor do que quinze módulos fiscais, ou seja, estar abaixo do valor estipulado para as áreas de reforma agrária.

Dentre os municípios que apresentam assentamentos na mesorregião estudada, 56% abrigam projetos oriundos da esfera Federal, 40% são de diversas origens e 4% tem origem apenas em Projetos de Colonização.

O município de Candói é aquele que apresenta a maior diversidade na origem dos assentamentos, dentre os seis projetos de assentamentos, quatro tem origem federal e os dois restantes têm respectivamente origens em Projeto de Colonização e no Programa Cédula da Terra.

Com base nos dados obtidos no INCRA pode-se concluir que a mesorregião Centro-Sul paranaense é predominantemente rural, com municípios que favorecem a criação de assentamentos, devido em grande parte às condições em que se encontram os trabalhadores rurais. Dado à condição social e econômica dessa Mesorregião, concentra-se neste espaço um número significativo de movimentos que lutam pelo direito do trabalhador rural ter acesso a terra.

CAPÍTULO II – MUNICÍPIO DE CANDÓI - A ÁREA DE ESTUDO

2.1 Localização geográfica

O município de Candói, que segundo IBGE, faz parte da Mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná (figura 10), localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 1.512,79 km², onde estão distribuídos 14.983 habitantes (IBGE, 2010).



Figura 10: Localização do Município de Candói/PR.

A Mesorregião do Centro-Sul Paranaense abriga 453.821 habitantes (IBGE, 2010), em 29 municípios agrupados em três microrregiões denominadas Guarapuava, Palmas e Pitanga. Sua área territorial, de 26.409,78 km², equivale a 6% do território total do estado e a densidade populacional é de 21,1 hab./km², a mais baixa dentre todas as mesorregiões. O

maior núcleo urbano da mesorregião é Guarapuava, do qual faz parte o município de Cândói.

Essa Mesorregião (Centro-Sul) teve sua história de ocupação ligada às atividades econômicas tradicionais, de caráter extensivo e extrativo: à exploração de algum recurso natural, começando pelo gado, que eram criados e transportados pelos tropeiros. Paralelo a este tipo de criação, teve início a extração da erva-mate, e mais tarde, da madeira.

No início da década de 1970 a mesorregião constituía uma das áreas menos populosas do estado. Este panorama pode ser explicado pela concentração das atividades econômicas em grandes propriedades rurais, com terras pouco exploradas, contando com a exploração da mão de obra local com pagamentos irrisórios pelo dia de trabalho ou pelo trabalho familiar, não havendo comunicação com outras áreas que apresentassem atividades mais dinâmicas. Ficou por muito tempo isolada das áreas que desenvolviam uma economia mais dinâmica, mas perdeu sua população em decorrência da baixa atividade econômica, que provocou a mobilidade da mão de obra local para outros centros urbanos, de economia mais dinâmica.

2.2 Aspectos gerais do município de Cândói

Nos primórdios de sua ocupação, as terras do município de Cândói foram habitadas pelos índios Votorões, da nação Caingangue. Quem primeiro reivindicou a ocupação da região foi o capitão Manoel Elias de Araújo e sua esposa Clara Magdalene dos Santos, proprietários de grande área de terras entre os rios Cavernoso, Jordão e Iguaçu (FERREIRA, 1999).

Em 21 de dezembro de 1892, foi criado o Distrito Policial de Candoy. No dia 05 de abril de 1913, a Lei Estadual nº 1.316, criou o Distrito Administrativo. Em 30 de dezembro de 1948, por meio da Lei Estadual nº 199, foi alterada a grafia de Candoy para Cândói.

No dia 27 de agosto de 1990, pela Lei Estadual nº 9.353, foi criado o município, com território desmembrado do município de Guarapuava. A instalação oficial deu-se em 01 de janeiro de 1993.

Com relação às características físicas da mesorregião Centro-Sul, a alteração das rochas basálticas, associada ao clima da região, deu origem aos solos do tipo terra roxa, nos quais os solos mais profundos ocupam áreas mais aplainadas e suavemente onduladas, enquanto as superfícies de maiores declividades são ocupadas por solos rasos, dentre os

quais se ressalta cinco tipos: latossolos, latossolo Bruno e Roxo, terra Roxa estruturada, litólicos e cambissolos. Os solos onde estão localizadas as terras que formam o município de Candói possuem fertilidade regular, como mostra a figura 11.

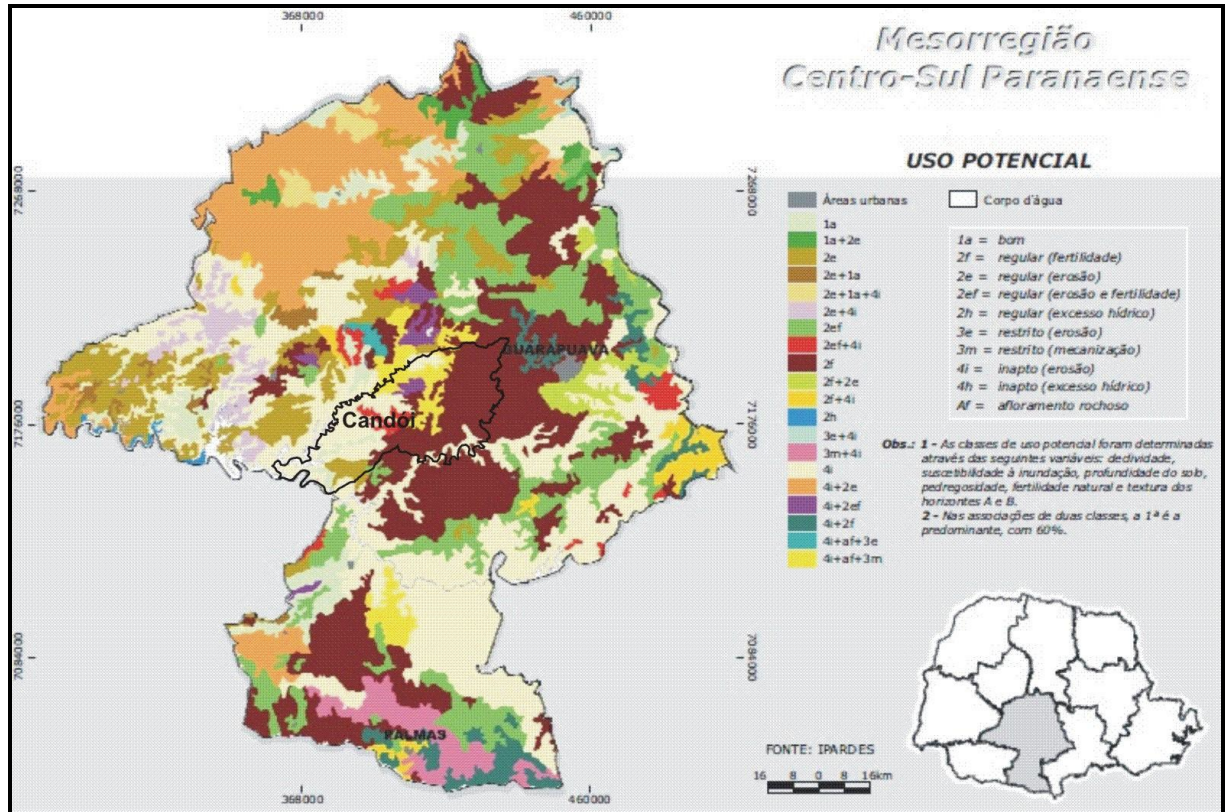


Figura 11: Uso potencial dos solos do Centro-Sul paranaense.
Fonte: IPARDES, 2004

Na maior parte da mesorregião ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfb), de verões frescos e geadas severas e frequentes, sem estação seca, cujas principais médias anuais de temperatura dos meses mais quentes são inferiores a 22°C, e, dos meses mais frios, inferiores a 18°C. A temperatura média anual é de 16°C, com chuvas entre 1.600 e 1.900 mm. Nos campos de Guarapuava e Palmas (área onde se localiza o município de Candói) as temperaturas são diferenciadas dos demais municípios da mesorregião, com até 23°C no mês mais quente, e no mês mais frio inferior a 13°C, com mais de cinco geadas noturnas e precipitação anual de 1.800 mm (MAACK, 1968).

No Centro-Sul estão presentes três biomas distintos: a Floresta Estacional Semidecidual (FES), a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e os Campos Naturais (CAM), bioma onde se encontra o município de Candói (figura 12).

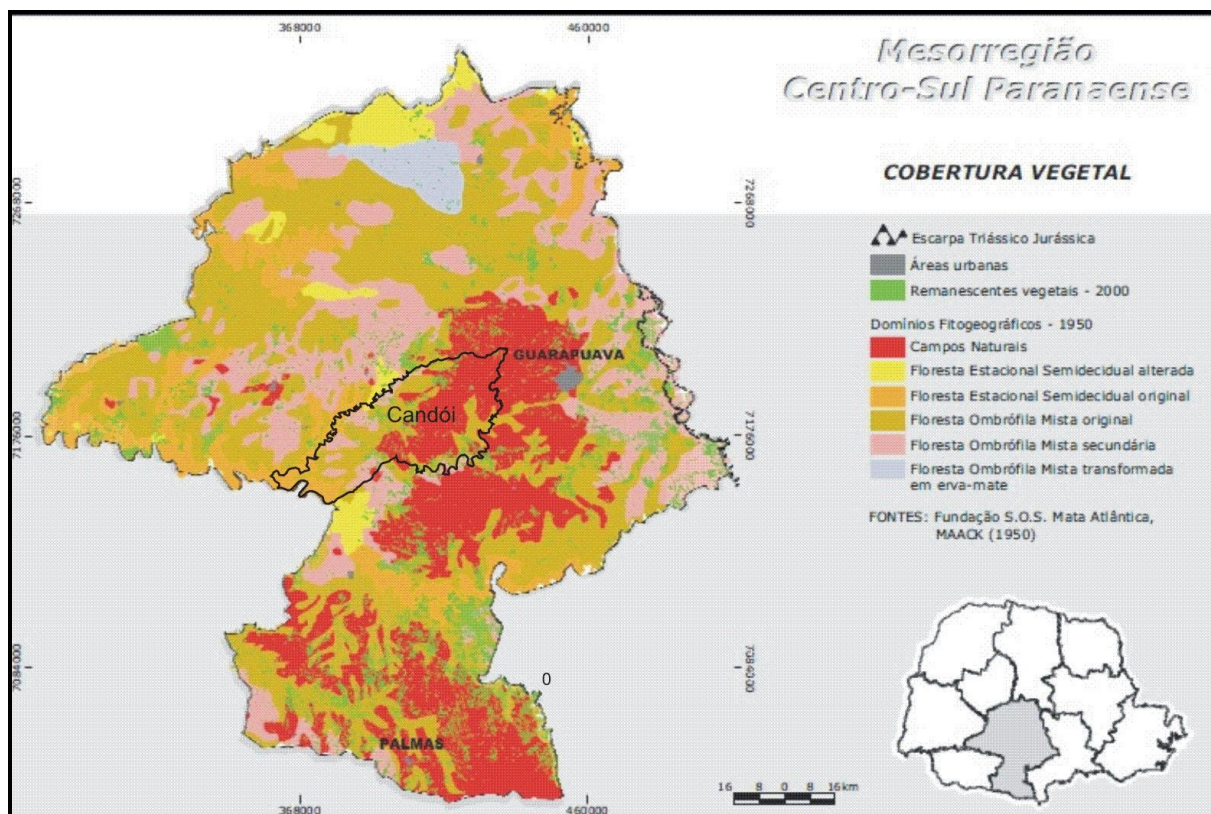


Figura 12: Cobertura vegetal do Centro-Sul paranaense.

Fonte: IPARDES, 2004

Segundo dados do IPARDES (2012) 57,9% dos estabelecimentos agropecuários tem como atividade econômica principal a lavoura temporária. Em segundo lugar, com 34,4%, aparece a pecuária e criação de outros animais. Dentre os 1780 estabelecimentos presentes no município, 1285 tem o produtor como proprietário, o restante dos estabelecimentos estão divididos entre arrendatários, assentados sem titulação definitiva, ocupantes e parceiros (relações que remetem ao Paraná tradicional).

O município de Candói produz milho, soja e trigo, culturas que apresentam boa produtividade, decorrência das condições do solo, temperatura e precipitação necessárias a esses tipos de culturas. O município é também o maior produtor de canola no Paraná (figura 13). A produção é comercializada com Maringá e depois de transformado, o óleo é vendido para diversas indústrias.



Figura 13: Plantação de canola em Candói – PR.
RAMOS, J. P. - 2012

No município está localizada a usina hidrelétrica de Santa Clara. Inaugurada em outubro de 2005, a usina produz 118 megawatts de potencia e foi construída pela Copel com participação privada. Instalada em uma área de 2.115 hectares e com barragem de 72 metros de altura, a usina gera energia suficiente para alimentar um município de até 600.000 habitantes.

2.3 Descrição dos projetos de assentamento estudados

O município de Candói apresenta seis projetos de assentamentos rurais (figura 14), sendo eles: PC Ilhéus, PA Colônia São João Batista, PA Águas de Santa Clara, PA Mata do Cavernoso, PA União São Pedro e PCT Rio Bonito. Há ainda o PA 08 de outubro, projeto de assentamento criado, mas que ainda se encontra em fase de instalação das famílias a serem assentadas. Tal projeto será capaz de abrigar 10 famílias. A área ainda não conta com a instalação de energia elétrica e construção de estradas.



Figura 14: Localização dos assentamentos no município.

De acordo com dados do INCRA, dentre os seis assentamentos, quatro são de esfera Federal e os dois restantes tem origem em Projeto de Colonização e no Programa Cédula da Terra (figura 15).

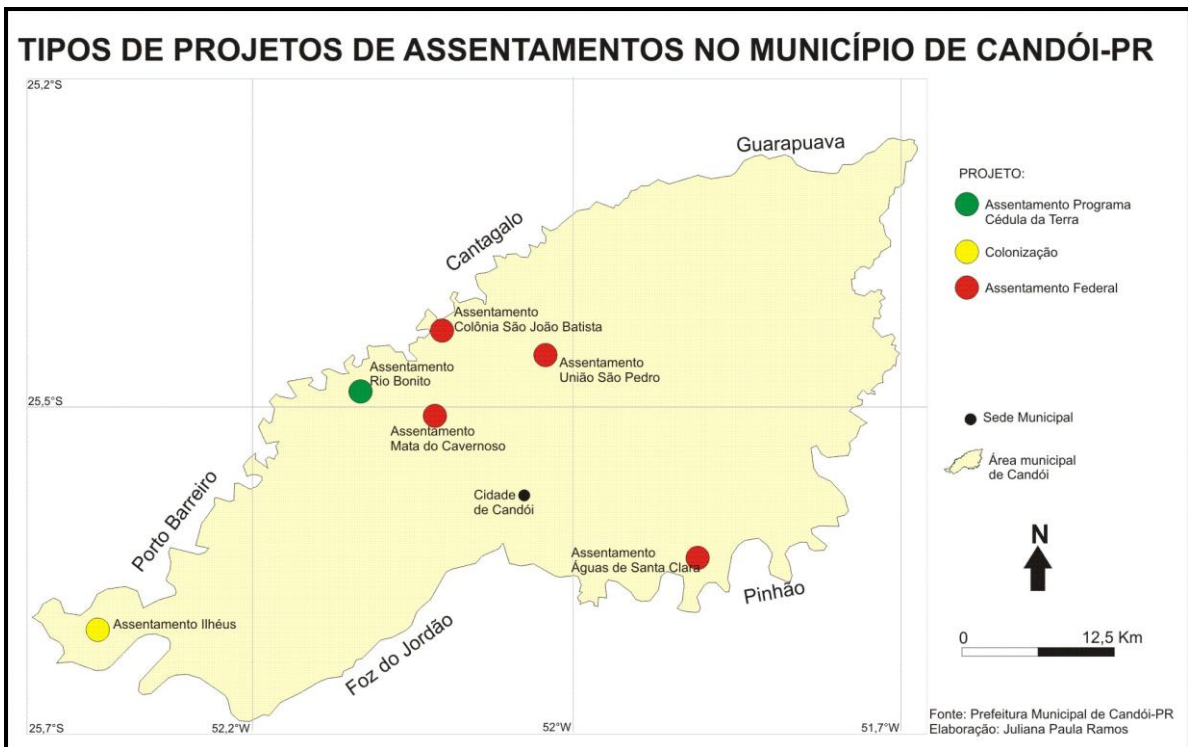


Figura 15: Tipos de projetos de assentamento em Candói.

O número de famílias por assentamento varia entre 05 e 79 (figura 16). O PC Ilhéus se destaca pelo maior número de famílias assentadas, seguido do PA Mata do Cavernoso. O PCT Rio Bonito é aquele que apresenta o menor número de famílias assentadas, 05 apenas.

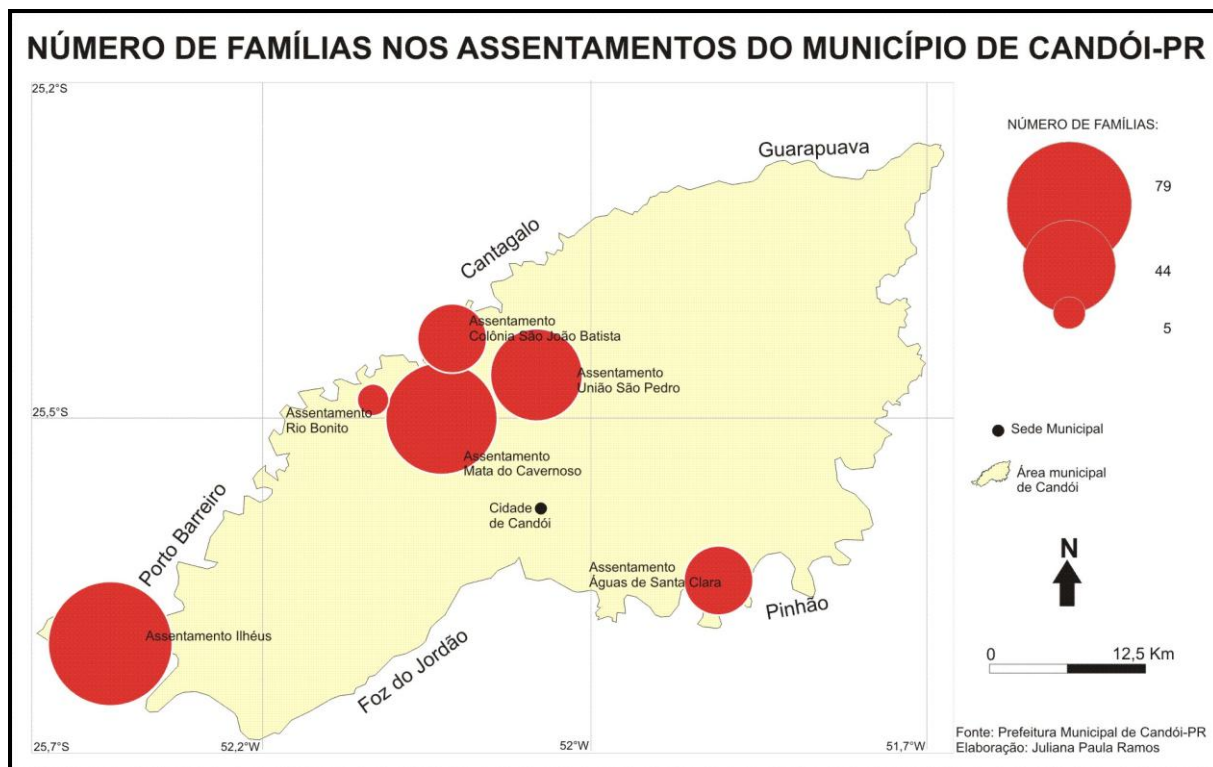


Figura 16: Número de famílias por assentamento.

Os projetos de assentamentos rurais presentes no município de Candói não apresentam relação direta com o MST. Embora mantenham contato, no geral, os assentamentos não carregam a bandeira do MST. As ocupações realizadas em algumas áreas e que ocasionaram na criação de alguns assentamentos foram realizadas por grupos independentes. O PA Mata do Cavernoso inclusive, se caracteriza como Bandeira Branca, assentamento que não apresenta nenhuma relação com o MST.

2.3.1 Criação de assentamentos rurais no município de Candói

A criação de assentamentos rurais no município de Candói é proveniente de períodos e representantes políticos distintos, como demonstra a figura 17. O primeiro assentamento, criado em 1984 quando o município ainda era distrito de Guarapuava, e classificado como Projeto de Colonização, surgiu no mandato do último presidente do período da ditadura militar, General João Figueiredo. Para Bergamasco e Norder (1996) os

projetos de colonização foram “formulados durante o regime militar, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola”.

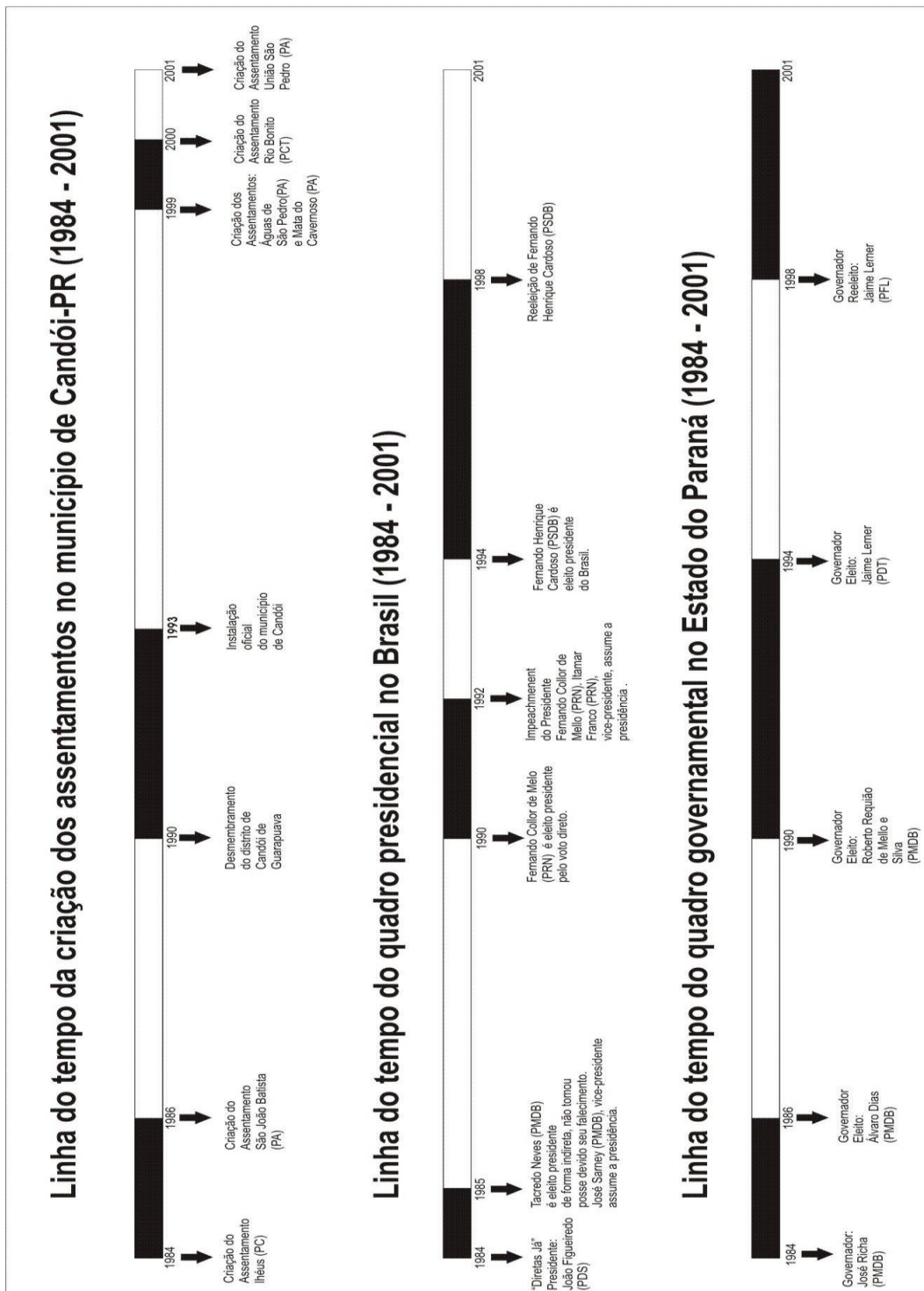


Figura 17: Linha do tempo da criação de assentamentos no município de Candói.

Em 1986 foi criado o segundo projeto de assentamento do município, também de origem federal, sob o governo de José Sarney, cujo objetivo era efetivar o Estatuto da

Terra. Durante seu governo 90.000 famílias foram assentadas, (6,7%) do total prometido (ANDRIOLI, 2003). Treze anos após, foram criados mais dois assentamentos no município, o PA Águas de Santa Clara e PA Mata do Cavernoso, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. Em seu primeiro mandato (1994-1997), FHC tinha como objetivo atenuar os problemas fundiários, criando assentamentos rurais para diminuir os conflitos existentes no campo.

O assentamento Rio Bonito, proveniente do Programa Cédula da Terra, foi criado em 2000, sob o mandato do governador Jaime Lerner, que em seu governo esteve preocupado em criar novas formas de assentamento rural, caso das Vilas Rurais. O mesmo afirmava que “o Paraná realiza o maior programa de assentamento rural do País (as vilas rurais). Além da propriedade da terra, é preciso criar mecanismos que segurem o homem no campo e ofereçam alternativas para que o trabalho e o sustento venham da própria terra” (BEM MORAR, 1997, p. 3).

O projeto de assentamento mais recente do município teve sua implantação no ano de 2001, período do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma medida que caracterizou o segundo mandato de FHC, segundo Coca (2008):

[...] foi à adoção do MRAM - Modelo de Reforma Agrária de Mercado. Isso aconteceu através da criação do Banco da Terra que visava financiar a compra de terras para constituição de assentamentos rurais. Para tal, o Banco estabeleceu uma linha de crédito fundiário controlada pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, através de recursos do Banco Mundial. Os maiores favorecidos por tal política foram os latifundiários que passavam a receber o dinheiro a vista pelas terras vendidas. (COCA, 2008, p. 19-20)

Os assentamentos rurais do município de Candói apresentam diversidade de tempos de existência, de políticas de Reforma Agrária e de escalas de poder, fatores que influenciam na caracterização dos mesmos.

Os dados apresentados a seguir são resultados das visitas *in loco* e da sistematização dos questionários aplicados aos titulares dos lotes dos Projetos de

Assentamento Ilhéus, Colônia São João Batista, Águas de Santa Clara, Mata do Cavernoso, Rio Bonito e União São Pedro².

2.3.2 Projeto de Colonização Ilhéus

Foi criado em 19/11/1984 em uma área de 1.172 hectares, com capacidade para abrigar 79 famílias. É classificado pelo INCRA como Projeto de Colonização. Este tipo de assentamento faz parte de ações governamentais efetivadas no regime militar, cujo objetivo era interligar a colonização oficial com a reforma agrária.

Inicialmente, a infraestrutura do assentamento contava com água (vinda direto dos corpos d'água), estradas e energia elétrica. Com o decorrer dos anos foram instalados um posto de saúde, com atendimento 24 horas e uma escola municipal.

Os assentados estão divididos entre duas associações, sendo elas: Associação dos Agricultores da Península do Cavernoso e Associação de Produtores Rurais da Comunidade da Palhada. O projeto de assentamento Ilhéus está localizado a 50 km da área urbana de Candói e é circundado pelos rios Iguaçu e Cavernoso (figura 18).



Figura 18: Encontro dos rios Iguaçu e Cavernoso.
RAMOS, J. P. - 2012

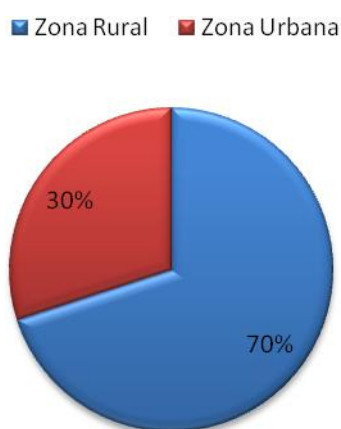
² Foram aplicados um total de 125 questionários, proporcionalmente distribuídos: Assentamento Ilhéus – 40 questionários; Assentamento São João Batista – 15 questionários; Assentamento Águas de Santa Clara – 15 questionários; Assentamento Mata do Cavernoso – 30 questionários; Assentamento Rio Bonito – 5 questionários; Assentamento União São Pedro – 20 questionários.

Os agricultores inicialmente assentados eram, em maior parte, oriundos de ilhas do rio Paraná. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu os mesmos tiveram suas terras inundadas pela barragem, sendo obrigados a desocupá-las. Diante da ineficácia do governo em resolver tal situação, os desapropriados começaram a organizar um movimento para reivindicar indenização pela perda de suas terras. As famílias exigiam que a indenização fosse feita em forma de terras em outro lugar e não em dinheiro. A decisão do Governo Federal foi então assentar os ilhéus em programas de reforma agrária. Algumas famílias receberam terras no Paraná e as demais em outros estados.

Os dados obtidos a partir da aplicação de questionários serão demonstrados na seguinte ordem: origem (urbana ou rural) dos titulares dos lotes, dados dos titulares anterior ao ingresso no assentamento e dados posteriores ao ingresso.

A maior parte dos titulares dos lotes vieram da zona rural, como aponta o gráfico 02. Aqueles que declararam ter vindo da zona urbana, alegaram ter se inscrito no Programa de Reforma Agrária em busca de melhores condições de vida.

Gráfico 02 – Origem dos titulares dos lotes - Assentamento Ilhéus



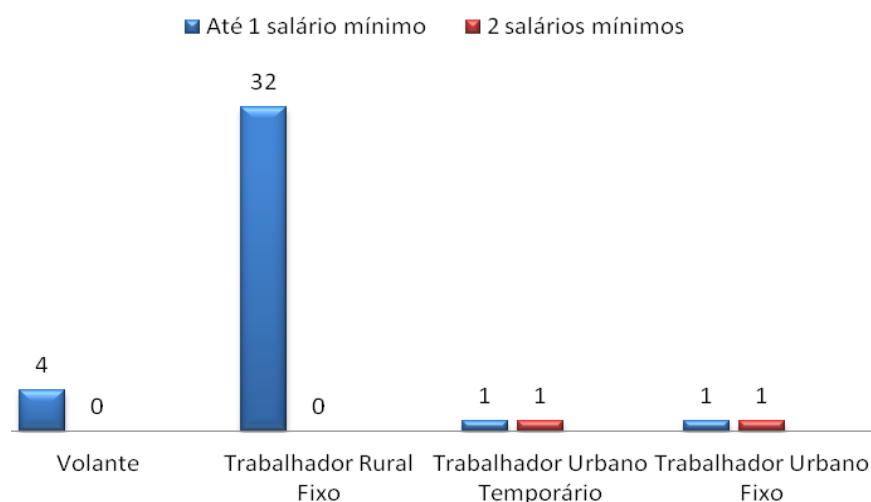
Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Conforme o gráfico 03, não foram encontrados trabalhadores rurais, tanto volantes como fixos, que ganhassem mais que um salário mínimo³ antes de sua entrada no assentamento. A maior parte dos titulares, antes do ingresso no assentamento, estava

³ Os titulares dos lotes levaram em consideração o salário mínimo vigente no período em que trabalhavam nas ocupações citadas.

ocupado como trabalhador rural fixo, geralmente nas fazendas dos municípios em que moravam. Apenas aqueles que trabalhavam em áreas urbanas declararam ganhar mais que um salário mínimo.

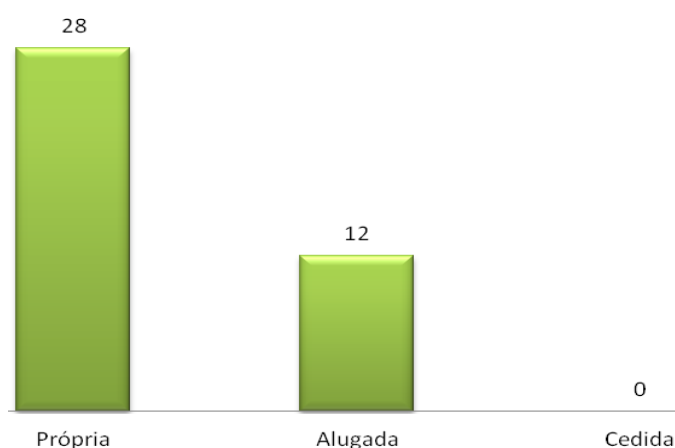
Gráfico 03 – Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso no assentamento Ilhéus



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Com relação as condições de moradia anterior ao ingresso no assentamento, como mostra o gráfico 04, a maior parcela dos titulares tinha residência própria antes de ingressar no assentamento. Este fato pode ser explicado pelo fato de alguns titulares terem sido remanejados de suas terras em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e também pelo grande número de titulares que compraram de terceiros os lotes que hoje ocupam. Em alguns casos, houve troca de propriedades, onde o titular trocou a propriedade em que vivia por uma no assentamento. Os titulares que não possuíam residência própria vivam de aluguel.

Gráfico 04 – Condição de moradia anterior ao ingresso no assentamento Ilhéus

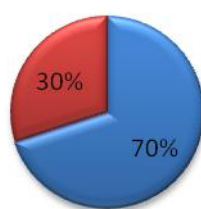


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Os lotes no assentamento podiam ser adquiridos de duas formas: inscrição no INCRA e compra de terceiros. Com base no gráfico 05, a maioria dos titulares adquiriram o lote por meio de inscrição no PNRA ou foram remanejados de outras áreas pelo INCRA, configurando sua participação no programa de reforma agrária. O restante declarou ter comprado de terceiros (30%). Neste assentamento é comum a compra de lotes para utilização apenas nos finais de semana. Por estar localizado às margens do encontro dos rios Iguaçu e Cavernoso, muitos optam pela compra dos lotes para utilizar como forma de lazer, descaracterizando o objetivo pelo qual são criados os assentamentos.

Gráfico 05 – Formas de aquisição dos lotes assentamento Ilhéus

■ Inscrição no INCRA
■ Compra de terceiros

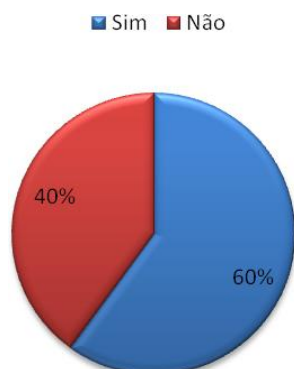


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

No que tange a condição de moradia posterior ao ingresso no assentamento (gráfico 06) a maioria dos titulares afirmou que a casa onde mora hoje no assentamento é melhor do que aquela em que residia antes. Mesmo a maioria afirmando achar a atual casa melhor,

uma boa parcela (40%) dos questionados afirmou que a casa em que residia antes era melhor que a atual.

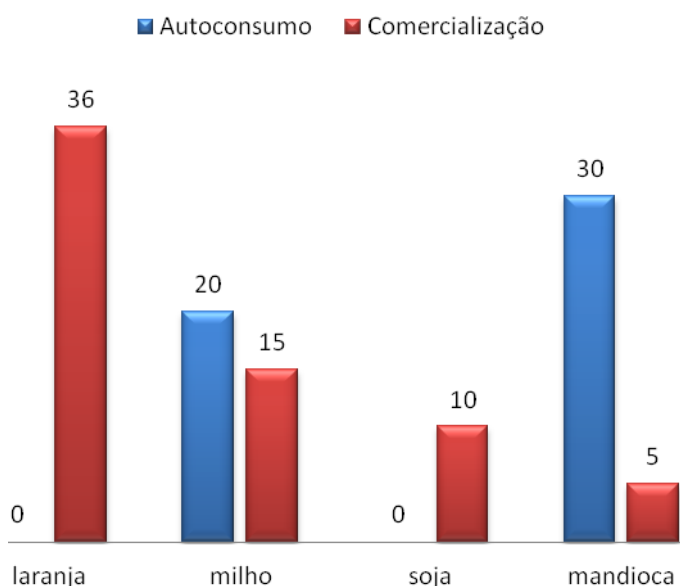
Gráfico 06 – A casa do assentamento Ilhéus é melhor do que a que residia antes?



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

No assentamento Ilhéus foram registrados o cultivo de laranja, milho, soja e mandioca, como demonstra o gráfico 07. A maior parte da produção é destinada ao plantio de laranja e mandioca, sendo a laranja produzida exclusivamente para a comercialização, assim como a maior parte da produção de mandioca. O milho é produzido tanto para autoconsumo como para comercialização e a soja apenas para o comércio.

Gráfico 07 – Destino da produção agrícola assentamento Ilhéus

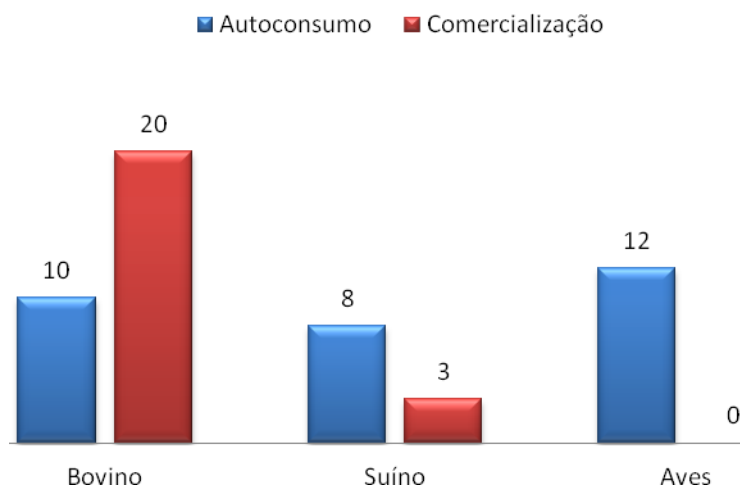


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

O assentamento tem perdido grandes quantidades da produção de laranja devido a doença denominada “amarelinha”, causada por uma bactéria que se multiplica no interior dos vasos lenhosos da planta, dificultando o transporte de água e de nutrientes do solo para as folhas da laranjeira. A gradativa e crescente redução no transporte de nutrientes causa aos poucos a redução no tamanho dos frutos. Assim, à medida que as colheitas se sucedem, os frutos vão, diminuindo de tamanho. De acordo com técnicos agrícolas da prefeitura a situação é bastante crítica e a única solução será o extermínio dos pés e plantio de novas mudas.

O gráfico 08 apresenta o destino da criação de animais no assentamento Ilhéus. Para comercialização são criados bovinos e suínos, já para autoconsumo aparecem a criação de aves, bovinos e suínos. Neste assentamento a criação de animais para comercialização não é a principal atividade.

Gráfico 08 – Destino da criação de animais assentamento Ilhéus

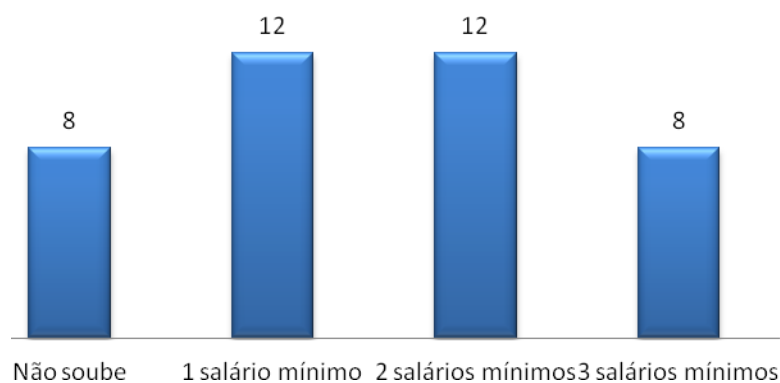


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Diante da pergunta sobre o rendimento médio anual da produção nos lotes muitos titulares não souberam responder. Dentre aqueles que estimavam o rendimento de sua produção o valor estimado variou entre 1 e 3 salários mínimos.

No assentamento Ilhéus, conforme gráfico 09, a maior parte dos titulares declarou que sua produção possui rendimento de 1 ou 2 salários mínimos⁴. O restante dos titulares responderam respectivamente, não saber e 3 salários mínimos.

Gráfico 09 – Rendimento líquido mensal (produção) assentamento Ilhéus

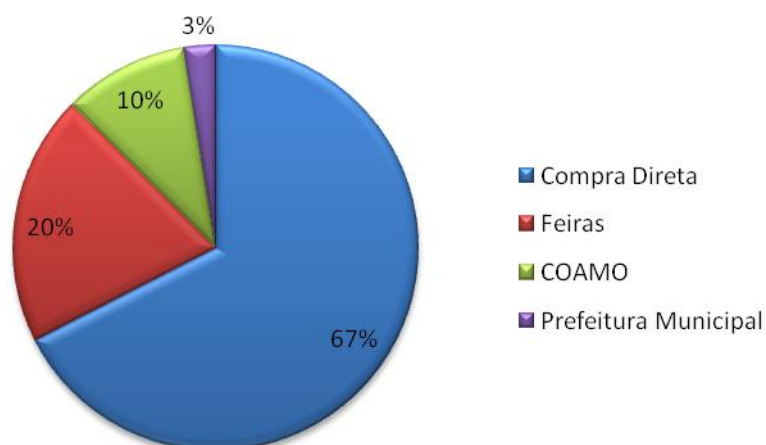


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/

O gráfico 10 aponta os locais de comercialização da produção do assentamento Ilhéus. O Programa Compra Direta da Agricultura Familiar aparece em posição de destaque, modo pelo qual a maioria dos produtores comercializa a produção de laranja. O milho e a mandioca são comercializados nas feiras do município e a soja na COAMO. Existe um produtor que utiliza a produção de laranja para fabricação de sucos, que são vendidos à prefeitura e utilizados na merenda escolar.

⁴ O rendimento mensal foi obtido por meio da divisão do valor total da comercialização dos produtos pelo número de meses do ano.

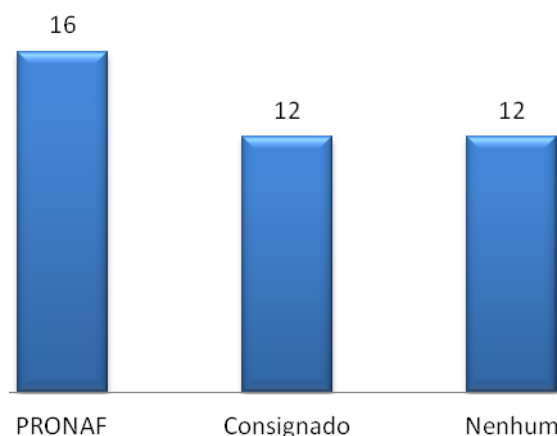
Gráfico 10 – Locais de comercialização da produção assentamento Ilhéus



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

O gráfico 11 demonstra a utilização de financiamentos no assentamento. Neste a maior parte dos titulares questionados afirmou já ter recorrido à algum tipo de financiamento, seja por meio do Pronaf ou empréstimo consignado. O restante declarou nunca ter utilizado.

Gráfico 11 – Financiamentos utilizados para a produção assentamento Ilhéus



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Os titulares que afirmaram nunca ter recorrido a financiamentos, alegaram que não o fizeram devido a instabilidade dos preços pagos pela produção e garantia de

comercialização dos produtos, fatores que podem causar o não pagamento das prestações assumidas.

2.3.3 Projeto de Assentamento Colônia São João Batista

O projeto de assentamento Colônia São João Batista foi criado em 23/09/1986, com área de 399,4 hectares (figura 19), onde estão distribuídas 25 famílias. É classificado pelo INCRA com projeto Federal, que consiste em um conjunto de ações, em área destinada a reforma agrária, planejadas, de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional.

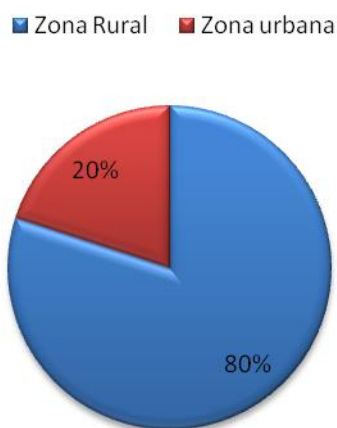


Figura 19: Lote do assentamento Colônia São João Batista.
RAMOS, J. P. - 2012

A infraestrutura do assentamento conta com água, estradas e energia elétrica. Os assentados estão organizados sob a forma de associação, a Associação Comunitária de São João Batista. O projeto de assentamento está localizado a 23 km da área urbana de Candói.

A maior parte dos titulares dos lotes vieram da zona rural, como aponta o gráfico 12. Aqueles que declararam ter vindo da zona urbana, alegaram ter se mudado da zona rural para zona urbana em busca de melhores condições.

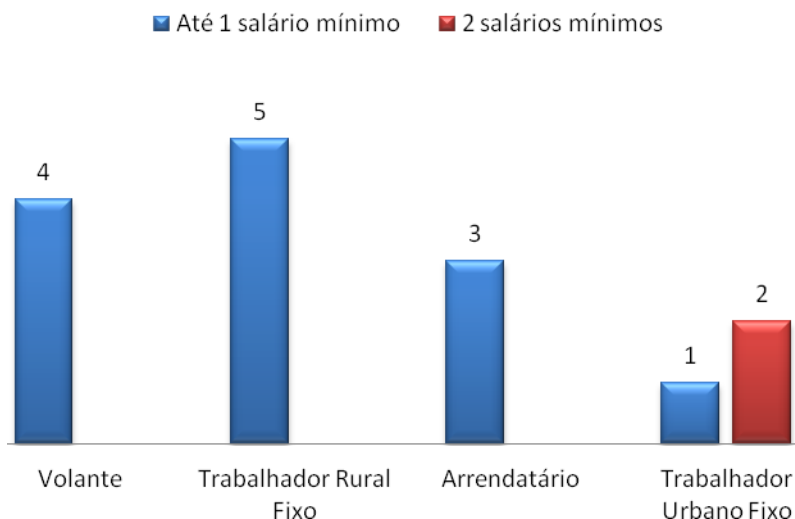
Gráfico 12 – Origem dos titulares dos lotes assentamento Colônia São João Batista



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Com relação às condições de trabalho e renda (gráfico 13), a maior parte dos titulares declarou estar ocupado como trabalhador rural fixo com renda de até 1 salário mínimo. Declararam renda de 2 salários mínimos aqueles que estavam ocupados como trabalhadores urbanos fixos. Aqueles que afirmaram serem volantes ou arrendatários, também possuíam renda de 1 salário mínimo antes de ingressarem no assentamento.

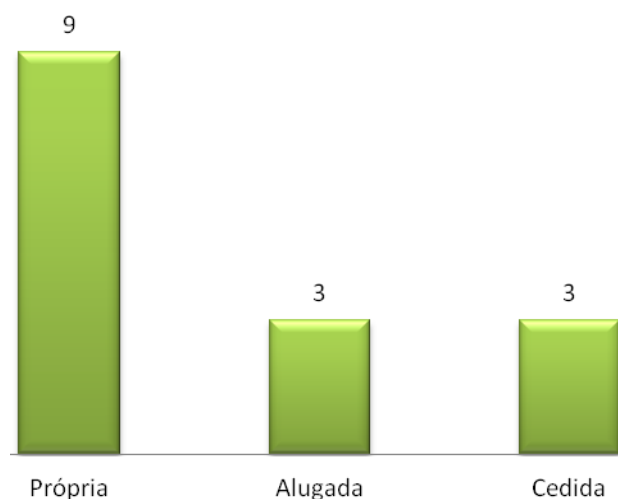
Gráfico 13 – Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso no assentamento Colônia São João Batista



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

De acordo com informações do gráfico 14, a maior parte dos titulares de lotes entrevistados possuía residência própria antes de ingressar no assentamento, fato que pode ser explicado pela compra do lote de terceiros.

Gráfico 14 – Condições de moradia antes do ingresso no assentamento Colônia São João Batista



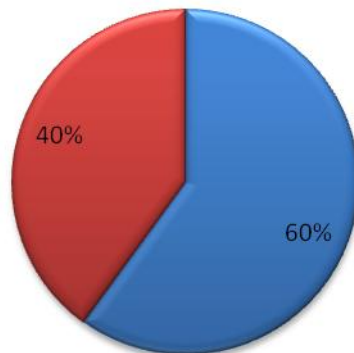
Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Dados dos titulares dos lotes posteriores ao ingresso no assentamento

Neste assentamento a maior parte dos titulares obteve o lote por meio de cadastro no INCRA, como demonstra o gráfico 15, porém, uma boa parcela (40%) afirmou ter adquirido o lote pelo processo de compra de terceiros, mesmo sendo essa prática proibida pelo INCRA.

Gráfico 15 – Formas de aquisição dos lotes assentamento Colônia São João Batista

■ Inscrição no INCRA ■ Compra de terceiros

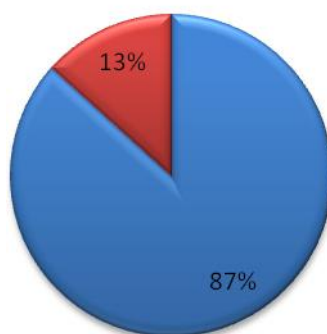


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Com base no gráfico 16, pode-se afirmar que grande parte dos titulares considera a atual moradia melhor do que a anterior. Apenas 13% considera a casa inferior a que residia anteriormente, esses afirmaram que a antiga residência era melhor por estar localizada mais próxima da zona urbana.

Gráfico 16 – A casa do assentamento Colônia São João Batista é melhor do que a que residia antes?

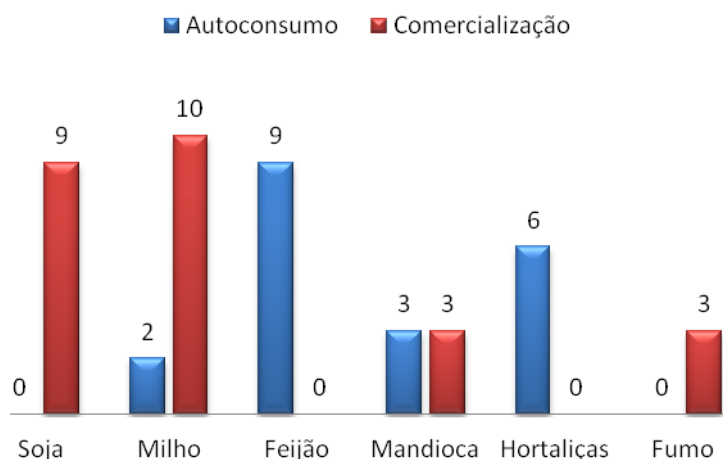
■ Sim ■ Não



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Neste assentamento foram registrados o cultivo de soja, milho, feijão, mandioca, hortaliças e fumo. De acordo com o gráfico 17, a produção de soja e fumo é destinada somente à comercialização. Já a produção de milho e mandioca são destinadas tanto ao autoconsumo quanto à comercialização. Feijão e hortaliças são utilizados apenas para o próprio consumo das famílias assentadas.

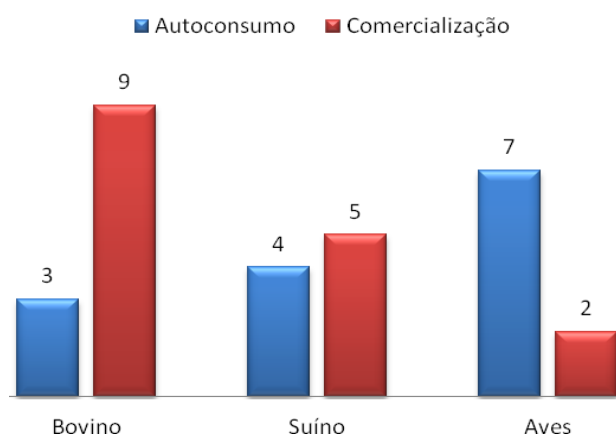
Gráfico 17 – Destino da produção agrícola assentamento Colônia São João Batista



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Foram identificadas a criação de bovinos, suínos e aves no assentamento (gráfico 18). Todas são utilizadas tanto para consumo próprio das famílias quanto para a comercialização. A maior parte da criação de bovinos e suínos é utilizada para comercialização, já a criação de aves é mais utilizada para autoconsumo.

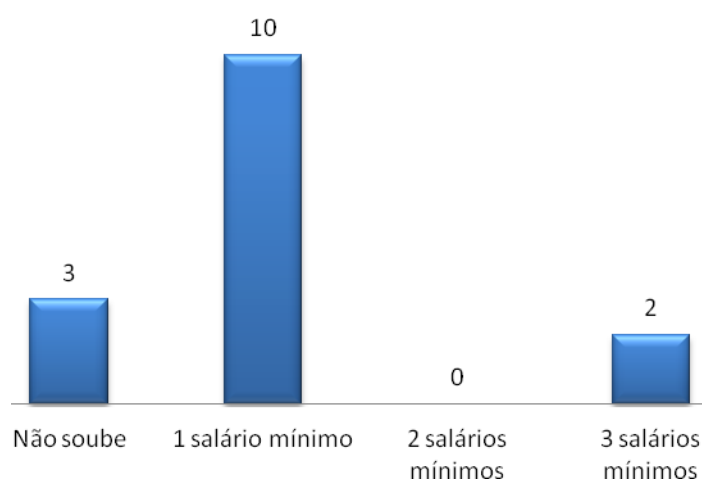
Gráfico 18 – Destino da criação de animais assentamento Colônia São João Batista



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Com base no gráfico 19, pode-se afirmar que na maior parte dos titulares possui rendimento de 1 salário mínimo. Neste assentamento, alguns titulares conseguem obter até 3 salários mínimos com o rendimento de sua produção.

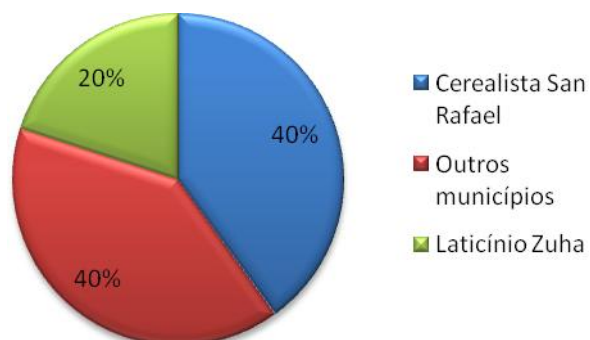
Gráfico 19 – Rendimento líquido mensal (produção) assentamento Colônia São João Batista



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

A produção do assentamento é comercializada, como mostra o gráfico 20, em grande parte na Cerealista San Rafael, do município de Candói, e também em outros municípios da microrregião de Guarapuava. Alguns produtores comercializam a produção de leite no Laticínio Zuha.

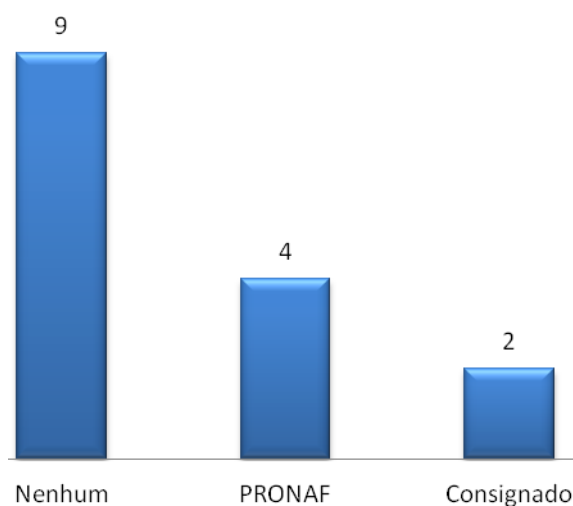
Gráfico 20 – Locais de comercialização da produção assentamento Colônia São João Batista



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

A maioria dos titulares afirmou nunca ter recorrido à financiamentos para melhorar a produção (gráfico 21). Uma parcela afirmou já ter utilizado financiamento do Pronaf e/ou empréstimo consignado.

Gráfico 21 – Financiamentos utilizados para a produção assentamento Colônia São João Batista



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Aqueles que declararam nunca ter recorrido a empréstimos para otimizar a produção, alegaram medo de não conseguir quitar o empréstimo e também muita burocracia para liberação do dinheiro em questão.

2.3.4 Projeto de Assentamento Águas de Santa Clara

Localizado a 18 km da área urbana de Candói, o projeto de assentamento Águas de Santa Clara possui 365,2 hectares de extensão e abriga 24 famílias. Foi inaugurado em 30/06/1999. De acordo com o INCRA o projeto de assentamento é de origem federal e ainda está em fase de estruturação.

A estrutura do assentamento conta com água, estradas e energia elétrica, além de uma sede para a associação de moradores, a Associação de Desenvolvimento dos Agricultores do Assentamento Santa Clara.

O projeto de assentamento é fruto de um acampamento realizado pelas famílias na área. A área ocupada pelos lotes apresenta bastante declividade (figura 20), pois está próxima ao rio Jordão onde se localiza a Usina Hidrelétrica de Santa Clara.

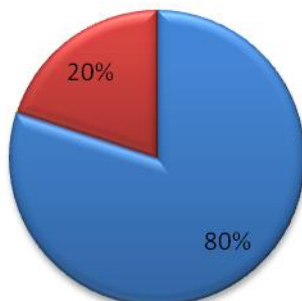


Figura 20: Lote do assentamento Águas de Santa Clara.
RAMOS, J. P. – 2012

A maior parte dos titulares de lotes é proveniente da área rural, como demonstra o gráfico 22. Uma pequena parcela de titulares afirmou ter vindo da zona urbana, local onde está concentrada a minoria da população do município de Candói.

Gráfico 22 – Origem dos titulares dos lotes assentamento Águas de Santa Clara

■ Zona Rural ■ Zona Urbana



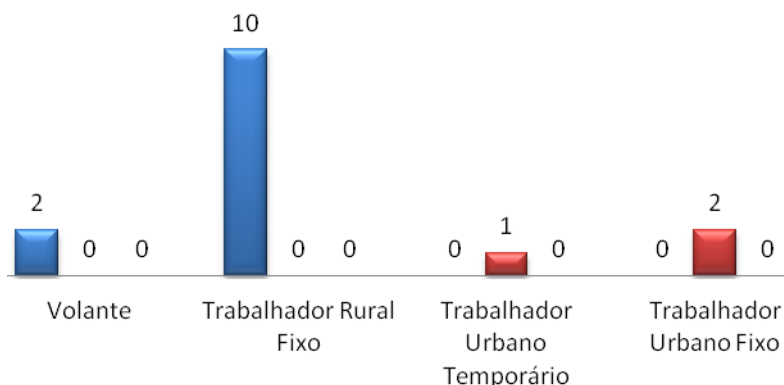
Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Dados dos titulares dos lotes anteriores ao ingresso no assentamento

Dentre os titulares a maior parte declarou estar ocupada como trabalhador rural fixo com renda de até 1 salário mínimo. Uma pequena parcela estava ocupada como trabalhador volante, também com renda até 1 salário mínimo. Aqueles que afirmaram possuir renda de 2 salários mínimos executavam atividades na área urbana, tanto temporário quanto fixo.

Gráfico 23 – Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso no assentamento Águas de Santa Clara

■ Até 1 salário mínimo ■ 2 salários mínimos ■ 3 salários mínimos



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Com base no gráfico 24, a maior parcela de titulares morava em residências alugadas. O restante declarou morar em residências próprias, em alguns casos o titular morava ainda com os pais, ou cedidas por familiares.

Gráfico 24 – Condição de moradia anterior ao ingresso no assentamento Águas de Santa Clara



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Dados dos titulares dos lotes posteriores ao ingresso no assentamento

Neste assentamento, de acordo com o gráfico 25, a maior parte dos lotes foi adquirida pelo titulares por meio de inscrição no INCRA. Da totalidade, 30% obteve o lote a partir da compra de terceiros, fato não permitido pela lei.

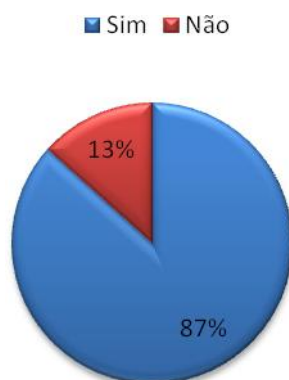
Gráfico 25 – Formas de aquisição dos lotes assentamento Águas de Santa Clara



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

O gráfico 26 aponta que a maior parte dos assentados considera a atual residência melhor que a anterior. Dentre os questionados, 20% declarou não considerar melhor a atual moradia, esses afirmaram que a casa onde residiam anteriormente era melhor mas a terra para plantio era mais fraca.

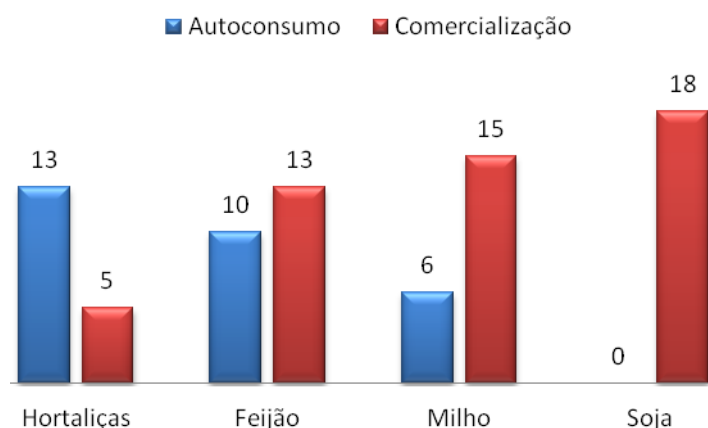
Gráfico 26 – A casa do assentamento Águas de Santa Clara é melhor do que a que residia antes?



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

No assentamento foram registrados os cultivos de hortaliças, feijão, milho e soja, sendo grande parcela da produção de soja, milho e feijão destinadas à comercialização. A produção de hortaliças é bastante utilizada para autoconsumo mas também conta com uma porcentagem para comercialização (gráfico 27).

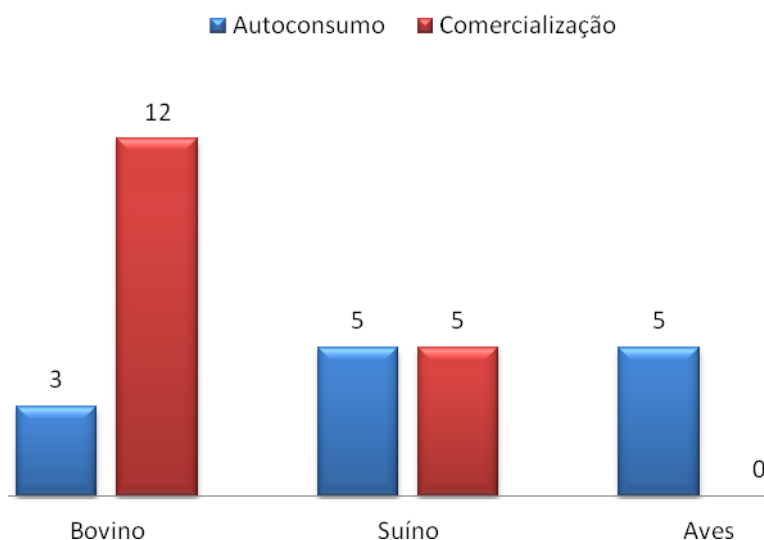
Gráfico 27 – Destino da produção agrícola assentamento Águas de Santa Clara



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

O gráfico 28 aponta o destino da criação de animais no assentamento Águas de Santa Clara. Neste, a criação de bovinos é mais expressiva, sendo utilizada a maior parte para comercialização. A criação de suínos é utilizada tanto para autoconsumo como para comercialização e a de aves apenas para autoconsumo.

Gráfico 28 – Destino da criação de animais assentamento Águas de Santa Clara

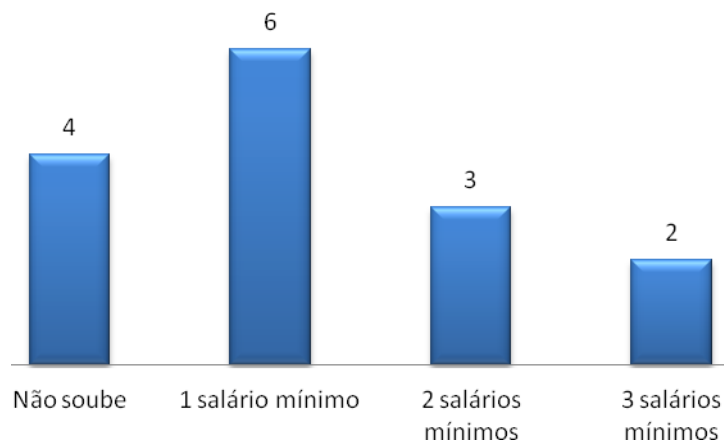


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

O gráfico 29 aponta o rendimento anual da produção no assentamento, onde a maior parcela de titulares declarou ter 1 salário mínimo como rendimento. Uma boa

parcela não soube informar sua renda e os demais titulares disseram que sua produção rende entre 2 e 3 salários mínimos.

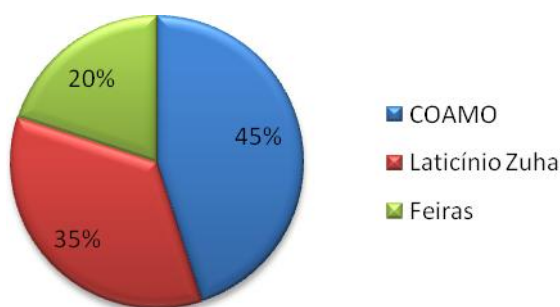
Gráfico 29 – Rendimento líquido mensal (produção) assentamento Águas de Santa Clara



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Conforme aponta o gráfico 30, a produção do assentamento é comercializada em locais como a COAMO, Laticínio Zuha e Feiras do município. A maior parte dos produtores vende a produção para a COAMO, Cooperativa Agroindustrial presente em diversos municípios do estado.

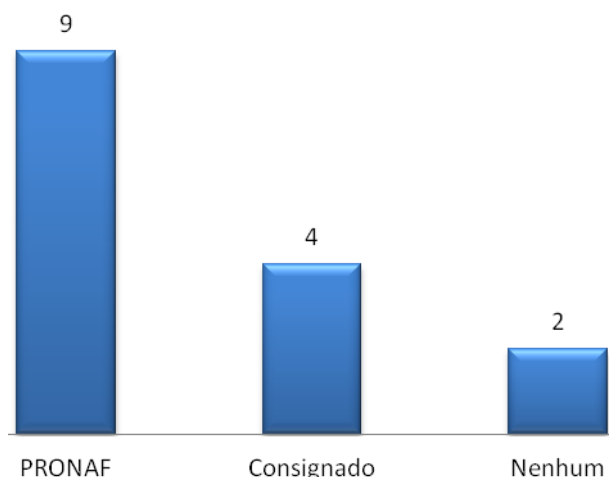
Gráfico 30 - Locais de comercialização da produção/Assentamento Águas de Santa Clara



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Grande parte dos titulares declarou ter utilizado financiamentos (gráfico 31), principalmente do Pronaf, pois o programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais. Apenas uma pequena parcela afirmou nunca ter recorrido a nenhum tipo de financiamento.

Gráfico 31 – Financiamentos utilizados para a produção assentamento Águas de Santa Clara



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

2.3.5 Projeto de Assentamento Mata do Cavernoso

Fundado em 22/12/1999 o projeto de assentamento Mata do Cavernoso abriga 65 famílias em uma área de 1.177,1 hectares. É classificado pelo INCRA como projeto de assentamento federal e encontra-se em fase de estruturação.

O assentamento conta com água, energia elétrica, estradas, duas igrejas, sendo uma evangélica e outra católica (figura 21), uma associação de moradores, a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Mata do Cavernoso e também um Telecentro, construído para facilitar o acesso à informação pelos assentados.

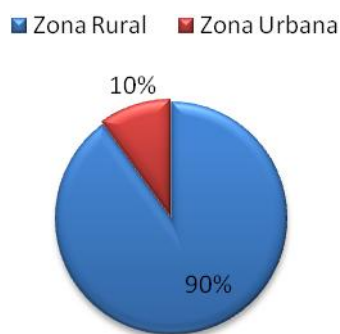


Figura 21: Igreja evangélica no assentamento Mata do Cavernoso.
RAMOS, J. P. - 2011

A associação de moradores do Mata do Cavernoso já passou por um período de briga judicial devido a imposição feita pelo INCRA de abrigar mais dez famílias oriundas do MST no assentamento. A associação foi contra tal situação e recorreu à justiça para que as dez famílias fossem transferidas para outro assentamento. Após dois anos de tramitação, as famílias foram retiradas e reassentadas em assentamentos de Guarapuava, Tibagi e Ponta Grossa.

No assentamento Mata do Cavernos 90% dos titulares (gráfico 32) afirmou ter vindo da zona rural, demonstrando que a maioria expressiva de titulares sempre esteve concentrada em áreas rurais, assim como o restante da população do município que está em maior parte localizada na área rural.

Gráfico 32 – Origem dos titulares dos lotes assentamento Mata do Cavernoso

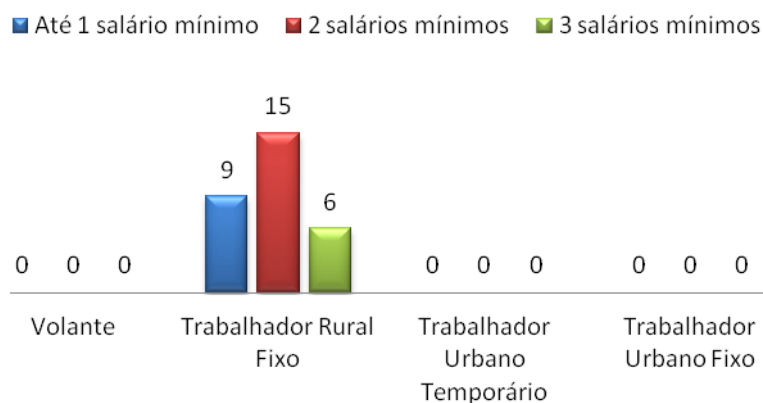


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Dados dos titulares dos lotes anteriores ao ingresso no assentamento

Com base no gráfico 33, no assentamento todos os titulares entrevistados declararam estarem ocupados como trabalhadores rurais fixos, a única variação está na renda mensal, que era de 1 a 3 salários mínimos. A maioria afirmou ganhar 1 salário mínimo antes do ingresso no assentamento.

Gráfico 33 – Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso no assentamento Mata do Cavernoso



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

De acordo com o gráfico 34, a maior parte dos titulares possuía residência própria ou morava com os pais. Uma pequena parcela vivia de aluguel, enquanto o restante habitava moradias cedidas por parentes.

Gráfico 34 – Condição de moradia anterior ao ingresso no assentamento Mata do Cavernoso



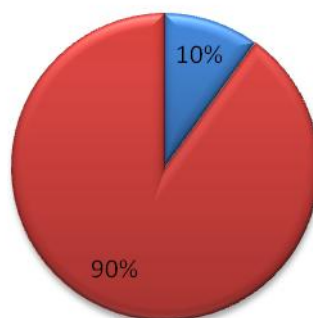
Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Dados dos titulares dos lotes posteriores ao ingresso no assentamento

O assentamento Mata do Cavernoso apresenta como forma predominante a aquisição dos lotes por meio da compra de terceiros (gráfico 35). Apenas 10% dos titulares foram beneficiados pelo programa de reforma agrária. Neste caso, os titulares que compraram o lote alegam que os primeiros proprietários não tinham experiência para trabalhar com a terra, fazendo com que a mesma se tornasse improdutiva.

Gráfico 35 – Formas de aquisição dos lotes assentamento Mata do Cavernoso

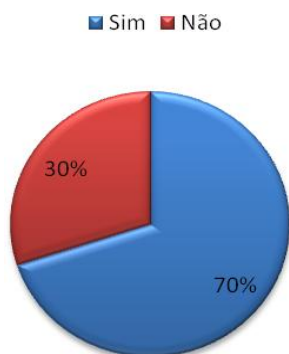
■ Inscrição no INCRA ■ Compra de terceiros



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Com base no gráfico 36, pode-se afirmar que no assentamento grande parte dos titulares considera a atual moradia melhor do que a anterior. Apenas 30% considera a casa inferior a que residia anteriormente. A maioria dos titulares se diz satisfeita com a atual casa por ter tido a opção de escolher, já que o lote foi comprado de terceiros e não determinado pelo INCRA.

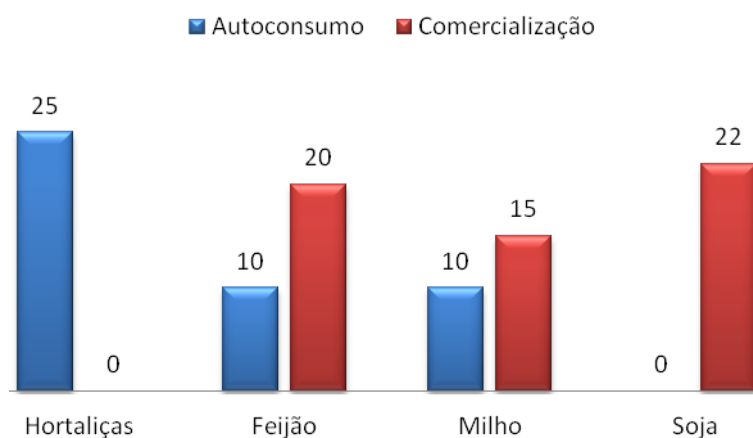
Gráfico 36 – A casa do assentamento Mata do Cavernoso é melhor do que a que residia antes?



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Foram registrados no assentamento o cultivo de hortaliças, feijão, milho e soja. O gráfico 37 aponta o destino da produção do assentamento. Neste, a maior parte da produção da soja, milho e feijão é destinada à comercialização. As hortaliças são produzidas exclusivamente para autoconsumo.

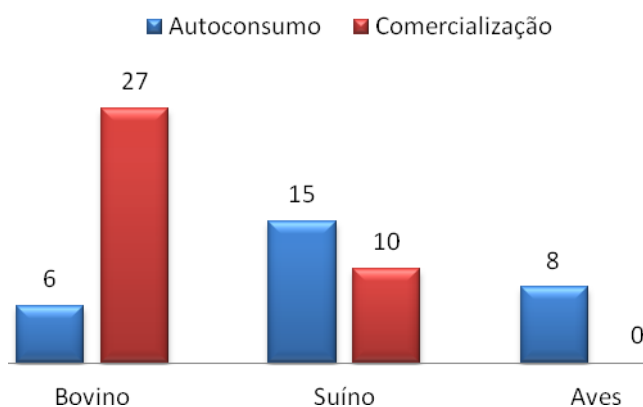
Gráfico 37 – Destino da produção agrícola assentamento Mata do Cavernoso



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

No assentamento, a criação de animais para comercialização (gráfico 38) é mais acentuada. A maior parcela da criação de bovinos é utilizada para comercialização, seja como gado leiteiro ou de corte. A criação de suínos é utilizada tanto para autoconsumo quanto para comercialização e a de aves apenas para consumo próprio dos titulares dos lotes.

Gráfico 38 – Destino da criação de animais assentamento Mata do Cavernoso

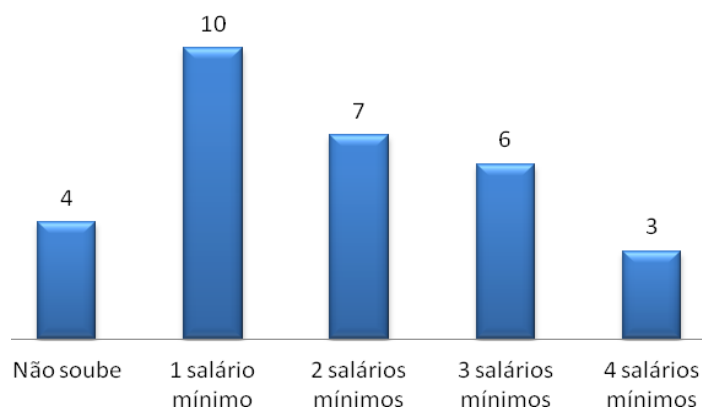


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Diante do questionamento sobre o rendimento médio anual da produção muitos titulares não souberam dizer. Dentre aqueles que estimavam o rendimento de sua produção o valor estimado variou entre 1 e 4 salários mínimos.

De acordo com o gráfico 39, pode-se afirmar que no assentamento, a maior parte dos titulares possui rendimento de 1 salário mínimo. Alguns titulares conseguem obter até 4 salários mínimos com o rendimento de sua produção, que em grande parte é fruto da venda de leite. Apenas uma pequena parcela não souber informar seu rendimento.

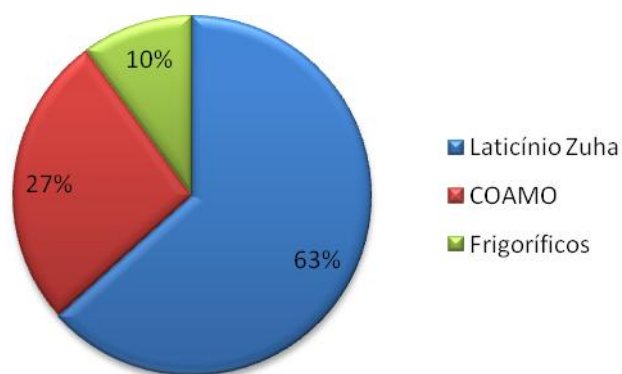
Gráfico 39 – Rendimento líquido mensal (produção) assentamento Mata do Cavernoso



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Os locais de comercialização da produção utilizados pelos moradores do assentamento Mata do Cavernoso se distribui entre Laticínio Zuha, COAMO e Frigoríficos (gráfico 40). A maior parte dos moradores comercializa a produção no Laticínio Zuha, uma vez que possuem como atividade principal o gado leiteiro.

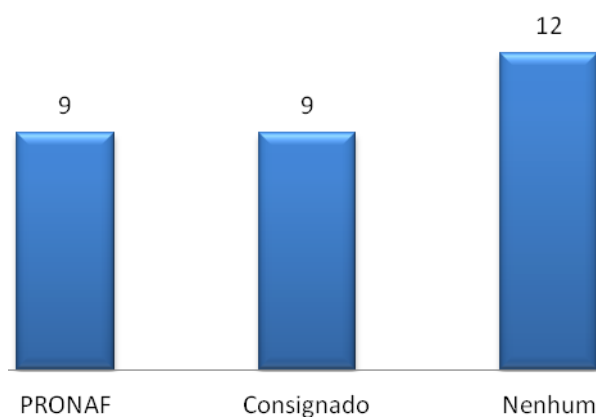
Gráfico 40 - Locais de comercialização da produção/assentamento Mata do Cavernoso



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

A maioria dos titulares afirmou nunca ter recorrido à financiamentos, como aponta o gráfico 30, para melhorar a produção. Uma parcela afirmou já ter utilizado financiamento do Pronaf e/ou empréstimo consignado.

Gráfico 41 – Financiamentos utilizados para a produção assentamento Mata do Cavernoso



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

2.3.6 Projeto de Assentamento Rio Bonito – Programa Cédula da Terra

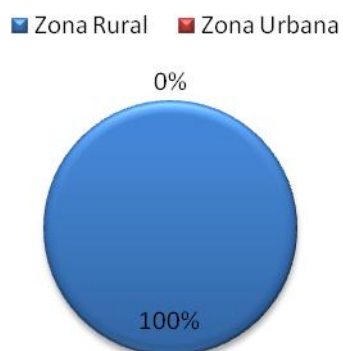
O assentamento Rio Bonito (figura 22) é fruto do Programa Cédula da Terra, no qual o governo estadual financia o valor da área em questão a uma associação de trabalhadores rurais, que tem o prazo de três anos para começar a quitar as prestações da dívida. Neste caso, a área que atualmente compõe o assentamento, estava arrendada para cinco famílias desde 1984. Em 1996 os arrendatários entraram com o pedido de financiamento da terra e após quatro anos o assentamento foi criado, regularizando a situação dos trabalhadores. O financiamento deve ser quitado até o ano de 2021.



Figura 22: Lote no assentamento Rio Bonito.
RAMOS, J. P., 2012

Atualmente, as cinco famílias estão distribuídas em uma área de 82 ha e formam a Associação de Trabalhadores Rurais do Rio Bonito. Conforme demonstra o gráfico 42, todas as famílias declararam residir na área rural antes de ingressar no assentamento.

Gráfico 42 – Origem dos titulares dos lotes assentamento Rio Bonito



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Dados dos titulares dos lotes anteriores ao ingresso no assentamento

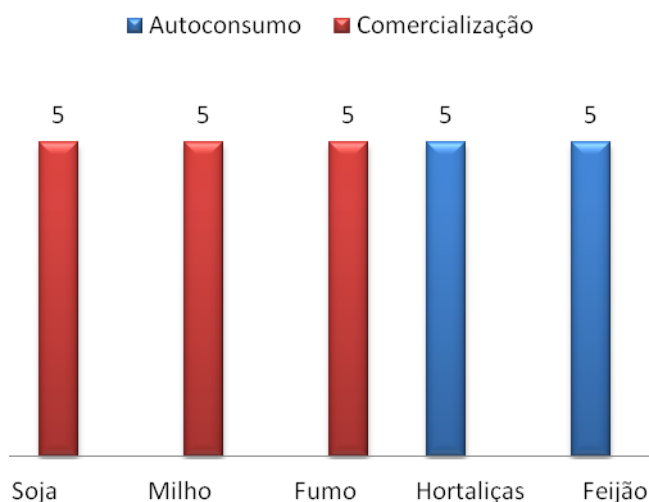
Antes de ingressarem no assentamento os titulares apresentavam como condição de trabalho o arrendamento de terras, que gerava uma renda mensal que variava de 1 a 2 salários mínimos. Com relação à moradia, os mesmos afirmaram residir nas terras que haviam arrendado, em casas simples construídas por eles mesmos.

Dados dos titulares dos lotes posteriores ao ingresso no assentamento

No caso do PCT Rio Bonito, todos os lotes foram adquiridos por meio do processo de financiamento da terra pelo governo estadual e com auxílio do INCRA. Em um dos lotes, o titular já faleceu e o financiamento foi quitado, ficando a terra sob responsabilidade dos filhos. Todos os titulares entrevistados afirmam que a atual residência é melhor que a anterior, uma vez que a mesma não era efetivamente propriedade do titular.

No assentamento são cultivados soja, milho e fumo para comercialização e hortaliças e feijão para autoconsumo dos assentados, como aponta o gráfico 43. Com relação à criação de animais, para comercialização os titulares criam gado leiteiro e para autoconsumo existem algumas cabeças de porco e também a criação de aves.

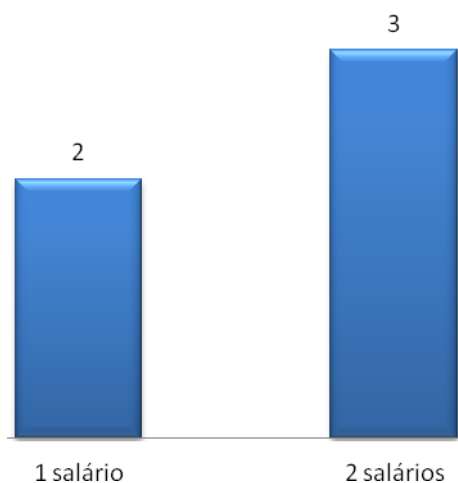
Gráfico 43 – Destino da produção agrícola assentamento Rio Bonito



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

A comercialização da soja, milho, fumo e leite permite que o rendimento mensal dos titulares esteja entre 1 e 2 salários mínimos, de acordo com o gráfico 44. A maior parte dos entrevistados afirmou possuir renda de 2 salários mínimos.

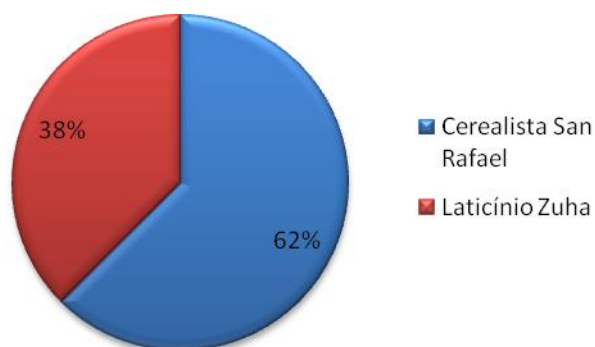
Gráfico 44 – Rendimento líquido mensal (produção) assentamento Rio Bonito



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

A produção do assentamento é comercializada em dois locais, como demonstra o gráfico 45, sendo o principal local a Cerealista San Rafael, onde são vendidos a soja e o milho. A produção de leite é vendida ao Laticínio Zuha.

Gráfico 45 – Locais de comercialização da produção/assentamento Rio Bonito



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Os titulares afirmaram nunca ter recorrido a nenhum tipo de financiamento para melhorar a produtividade ou estrutura do lote. Quando questionados sobre o porquê do não financiamento, declararam a necessidade de primeiro quitar a dívida adquirida pela compra do lote.

2.3.7 Projeto de Assentamento União São Pedro

Foi criado em 02/08/2001 em uma área de 854,2 hectares onde estão distribuídas 44 famílias (figura 23). É classificado como projeto de assentamento em estruturação e de esfera federal. Está localizado a 11 km da área urbana do município de Candói.

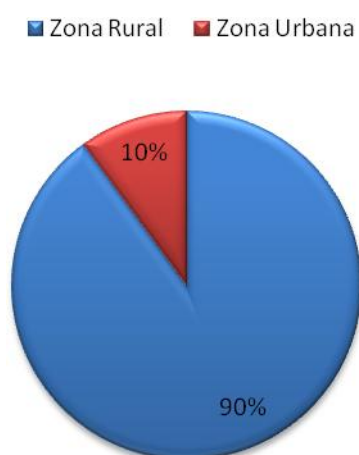
Possui em sua estrutura água, energia elétrica, estradas, centro comunitário e duas associações de produtores: Associação para o Desenvolvimento do Assentamento União São Pedro - ADAUSP e Associação de Trabalhadores Rurais Assentados de Candói – ATRAC.



Figura 23: Casa no assentamento União São Pedro.
RAMOS, J. P., 2012.

Como aponta o gráfico 46, a maioria expressiva dos titulares dos lotes afirmou ter sempre residido na zona rural. Apenas uma pequena parcela declarou residir na zona urbana antes de ingressar no assentamento.

Gráfico 46 – Origem dos titulares dos lotes assentamento União São Pedro

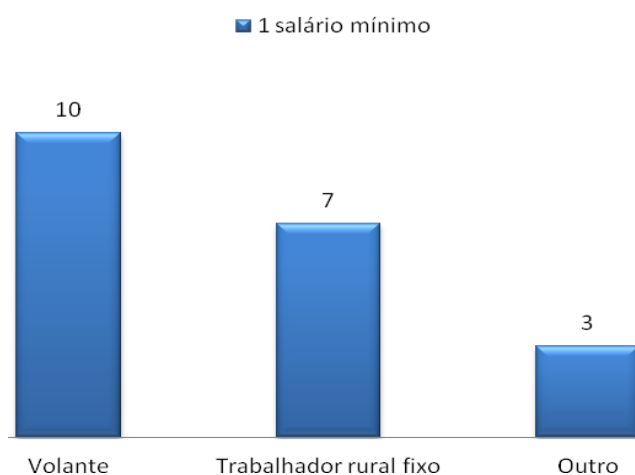


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Dados dos titulares dos lotes anteriores ao ingresso no assentamento

Antes de ingressarem no assentamento, a maior parte dos titulares afirmou estar empregada como trabalhador volante com renda de até um salário mínimo (gráfico 47). Uma parcela afirmou ser trabalhador rural fixo e alguns declaram estar empregados em condições variadas, como caseiro, por exemplo. Em todos os casos a renda não ultrapassava 1 salário mínimo.

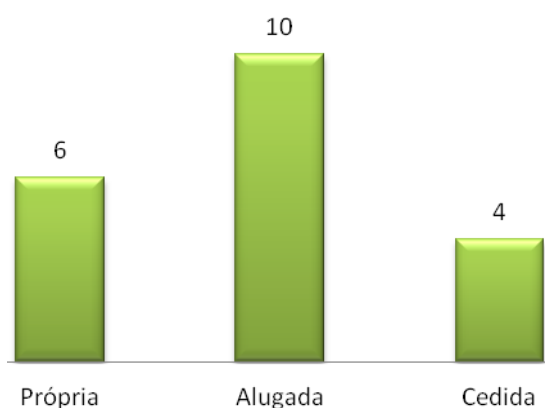
Gráfico 47 – Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso no assentamento União São Pedro



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Com relação a condição de moradia anterior ao ingresso no assentamento, a maior parte dos titulares afirmou residir em locais alugados, como aponta o gráfico 48. Uma parcela declarou ter residência própria, característica que pode ser explicada pelo fato de que alguns titulares obtiveram o lote por meio da compra de terceiros. A menor parte afirmou morar em residências cedidas por parentes ou amigos.

Gráfico 48 – Condição de moradia anterior ao ingresso no assentamento União São Pedro



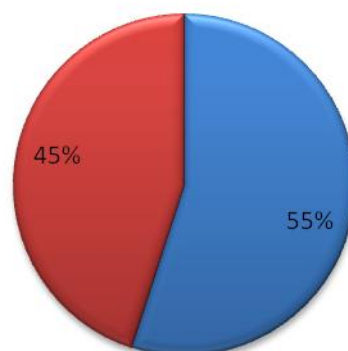
Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Dados dos titulares dos lotes posteriores ao ingresso no assentamento

Como já citado, os lotes nos assentamentos podem ser adquiridos de duas formas, inscrição no Programa de Reforma Agrária, ou compra de terceiros. Neste assentamento, como aponta o gráfico 49, a maior parte dos titulares declarou ter adquirido o lote por meio de inscrição no INCRA. No entanto, um número significativo de titulares afirmou ter comprado a terra de outro assentado, que por motivos diversos, optou pela venda de seu lote.

Gráfico 49 – Formas de aquisição dos lotes assentamento União São Pedro

■ Inscrição no INCRA ■ Compra de terceiros

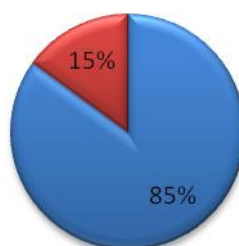


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Quando questionados sobre a atual condição de moradia, a maior parte dos titulares afirmou que a atual residência é melhor que a anterior (gráfico 50). Aqueles que declararam preferir a residência anterior, completaram dizendo que tal fator não importava, uma vez que a mesma não era de propriedade do titular.

Gráfico 50 – A casa do assentamento União São Pedro é melhor do que a que residia antes?

■ Sim ■ Não

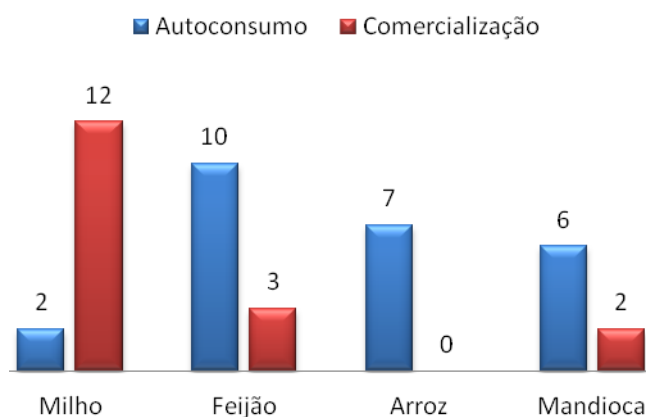


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

No assentamento são produzidos milho, principalmente para comercialização, feijão, arroz e mandioca, que são utilizados para consumo próprio e dos animais, como

demonstra o gráfico 51. O excedente da produção de feijão e mandioca é comercializado pelos assentados.

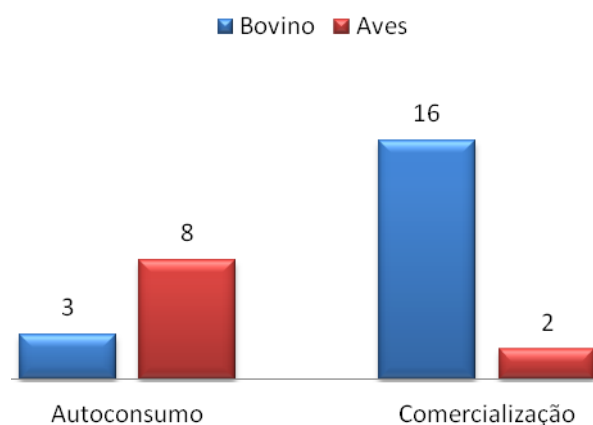
Gráfico 51 – Destino da produção agrícola assentamento União São Pedro



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Com relação à criação de animais no assentamento, de acordo com o gráfico 52, é predominante a criação de bovinos, tanto de corte quanto leiteiro, para comercialização e de aves para autoconsumo.

Gráfico 52 – Destino da criação de animais assentamento União São Pedro

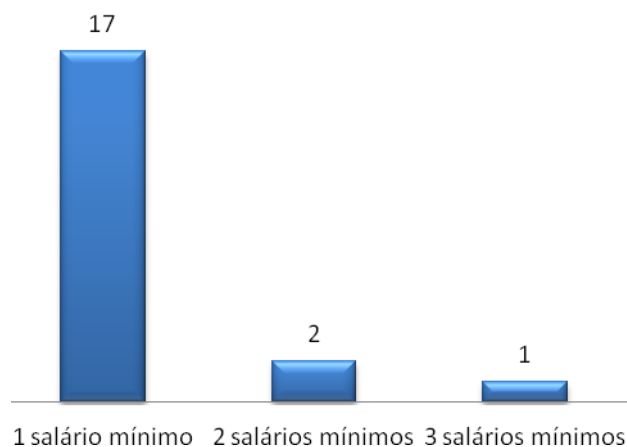


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

A parte da produção do assentamento que é comercializada, gera uma renda mensal que varia de 1 a 3 salários mínimos, como aponta o gráfico 53. A maior parte dos titulares

afirmou que sua renda não ultrapassa 1 salário mínimo. Alguns afirmaram possuir renda de 2 salários mínimos e um titular declarou possuir a maior renda.

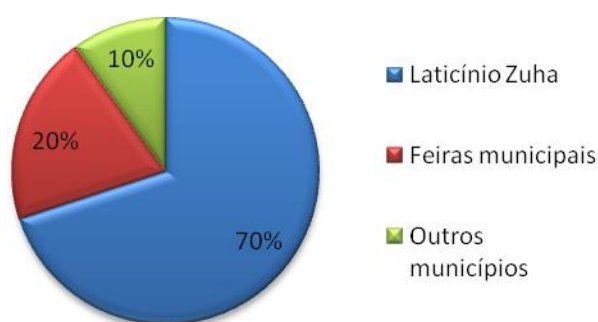
Gráfico 53 – Rendimento líquido mensal (produção) assentamento União São Pedro



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

No que diz respeito aos locais de comercialização da produção, os principais são Laticínio Zuha, para aqueles que trabalham com gado leiteiro, feiras municipais e também outros municípios (gráfico 54), como Virmond e Cantagalo, que são vizinhos ao município de Candói.

Gráfico 54 - Locais de comercialização da produção/assentamento União São Pedro

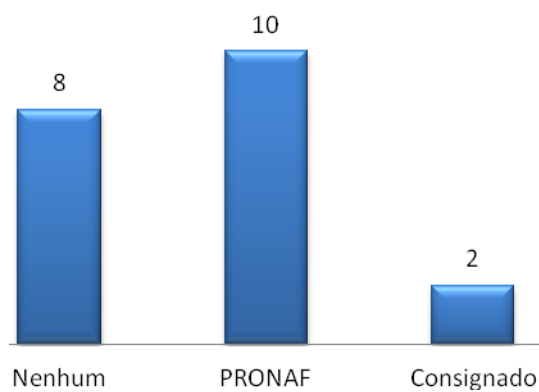


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Utilizar financiamentos para otimizar a produção ou aprimorar a área do lote é bastante comum nos assentamentos. Neste caso, conforme o gráfico 55, a maior parte dos

titulares declarou já ter recorrido a financiamento do PRONAF, e uma pequena parcela afirmou já ter utilizado empréstimo consignado. Um número considerável nunca utilizou nenhum dos financiamentos citados.

Gráfico 55 – Financiamentos utilizados para a produção assentamento União São Pedro



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

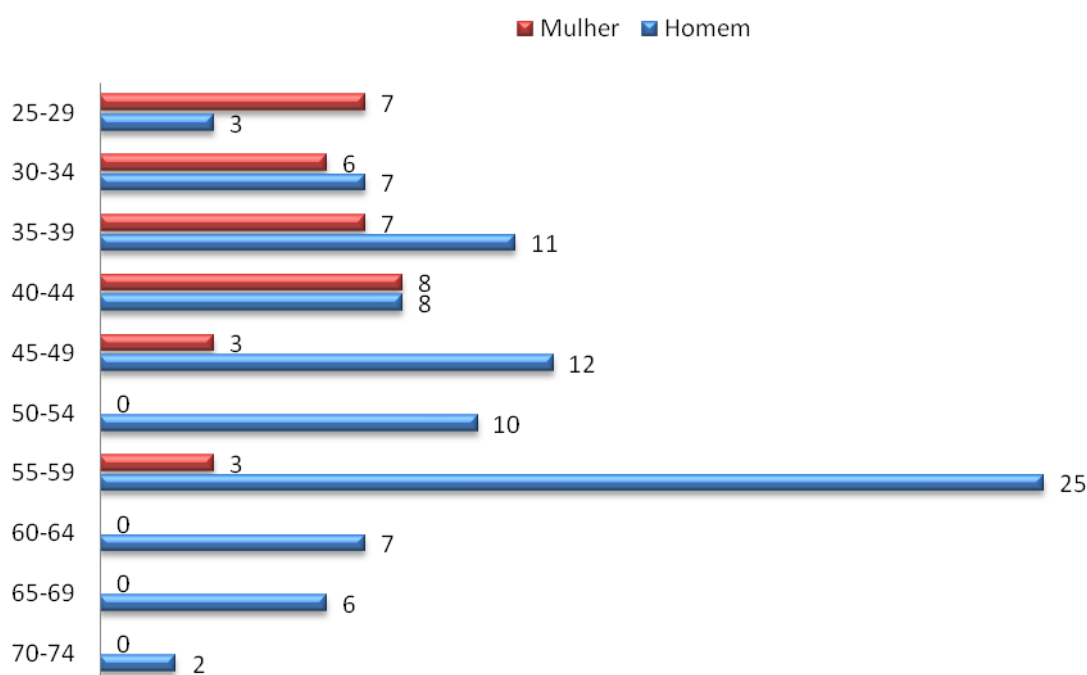
CAPÍTULO III – SÍNTESE DOS RESULTADOS

Os dados apresentados são resultados da síntese dos questionários aplicados aos titulares dos lotes dos Projetos de Assentamento Ilhéus, São João Batista, Águas de Santa Clara, Mata do Cavernoso, Rio Bonito e União São Pedro. Sendo assim, os resultados serão demonstrados na seguinte ordem: caracterização dos titulares quanto ao gênero, faixa etária, grau de escolaridade e estados de origem; dados dos titulares anterior ao ingresso nos assentamentos e dados posteriores ao ingresso.

3.1 Caracterização dos titulares dos lotes

Dentre os titulares que responderam ao questionário, como demonstra o gráfico 56, a maior parte encontra-se entre trinta e cinco e cinquenta e nove anos, e são em maioria do gênero masculino. O número de titulares em idade de aposentadoria é considerável, chegando a dezoito, sendo quinze homens e três mulheres.

Gráfico 56 – Gênero e faixa etária dos titulares dos lotes

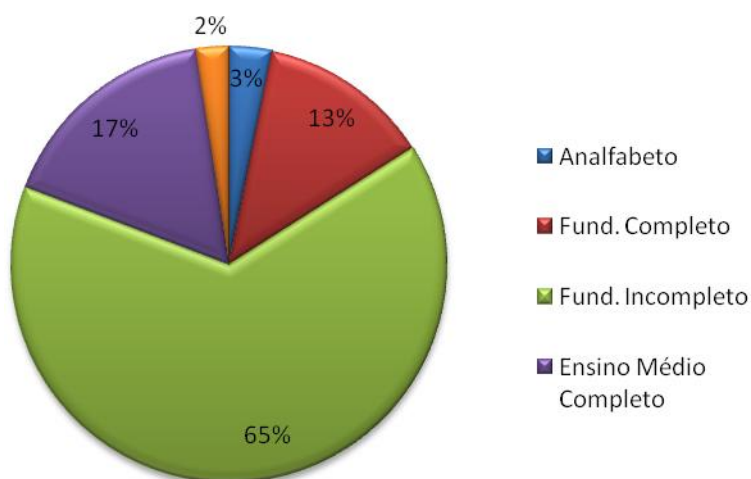


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Entre vinte e cinco e vinte e nove anos, o número de mulheres supera o de homens, demonstrando que mesmo em casos de casais em início de família a inscrição no programa de reforma agrária é realizada no nome da mulher. Entre trinta e trinta e nove anos o número de homens é maior, indicando possíveis separações e também solteiros. De quarenta a quarenta e quatro anos o número de mulheres é igual ao de homens. A partir de quarenta e cinco anos o número de homens é sempre maior, não havendo titulares do gênero feminino nas classes entre 50 e 54, e 60 e 74.

O gráfico 57 apresenta informações referentes ao grau de escolaridade dos titulares dos lotes de assentamento no município. Dentre os 65% que declararam não ter concluído o ensino fundamental, em média 60% chegou até a terceira série. O analfabetismo aparece em 3% dos casos e aqueles que se declararam como tal sabem apenas escrever o próprio nome.

Gráfico 57 – Grau de escolaridade dos titulares dos lotes



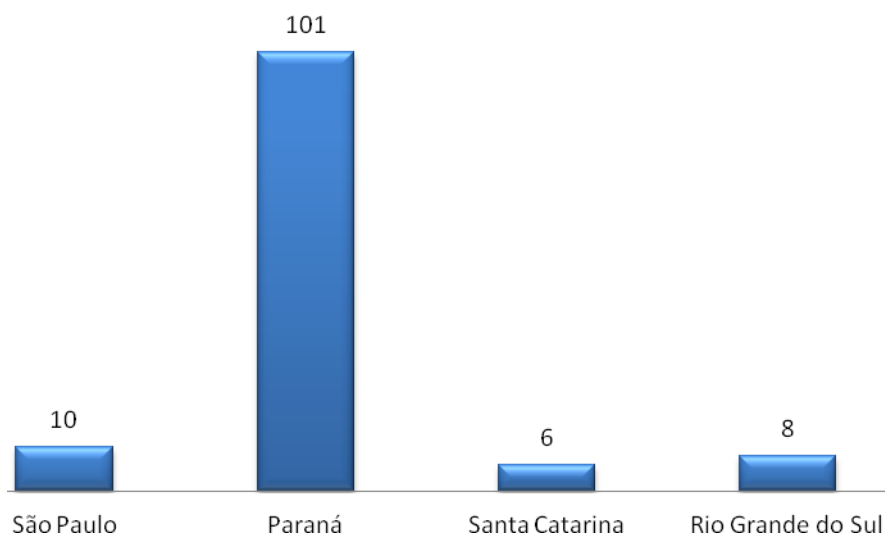
Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Dentre aqueles que responderam ao questionário, 17% afirmou ter concluído o ensino médio e 2% apresenta o ensino superior completo. A maior parte daqueles que não possuem escolaridade acima do ensino fundamental afirmou ter largado os estudos para poder trabalhar, geralmente nas propriedades dos pais.

No que tange aos estados de origem dos titulares dos lotes, a maior parte dos assentados de Candói é proveniente de municípios do Paraná, de acordo com o gráfico 58,

principalmente das mesorregiões sudoeste e sudeste. Uma pequena parcela afirma ter vindo de estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Estes alegam ter optado pelo estado do Paraná em busca de melhores condições de vida.

Gráfico 58 – Estados de origem dos titulares dos lotes



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Pode-se observar que o processo de migração no município é caracterizado pelas trocas intra-estaduais. Tal fato pode ser explicado com base no panorama migratório da mesorregião Centro-Sul, de acordo com KLEINKE, MOURA e DESCHAMPS (1999):

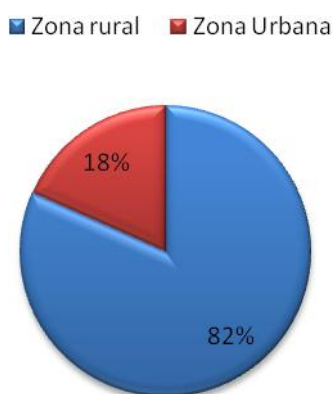
O movimento de trocas regionais com origem e destino rural integra 53.156 imigrantes, 14,9% do total das trocas intra-estaduais. No entanto, nas mesorregiões menos urbanizadas, esse tipo de fluxo ainda é representativo, conformando o segundo maior segmento migratório, perdendo em contingente somente para o movimento com origem e destino urbano. Numa única mesorregião, a Centro-Sul, esse é o segmento majoritário (42%), sendo a que mais absorve essa migração (19%). (KLEINKE; MOURA; DESCHAMPS, 1999, p. 32)

O gráfico 59 demonstra a origem dos titulares, se rural ou urbana. A maioria expressiva de titulares declarou residir na área rural antes de ingressar nos assentamentos, assim como a maioria da população do município de Candói, que se concentra nas áreas

rurais. Tal característica também se reflete na mesorregião Centro-Sul, como aponta IPARDES (2004):

[...] o peso populacional da região no total do Estado permaneceu baixo e estável nas três últimas décadas do século XX, ainda que seja necessário destacar que, em 2000, o Centro-Sul abrigava uma das mais elevadas proporções de população rural do Paraná, 11,7%. (IPARDES, 2004, p. 24)

Gráfico 59 - Origem dos titulares dos lotes

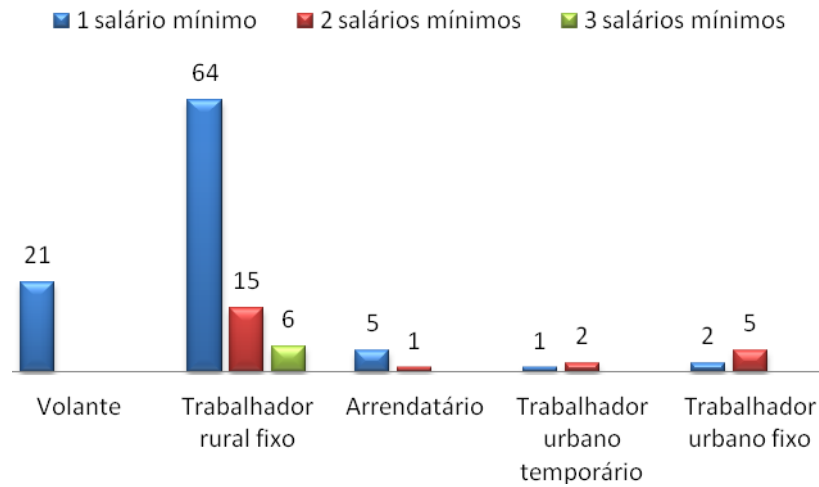


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

3.2 Dados dos titulares anterior ao ingresso nos assentamentos

O gráfico 60 apresenta as condições de trabalho e renda dos titulares dos lotes, anterior ao ingresso nos assentamentos. Foram levantadas ocupações de volante, trabalhador rural fixo, arrendatário, trabalhador urbano temporário e trabalhador urbano fixo. A maioria dos titulares declarou estar empregado como trabalhador rural fixo, com renda de um salário mínimo. Uma pequena parcela afirmou possuir renda de três salários mínimos. As ocupações de arrendatário e trabalhador urbano foram pouco expressivas, porém a média salarial é de dois salários mínimos.

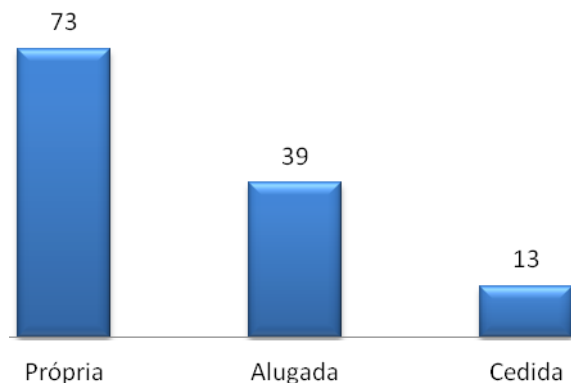
Gráfico 60 - Condição de trabalho e renda mensal anterior ao ingresso no assentamento



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Com relação a condição de moradia em que se encontravam os titulares dos lotes e suas famílias antes de ingressarem nos projetos de assentamento rurais, com base no gráfico 61, pode-se afirmar que a maior parte dos titulares residia em moradias próprias. Este fato pode ser explicado pelo grande número de titulares que compraram de terceiros os lotes que hoje ocupam. Em alguns casos, houve troca de propriedades, onde o titular trocou a propriedade em que vivia por uma no assentamento e também o reassentamento de famílias atingidas por obras de Usina Hidrelétrica. Os titulares que não possuíam residência própria vivam de aluguel ou em moradias cedidas por familiares ou amigos.

Gráfico 61 - Condição de moradia anterior ao ingresso no assentamento



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Os lotes no assentamento podem ser adquiridos por duas formas:

- Inscrição no INCRA;
- Compra de terceiros.

Adquirir um lote por meio de compra de terceiros é uma operação irregular, mesmo que quando efetuada a compra seja realizado um contrato de compra e venda registrado em cartório. O registro não garante a posse do lote. De acordo com o INCRA “o contrato de concessão de uso transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do governo federal”. Ao vender a propriedade o titular do lote perde a oportunidade de inscrever-se novamente no PNRA.

Devido a fiscalização do INCRA ser precária com relação a este tipo de atividade, a prática de venda de lotes é bastante comum nos assentamentos. Em muitos casos, o titular vende o lote adquirido e inscreve-se no programa de reforma agrária novamente, só que com o nome da esposa ou companheira, chegando a receber outro lote.

Nos assentamentos rurais pesquisados os moradores que adquiriram os lotes por meio de compra relatam que a prática é simples, basta entrar em acordo com o titular do lote e ser aprovado pelo presidente da associação de moradores. Muitos, após a compra temem que o INCRA os retire da terra, porém, nos assentamentos abordados nenhum lote comprado de terceiro foi, até agora, confiscado.

Os moradores declararam que compraram o lote de terceiros devido a inexperiência dos mesmos em relação ao trabalho no campo. Muito titulares receberam a terra sem saber trabalhar na mesma, dessa forma, muitos lotes acabaram abandonados e sem produtividade nenhuma, enquanto os titulares optavam por trabalhar em outras propriedades e até mesmo na área urbana. Nas palavras de uma das moradoras que adquiriu o lote por meio de compra:

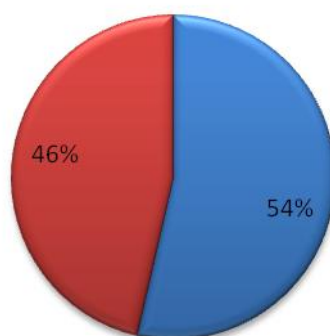
“quando eu e meu marido chegamos aqui não tinha quase nada, a casa tava só começada, o lote não tinha nada plantado, o chão era cheio de pedras e precisava ser corrigido para poder começar a plantação. Hoje nossa casa já tá bem melhor, a gente já planta milho, feijão e mandioca e cria nossas vacas. Conseguimos sobreviver com essa produção”. (Moradora do assentamento Mata do Cavernoso)

O gráfico 62 demonstra que os lotes adquiridos por meio de inscrição no INCRA são maioria, porém a porcentagem dos mesmos é apenas 8% superior a de lotes comprados

de terceiros. Mesmo sendo proibida a compra de lotes, em alguns casos o INCRA regularizou a situação daqueles que adquiriram o lote por meio de compra. É o caso, por exemplo, de lotes no assentamento União São Pedro, onde cerca de dez famílias já conseguiram regularizar sua situação. Uma vez que a situação é regularizada, os titulares dos lotes passam a ter acesso aos benefícios do Programa de Reforma Agrária, como liberação de verba para reforma da casa no lote. Normalmente, o processo de regularização chega a durar dois anos, período em que o INCRA realiza vista periódicas a fim de fiscalizar se o lote está sendo utilizado da melhor forma, ou seja, para produzir e gerar renda aos assentados. Atualmente a regularização de lotes está suspensa.

Gráfico 62 - Formas de aquisição dos lotes

■ Inscrição no INCRA ■ Compra de terceiros

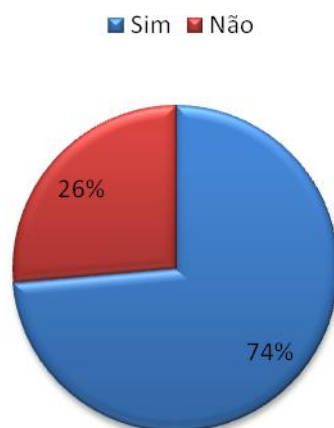


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

3.3 Dados dos titulares posterior ao ingresso nos assentamentos

Com relação a atual condição de moradia, como aponta o gráfico 63, a maioria dos titulares afirmou que a residência atual é melhor que a anterior. Uma parcela de titulares declarou o contrário, principalmente aqueles que foram transferidos de suas terras para os assentamentos devido a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Alguns titulares afirmaram preferir a residência anterior, porém, a residência atual está localizada em terras mais favoráveis ao plantio e criação de animais.

Gráfico 63 - A casa do assentamento é melhor do que a que residia antes?



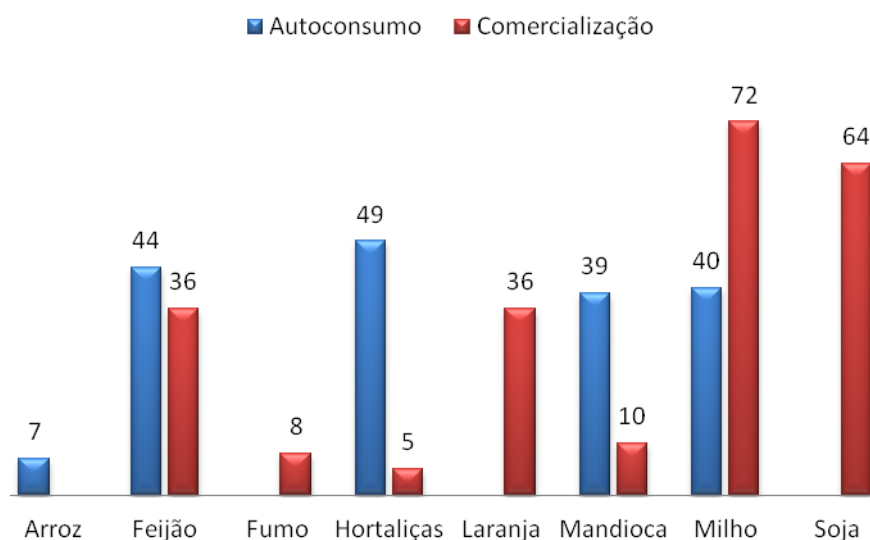
Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

A produção agrícola nos assentamentos é de extrema importância para os assentados, pois além de fornecer alimentos necessários à sobrevivência, permite geração de renda a partir da comercialização do excedente produzido. No caso dos assentamentos de Candói, parte da produção está ligada a alimentos básicos. SALLES e BERGAMASCO (1995) afirmam que:

Historicamente a produção de alimentos básicos no Brasil esteve associada à pequena agricultura familiar. Isto, de certa forma, estabeleceu um paradigma para os assentamentos rurais implementados por diferentes governos estaduais e federal nos últimos anos, seja pela própria expectativa dos técnicos responsáveis pelos assentamentos seja, pelo menos num primeiro momento, pelos próprios assentados. (SALLES; BERGAMASCO, 1995, p. 01)

O gráfico 64 aponta o destino da produção agrícola nos assentamentos, destacando os produtos utilizados para autoconsumo e comercialização. Feijão, hortaliças e mandioca tem a maior parte da produção destinada ao autoconsumo. Apenas o arroz é cultivado exclusivamente para subsistência dos assentados. A produção de milho é destinada, em maior parte, à comercialização, já o fumo, a laranja e a soja produzidos apenas para tal fim.

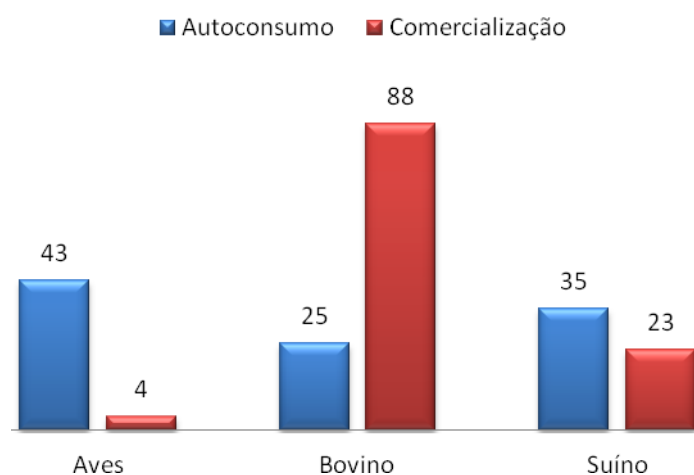
Gráfico 64 - Destino da produção agrícola



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Foram identificadas nos assentamentos a criação de aves, bovinos e suínos, de acordo com o gráfico 65. Para autoconsumo são criados principalmente aves e suínos, sendo comercializado o excedente. A criação de bovinos, de corte e/ou de leite, é destinada, em maior parte, à comercialização.

Gráfico 65 - Destino da criação de animais



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Diante do questionamento sobre o rendimento médio mensal⁵ da produção muitos titulares não souberam dizer, com base no gráfico 66. Dentre aqueles que estimavam o rendimento de sua produção o valor estimado variou entre 1 e 4 salários mínimos. A maior parte dos titulares declarou renda entre 2 e 3 salários mínimos e apenas uma pequena parcela afirmou possuir renda de quatro salários mínimos.

Gráfico 66 - Rendimento líquido mensal (produção) nos assentamentos



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Os locais de comercialização da produção variam de acordo com o assentamento, que pode comercializar sua produção através do Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar, Cerealista San Rafael, COAMO, Laticínio Zuha, Frigoríficos, Prefeitura Municipal, outros municípios e Feiras locais.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, a modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar permite a aquisição de alimentos para distribuição ou para formação de estoques públicos. Dessa forma, cumpre um importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional, na regulação de preços de alimentos e na movimentação de safras e estoques.

A operacionalização é de responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab, de acordo com termo de cooperação firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A modalidade permite a aquisição de

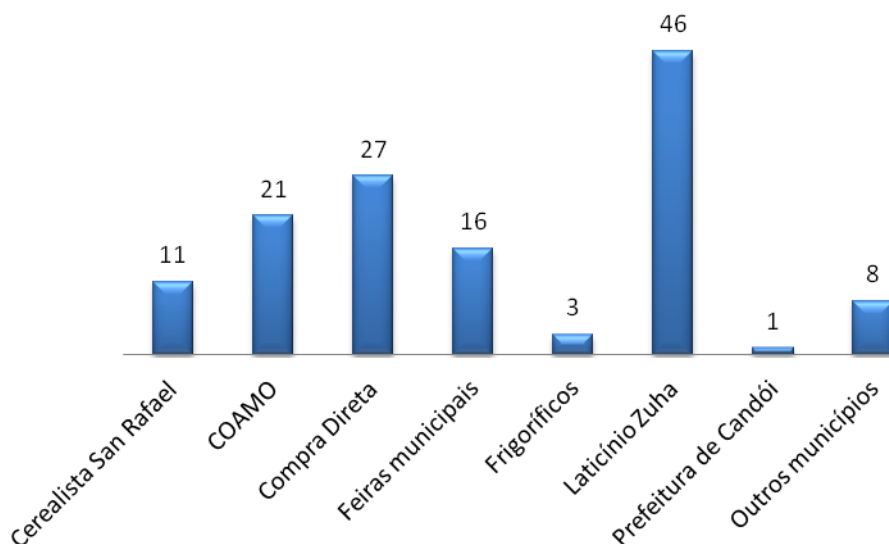
⁵ O rendimento mensal foi obtido por meio da divisão do valor total da comercialização dos produtos pelo número de meses do ano.

produtos, a preços de referência, definidos pelo Grupo Gestor do Programa, até o limite de R\$ 8 mil por agricultor familiar/ano.

Para ser adquirido, o produto deve atender aos padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Depois pode ser entregue nas Unidades Armazenadoras da Conab ou em Pólos Fixos e Volantes de Compra. Os alimentos adquiridos vão para os estoques da Conab e tem sido utilizados especialmente para compor as cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos. Entre os produtos adquiridos pela modalidade, destacam-se o arroz, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo.

O gráfico 67 demonstra os locais de comercialização da produção dos assentamentos. O Laticínio Zuha aparece em posição de destaque, já que toda a produção de leite dos assentamentos é comercializada com o mesmo. O Programa Compra Direta absorve a produção de laranjas e de boa parte da de hortaliças. A produção de grãos é comercializada na COAMO e Cerealista San Rafael. Alguns assentados preferem comercializar a produção em municípios vizinhos, como Virmond, Cantagalo e Guarapuava. A prefeitura do município de Candió compra a produção de suco de laranja, produzido no assentamento Ilhéus, e distribui nas escolas municipais.

Gráfico 67 - Locais de comercialização da produção do assentamento



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Para que a produção e criação de animais nos assentamentos seja efetuada de forma organizada e satisfatória, é necessário que os assentados recebam assistência técnica, gratuita e de qualidade. De acordo com o MST (2010) a realização da assistência técnica nas áreas de assentamentos rurais se deu de forma diferenciada de acordo com os períodos históricos:

1) 1984 a 1995: neste período a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) foi efetivada pelas agências municipais ou estaduais das redes Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). A maioria foi construída ideológica e tecnicamente em todo território brasileiro pelo sistema Empresa Brasileira da Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater).

2) 1995 a 1997: O governo federal lança a proposta de assistência técnica para assentamentos rurais denominada “Contacap”, que teve como laboratório de aplicação alguns estados do Nordeste. Centrava sua força na capacitação dos assentados, não realizava projetos do então Proceara, que permanecia sobre a outorga das Emater.

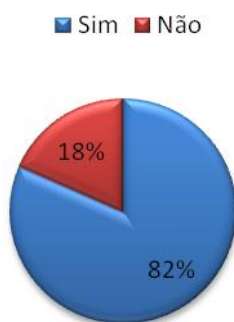
3) Governo Fernando Henrique: O governo FHC, em seu primeiro mandato, formula o Programa Lumiar, com a característica principal de terceirizar os serviços públicos, respaldando o programa neoliberal do governo.

4) Governo Lula: O Incra construiu junto aos movimentos sociais e cooperativas um novo programa, que ganhou o nome de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates). Ao longo do tempo, o programa foi se tornando engessado, devido a um novo marco legal diferente da concepção inicial.

5) Lei de Ater: No início de 2010, o governo federal sancionou a lei 12.188, que institucionaliza a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) criando a política nacional e o programa nacional de assistência técnica, tornando-a uma política de Estado.

Dentre os titulares que responderam ao questionário, como aponta o gráfico 68, 82% afirmaram receber orientações técnicas por parte da EMATER, e que tais visitas não são periódicas. Alguns assentados, recebem assistência técnica também dos locais em que comercializam sua produção, como por exemplo, o Laticínio Zuha, COAMO e Cerealista San Rafael.

Gráfico 68 – Assistência técnica

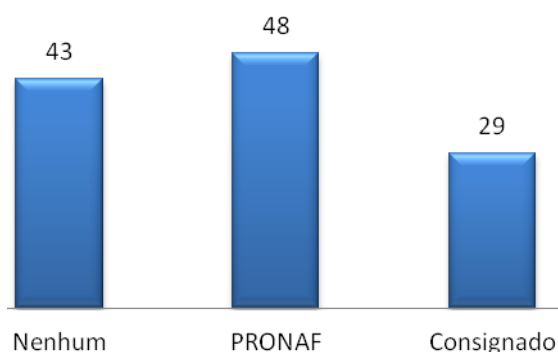


Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Nos assentamentos rurais abordados, muitas vezes os produtores recorreram a financiamentos para melhorar sua produtividade. Tais financiamentos podem ser obtidos por meio do PRONAF ou sob a forma de Empréstimo Consignado. Em todos os assentamentos alguns titulares declararam nunca ter recorrido a nenhum tipo de financiamento.

O gráfico 69 aponta a utilização de financiamentos nos assentamentos. A maior parte dos titulares afirmou já ter recorrido a financiamentos do PRONAF ou Empréstimos Consignados. Boa parcela de titulares declarou não ter recorrido a nenhum tipo de financiamento, alegando receio em não conseguir quitar as prestações do empréstimo devido a instabilidade de preços para comercialização da produção.

Gráfico 69 - Financiamentos utilizados para a produção



Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

De acordo com a Secretaria da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. Atualmente o programa conta com várias linhas de crédito, como:

Custeio: Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf.

Investimento: Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

Pronaf Agroindústria: Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

Pronaf Agroecologia: Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

Pronaf Eco: Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.

Pronaf Floresta: Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

Pronaf Semi-Árido: Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.

Pronaf Mulher: Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.

Pronaf Jovem: Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.

Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

Pronaf Cota-Parte: Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

Microcrédito Rural: Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

Pronaf Mais Alimentos: Financiamento de propostas ou projetos de investimento para produção associados à açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Alguns assentados declararam já ter recorrido a financiamento pelo PRONAF, porém não conseguiram quitar as parcelas do empréstimo e agora não podem mais recorrer a este recurso do Governo Federal. Em alguns casos, o financiamento foi realizado em grupos de três agricultores, dificultando o pagamento do empréstimo, pois o mesmo só seria quitado se todos pagassem as devidas prestações, o que não ocorria em todos os casos.

3.4 Desenvolvimento dos assentamentos rurais: perspectivas e desafios

A proposta de criação de assentamentos rurais remete não somente à fixação do trabalhador no campo, mas também ao fornecimento de condições para tornar a terra produtiva, além de incentivar o fortalecimento da agricultura familiar, caracterizada pelo cultivo de terra realizado por pequenos produtores rurais, tendo como mão-de-obra o núcleo familiar. Neste contexto, com o propósito de incrementar a renda do lote, alguns

produtores procuram formas alternativas de produção. É o caso, por exemplo, de um assentado do PC Ilhéus, que montou em sua propriedade, cuja produção principal é a laranja, uma pequena fábrica artesanal de suco.

O processo produtivo para fabricação do suco é bastante simples:

- Tratamento do fruto. É feita uma primeira seleção das frutas que são lavadas (com água quente clorada para esterelizar as cascas), escovadas e inspecionadas;
- Extração. As laranjas são processadas, separa-se o suco, casca e o bagaço. O suco é filtrado para separar o líquido dos resíduos mais grossos da polpa;
- Centrifugação. É feito o ajuste do percentual de polpa, conforme o desejado;
- O suco é resfriado e segue para ser embalado.

O maquinário utilizado na fabricação do suco foi construído pelo próprio assentado e após o término da construção da fábrica, a mesma foi reconhecida pela prefeitura do município de Candói (figuras 23 e 24). Toda a produção de suco de laranja é comprada pela prefeitura e distribuída entre as escolas do município e do PC Ilhéus.



Figura 24: Maquinário utilizado na fabricação de suco.
RAMOS, J. P. 2012



Figura 25: Placa de reconhecimento da fábrica artesanal.
RAMOS, J. P. 2012

Se por um lado a procura por novas opções de renda no lote favorece o desenvolvimento dos assentamentos rurais, por outro a falta de integração dos assentados, por meio de associações e cooperativas, faz com que os assentamentos não tenham força e visibilidade perante o poder público.

As associações criadas nos assentamentos rurais tem como objetivo representar os assentados na luta pela viabilização de projetos econômicos e políticos. Para que sejam tomadas as decisões e repassadas informações, ocorrem as assembleias gerais, que procuram reunir o maior número possível de assentados, sob a coordenação do presidente da associação, eleito em períodos de um ou dois anos. Todos os projetos de assentamento do município de Candói possuem associação de moradores. O PC Ilhéus e PA União São Pedro apresentam duas associações cada um, sendo respectivamente: Associação dos Agricultores da Península do Caveroso, Associação de Produtores Rurais da Comunidade da Palhada, Associação para Desenvolvimento do Assentamento União São Pedro e Associação de Trabalhadores Rurais Assentados de Candói. Foram criadas mais de uma associação nestes assentamentos devido a divergência de opiniões entre os assentados.

As cooperativas são também uma forma de organização de assentados e podem ser definidas segundo Scopinho e Martins (2003, p. 127) como “[...] um modo de organizar e administrar a produção, através da divisão social do trabalho e da autogestão, somando esforços para adquirir e utilizar ferramentas, máquinas, sementes e matrizes de animais para a produção coletiva”. Este tipo de organização é comum, principalmente, em

assentamentos do MST, movimento que desde a década de 1980 procura implantar novas formas de organização nos assentamentos de reforma agrária. Em Candói nenhum dos projetos de assentamentos está organizado sob a forma de cooperativa, destacando a individualidade dos agricultores. A resistência a tal processo de organização pode ser fruto de experiências mal-sucedidas sofridas pelos assentados em outros projetos de assentamento.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (2003) vários fatores limitam o desenvolvimento dos assentamentos rurais, como: Assistência técnica; Atraso na linha de custeio do Pronaf; Falta de infra-estrutura e Abastecimento de água. No caso dos assentamentos estudados, foram levantadas as seguintes limitações:

Qualidade da terra: muitos assentados, apesar de estarem produzindo, afirmam que se o solo fosse melhor haveria mais produção, pois a terra em que estão necessita de calcário para correção antes de se iniciar o plantio.

Assistência técnica: os serviços são prestados de forma descontínua e não oferece ao assentado orientação adequada no que se refere a elaboração de projetos, negociações de dívidas e serviços burocráticos. A visita dos técnicos aborda apenas questões ligadas ao ambiente físico da propriedade.

Acesso à informação: é necessário que o assentado receba informações na área de produção e técnicas de gestão para melhoria no aproveitamento do lote. As associações poderiam promover palestras e cursos que auxiliassem no processo produtivo.

A melhoria na qualidade dos assentamentos rurais é algo que está diretamente ligado às políticas agrícolas do país, que nem sempre são eficazes quando se trata da agricultura familiar. A existência de programas como o Pronaf, que financia projetos de agricultores familiares, não garante melhora nas condições dos lotes, pois muitas vezes os assentados tem medo de recorrer a empréstimos e não conseguem quitar as parcelas. Deste modo, é necessária a elaboração de novas políticas agrícolas que de fato contemplem a todos os assentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora haja diferenças no processo de implantação dos assentamentos rurais, que variam entre projetos federais, de Colonização e do Programa Cédula da Terra, as divergências entre os seis projetos de assentamento são principalmente ligadas a questões econômicas. A estrutura dos lotes é semelhante em todos os casos.

A maior parte dos titulares dos lotes possui o ensino fundamental incompleto e uma pequena parcela declarou ter concluído o ensino superior. Com relação à origem dos titulares a maior parte afirmou ter residido na zona rural antes de ingressar no assentamento. O assentamento Mata do Cavernoso foi aquele que apresentou a maior porcentagem de titulares provenientes da zona urbana (30%), assim como a maior porcentagem de titulares que adquiriram o lote por meio de compra (90%).

A quantidade de titulares que declarou residir em casas próprias antes de ingressarem no assentamento chama a atenção. Este fato pode ser explicado com base em dois fatores, o primeiro está ligado do PC Ilhéus, que é formado por assentados que foram realocados de suas propriedades para o assentamento em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O segundo diz respeito à compra de lotes. Muitos titulares venderam suas propriedades e compraram lotes nos assentamentos, principalmente no PA Mata do Cavernoso. Essa prática, mesmo sendo proibida pelo INCRA, é muito comum e em alguns casos, como no PA União São Pedro, o próprio INCRA regularizou a situação dos compradores, liberando inclusive, crédito para reforma da casa e otimização da produção. Descaracterizando assim, o programa de Reforma Agrária.

A produção agrícola e criação de animais é bastante semelhante em todos os projetos de assentamentos. A maior divergência aparece na renda mensal obtida pelos titulares, que varia de um a quatro salários mínimos. Com exceção do PA Mata do Cavernoso, todos os demais assentamentos apresentam renda de no máximo três salários mínimos.

A diversidade de tempos de existência entre os assentamentos não interferiu no desenvolvimento dos mesmos, pois, aqueles projetos que possuem mais de vinte e cinco anos não são os que apresentam maior estruturação, produção e renda dos titulares. O levantamento dos dados aponta que houve melhoria nas condições socioeconômicas dos titulares dos lotes, principalmente com relação à moradia e renda.

O Programa de Reforma Agrária foi concebido com o propósito de atender a classe de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. No caso de Candói, nota-se que o objetivo principal nem sempre foi executado, visto a grande porcentagem de trabalhadores rurais que adquiriram seus lotes por meio da compra de terceiros e não inscrição no INCRA. A distribuição dos lotes necessita ser mais bem estruturada, uma vez que em muitos casos, recebem lotes aqueles que não possuem experiência no trabalho no campo, fator que aumenta ainda mais a venda dos lotes. A produção dos lotes é capaz de fornecer aos assentados alimentos pra subsistência e também gerar renda. O incentivo a implementação de novos projetos, como o da fábrica artesanal de suco de laranja, poderia dar aos assentados uma nova opção de geração de renda, fazendo com que houvesse melhoria da qualidade de vida nos projetos de assentamentos.

Por meio de políticas públicas e ações governamentais, e principalmente com a criação do INCRA, a implementação de projetos de assentamentos rurais torna-se possível, visando à permanência e manutenção do homem no campo. Cabe ressaltar que a criação de assentamentos não atende a toda demanda de trabalhadores sem terra, fator este que contribui para constantes ocupações e acampamentos em terras suscetíveis a reforma agrária. Além de em muitos casos, a terra utilizada para criação de assentamentos não ser de boa qualidade, obrigando os assentados a primeiro corrigir as imperfeições do solo para só então começar a plantação.

Cabe destacar a importância que tem a geografia na elaboração de estudos socioeconômicos. A mesma nos permite diagnosticar, avaliar e propor medidas que contribuem na melhora da qualidade de vida da população. A aplicação de questionários aponta a atual situação do espaço agrário paranaense e de Candói, fazendo com que as políticas públicas possam ser construídas a partir da realidade do campo.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, A. I. **A Reforma Agrária e o Governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade.** Revista Espaço Acadêmico, n. 31, dez./2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/031/31andrioli.htm>>. Acesso em 10 de dezembro de 2012.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNARDES, N. **Expansão do povoamento no Estado do Paraná.** Revista Brasileira de Geografia, 1952, v. 14 n°4. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBG/RBG%201952%20v14_n4.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

BRANDÃO, E. C. **História social. Da invasão do Brasil ao maxixe e lambari.** Maringá: Massoni, 2003, p. 21-32.

CANCIAN, N. A. **Cafecultura paranaense – 1900/1970.** Curitiba: Grafipar, 1981, p. 23-52.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Quem somos.** Disponível em: <http://www.contag.org.br/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2012.

Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul – CODESUL. **Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná.** Curitiba: 1976, 218 p.

FERNANDES, B. M. **O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula.** OSAL, n. 11, p.37-53, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/osal/osal11/d1fernandes.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

FERREIRA, B. **Estratégias de intervenção do estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal.** In: MEDEIROS, L.; ESTERCI, N.; LEITE, S. (org.). Assentamentos rurais. Uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994, p. 29-48.

FOWERAKER, J. A luta pela terra. **A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 121-193.

KLEINKE, M. L. U.; MOURA, R.; DESCHAMPS, M. V. **Movimento Migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n 95, jan/abr. 1999, p. 27-50.

KOHLHEPP, G. **Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná.** Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 53 (2): 79-94, abr./jun. 1991. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBG/RBG%201991%20v53_n2.pdf. Acesso em 25 de janeiro de 2012.

KRÜGER, N. **Guarapuava. Seu território, sua gente, seus caminhos e sua história.** Guarapuava: B&D, 2007, p. 07-39.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura. Contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70.** Curitiba: Chain, 1988.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora.** Agrária. Revista do Laboratório de Geografia Agrária – DG/FFLCH/USP. Nº 8, p. 73-98. 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa.** Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia. Crítica da moderna agricultura.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

HAMMEL, A. C.; SILVA, N. J. C.; Andreato, Ritamar. **Escola em Movimento: a conquista dos assentamentos – Colégio Estadual Iraci Salette Strozak.** Rio Bonito do Iguaçu, 2007.

HESPANHOL, A. N. **Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.** In: ALVES, Adilson Francelino, CARRIJO, Beatriz Rodrigues, CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Org). Desenvolvimento territorial e agroecologia. 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Banco de dados – SIDRA.** Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 25 de janeiro de 2012.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Relação de projetos de reforma agrária.** 2010.

_____. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria>>. Acesso em 10 de setembro de 2010.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. **Paraná: economia e sociedade.** 2 ed. Curitiba, 2006.

_____. **Nota técnica. Primeiros resultados do Censo Agropecuário 2006 – Paraná.**

Disponível em:

http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/nota_tecnica_censo_agropecuario_2006.pdf.

Acesso em 20 de janeiro de 2012.

_____. **Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Centro-Sul Paranaense.**

Curitiba: IPARDES, 2004, 139 p.

_____. **Assentamentos rurais no Paraná.** Curitiba, 1992, p. 19-64.

LAZIER, H. **Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense.** Curitiba: Paraná Memória Momento, 1986, p. 27-45.

LEÃO, I. Z. C. **O Paraná nos anos setenta.** Curitiba: IPARDES, 1989.

LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá.** Maringá: Prefeitura do Município, 1997, 11-54.

MACHADO, B. P. “Formação histórica”, In: BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. (Org.). **Campos Gerais: estruturas agrárias.** Curitiba: Faculdade de Filosofia. Universidade Federal do Paraná, 1968.

MARTINE, G.; GARCIA, R. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987.

Movimento dos Atingidos por Barragem. **História do MAB.** Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/?q=historia>. Acesso em: 20 de março de 2012.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O papel da assistência técnica nos assentamentos.** *Jornal Sem Terra*, n. 308, nov/dez. 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/308/artigo>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

MÜLLER, N. L. “Contribuição ao estudo do norte do Paraná”. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico.** v. 2. Londrina: Edição Humanidades, 2007.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989.

PARANÁ (Estado). Secretaria Especial da Política Habitacional. Companhia de Habitação do Paraná. **Bem Morar**, Curitiba, mar, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Brasil. II Plano Nacional de Reforma Agrária.** Brasil, 2005, p. 04-20.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Segurança alimentar – Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa/modalidades/compra-direta>>. Acesso em: 20 de julho de 2012.

SALLES, J. T. A. O.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Assentamentos Rurais e Produção de Alimentos Básicos: Uma Abordagem a Partir de Um Estudo de Caso.** Revista Cadernos de Debate, Vol. III / 1995, p. 01-13.

SCOPINHO, R. A.; MARTINS, A. F. G. **Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de reforma agrária: reflexão sobre o método.** Psicologia e Sociedade. Porto Alegre - RS, v. 15, n. 02, p. 124-143, 2003.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de auditoria de natureza operacional.** 2003. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/organizacao_agraria/Relat%C3%B3rio%20de%20Auditoria.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

TSUKAMOTO, R. Y.; ASARI, A. Y. **Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação.** Geografia (Londrina), v. 12, n. 1. 2003.

ZATTI, C. O Paraná e o Paranismo. Curitiba: Progressiva, 2006, p. 21-38.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná.** 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

I. Caracterização do assentamento rural

1. Nome do assentamento: _____

2. Área total em há: _____

3. Quantidade de lotes: _____

4. Data da implantação: _____

5. Recursos oferecidos:

Energia Elétrica () Água encanada () Salão de reuniões ()

6. Tipos de cercas divisórias dos lotes:

Arame liso () Arame farpado () Tela () Cerca Elétrica ()
Outra ()

Qual?

7. O lote oferece condições físicas favoráveis ao plantio e criação de animais:

Sim () Não ()

Por quê? _____

II. Identificação/dados anteriores a vinda para o assentamento rural

1. Idade _____

2. Gênero: M () F ()

3. Grau de escolaridade:

Superior completo () Superior incompleto () Ensino médio completo ()

Ensino médio incompleto () Ensino fund. completo () Ensino fund. incompleto ()

4. Local de origem: _____

5. Por que se mudou para a região? _____

6. Qual a origem: Urbana () Rural ()

7. Por que se inscreveu no projeto:

Para ter seu próprio lote para plantar () Deixar de pagar aluguel () Outro ()

Qual? _____

8. Qual a condição de trabalho antes de vir para o assentamento?

Trabalhador volante () Trabalhador rural fixo ()

Trabalhador urbano temporário () Trabalhador urbano fixo () Outro ()

Qual? _____

9. Qual era a renda familiar antes de morar no assentamento?

1 salário mínimo () 2 salários mínimos () 3 salários mínimos ()

Mais de 3 salários mínimos ()

10. Condição de moradia antes do assentamento:

Casa própria () Alugada () Cedida ()

III. Dados posteriores a vinda para o assentamento rural

1. Mora no assentamento a quanto tempo? _____

2. Como adquiriu o lote?

Inscrição no INCRA () Compra de terceiro ()

3. Quantas pessoas residem no lote? _____

4. Quantas pessoas da família trabalham no lote? _____

5. Quantas pessoas da família trabalham fora? _____ Em qual profissão? _____

6. A casa no assentamento é melhor que a casa em que morava anteriormente?

Sim () Não () Igual ()

7. Você e sua família gostam de morar no assentamento?

Sim () Não ()

IV. Produção nos assentamentos

1. Que tipos de cultura são produzidas no assentamento? _____

–

–

2. Cria algum tipo de animal?

Qual? _____

3. Quantas cabeças? _____

4. Onde é comercializada a produção?

Mercados municipais () Feira do produtor () Compra direta () Outros ()

Quais? _____

5. Qual é o rendimento médio da produção? R\$ _____

6. A família possui outra fonte de renda além do trabalho no lote?

Sim () Não ()

Quais? _____

7. Utiliza ou utilizou financiamento para a produção? Se sim, qual? _____

8. Recebe orientações técnicas a respeito da produção?

Sim () Não () De qual órgão? _____

9. O assentamento possui alguma forma de organização de moradores?

Associação () Cooperativa () Outras ()

Qual? _____

APÊNDICE B – AMOSTRAGEM

Para o presente estudo, estabeleceu-se o tamanho da amostra a partir do cálculo de amostras para populações finitas de Gil (2008). A fórmula se dá da seguinte forma:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

n= Tamanho da amostra

σ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvio padrão

p= Porcentagem com a qual o fenômeno se verifica

N= Tamanho da população

e²= Erro máximo permitido

q= Estimativa prévia

Foi estabelecida uma amostra de 125 questionários, divididos da seguinte forma:

Assentamento Ilhéus – 40 questionários;

Assentamento São João Batista – 15 questionários;

Assentamento Águas de Santa Clara – 15 questionários;

Assentamento Mata do Cavernoso – 30 questionários;

Assentamento Rio Bonito – 5 questionários;

Assentamento União São Pedro – 20 questionários.

Os indivíduos foram selecionados de forma aleatória, por chance de abordagem. Os questionários foram aplicados entre setembro de 2011 e fevereiro de 2012. Após a coleta, os dados foram tabulados com auxílio do *Microsoft Office Excel* 2010. Além da aplicação de questionários foram efetuados registros fotográficos e anotações.

APÊNDICE C – MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE APRESENTAM PROJETO DE COLONIZAÇÃO E ASSENTAMENTO DO PROGRAMA CÉDULA DA TERRA

	Município	Quantidade
Projeto de Colonização	Civelândia	2
	Coronel Domingos Soares	1
Programa Cédula da Terra	Ângulo	1
	Apucarana	3
	Cafeara	1
	Cantagalo	2
	Carlópolis	1
	Cascavel	1
	Centenário do Sul	2
Conselheiro Mairink	1	

Diamante do Sul	1
Figueira	1
Florestópolis	1
Francisco Beltrão	3
Grandes Rios	1
Guapirama	1
Guarapuava	2
Ibaiti	1
Iretama	1
Jacarezinho	2
Londrina	2
Lucianópolis	1
Mandaguaçu	1
Mandaguari	1
Marilândia do Sul	1
Matelândia	1
Medianeira	1
Mercedes	1
Nova Esperança	2
Palmital	1
Pinhalão	3
Presidente Castelo Branco	2
Ribeirão Claro	1
Ribeirão do Pinhal	2
Rio Bonito do Iguaçu	1
Salto do Lontra	1
Santo Antonio da Platina	4
Santo Antonio do Sudoeste	1
São José das Palmeiras	1
Tamarana	2
Tamboara	1
Uraí	1

Fonte: INCRA, 2010

Organização: Ramos, Juliana Paula.